

Henrique Gualberto Brüggemann

**O ESPETÁCULO DA CORRUPÇÃO:
O CORRUPTO COMO PRODUTO**

Dissertação submetida ao
Programa de Pós-Graduação em
Direito da Universidade Federal de
Santa Catarina para a obtenção do
Grau de Mestre em Direito.

Orientador: Prof. Dr.Alexandre Morais da Rosa

Florianópolis
2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Brüggemann, Henrique Gualberto

O espetáculo da corrupção : o corrupto como produto /
Henrique Gualberto Brüggemann ; orientador, Alexandre
Morais da Rosa - Florianópolis, SC, 2013.

193 p. ; 21cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Programa
de PósGraduação em Direito.

Inclui referências.

1. Direito. 2. Criminologia. 3. Mídia. 4. Corrupção.
I. Rosa, Alexandre Moraes da. II. Universidade Federal
de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Direito.
III. Título.

Henrique Gualberto Brüggemann

O ESPETÁCULO DA CORRUPÇÃO: O CORRUPTO COMO PRODUTO

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Direito, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 27 de agosto de 2013.

Prof. Luiz Otávio Pimentel, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Alexandre Moraes da Rosa, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Álvaro Filipe Oxley da Rocha, Dr.
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof. Paulo de Tarso Brandão, Dr.
Universidade do Vale do Itajaí

Prof. Rubens Roberto Rebello Casara, Dr.
Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais

Este trabalho é dedicado a todos
aqueles que não se entregam ao
fácil discurso moralizador
formatado pela mídia
sensacionalista.

AGRADECIMENTOS

O curso de Mestrado é formado por diversos momentos especiais, começando pela preparação para as provas seletivas, passando pela comemoração pela aprovação, pelo seminário de integração, pelas cadeiras riquíssimas e culminando com o presente trabalho, a Dissertação.

Esta jornada pode ser dividida em três partes, todas elas importantes, mas com características complementemente distintas.

A primeira consiste nas disciplinas cursadas, sendo que aqui destaco a cadeira ministrada pela Professora Vera Regina Pereira de Andrade, intitulada Criminologia e Políticas Criminais, por ser esta a responsável por desassossegar os alunos no tocante à questão criminal. Obrigado, Professora.

Também registro a disciplina de Teoria Crítica do Direito, de responsabilidade do Professor Alexandre Morais da Rosa. Por intermédio de Warat deixamos as verdades de lado e fomos instigados a fazer algo diferente. Novas ideias. Valeu, Alexandre.

A segunda etapa é formada pelos momentos de convívio com os colegas mestrandos, quando dividimos as angústias, as experiências e as ideias. Agradeço aos colegas. A amizade continua.

Por último, o momento em que o presente trabalho é produzido. Sem dúvida, o mais árduo. Deixamos o convívio com os colegas, abdicamos de prazerosos momentos ao lado dos amigos e da família para estudar e escrever. Se de um lado parece uma tarefa solitária, visto que horas e horas são dispensadas em uma escrivaninha, do outro lado temos a companhia dos grandes autores estudados, das magníficas obras lidas e consultadas. Valeu a pena. Meus agradecimentos a todos autores que contribuíram para que o presente trabalho se desenvolvesse.

Agradeço, ainda, ao meu orientador, Professor Alexandre Morais da Rosa. O material, as ideias e os conselhos estão marcados nesta Dissertação.

Aos Professores Álvaro Oxley da Rocha e Rubens Casara, por se deslocarem até Florianópolis para participarem da banca e contribuírem com o trabalho. Da mesma forma, ao também integrante da banca, Professor Paulo de Tarso Brandão, que já enriqueceu a monografia de conclusão de Curso de Direito e agora participa de mais este momento especial.

Por fim, agradeço à minha família e à Karina, por simplesmente conviverem comigo. Felicidade no dia a dia.

Nunca vi um canalha que, nas reuniões íntimas, não invectivasse, com toda sinceridade, os canalhas do mundo. Nem um ladrão que não fosse contra o roubo. Mulheres e homens de comportamento desregrado são, em geral, os mais ferrenhos moralistas. E a primeira coisa que um governo despótico faz é inaugurar uma praça com o nome de Praça da Liberdade.

Millôr Fernandes

RESUMO

Esta dissertação trata da compreensão contemporânea da noção de corrupção pela leitura da Criminologia. O estudo inicia pelos escritos do sociólogo Edwin Sutherland, que datam da década de 40 do século passado, por ter sido este quem começou a chamar a atenção para os crimes cometidos por membros da elite da camada social e chega até o paradigma criminológico intitulado Criminologia Crítica, o qual afirma que a classe política e os operadores econômicos privados cometem um número imenso de crimes de colarinho branco, sendo que na imensa maioria das vezes este não é de fato perseguido. Percebe-se que após o advento do paradigma crítico, houve uma explosão midiática, sendo a internet a sua grande propulsora. Com isso, repara-se a existência, nos dias atuais, de um espetáculo midiático envolvendo os delitos de corrupção com enfoque na pessoa do corrupto, tendo em vista que as tais notícias garantem parques índices de audiência, o que interessa a mídia, pois esta direciona sua programação de acordo com a lógica do lucro. Assim, os cidadãos possuem muita informação, eis que a internet emana notícias de maneira instantânea, sobre os mais diversos assuntos. Ao lado disso, o pensamento crítico se apequena, fazendo com que não haja reflexão sobre o que é transmitido, impulsionando o surgimento de um equivocado discurso moralizador que, por sua vez, ganha cada vez mais força.

Palavras-chave: Criminologia. Mídia. Corrupção.

RESUMEN

Esta disertación trata de la comprensión contemporánea de la noción de corrupción por la lectura de la criminología. El estudio inicia por los escritos del sociólogo Edwin Sutherland, que se originan de la década de 40 del siglo pasado, por haber sido éste quien empezó a llamar atención para los crímenes cometidos por miembros de la elite de la camada social y llega hasta el paradigma criminológico nombrado Criminología Crítica, el cual afirma que la clase política y los agentes económicos privados cometen un numero inmenso de crímenes de cuello blanco, siendo que en la mayoría de las veces éste no es de hecho perseguido. Observase que después del inicio del paradigma crítico, hubo una explosión por los medios de comunicación, siendo la internet su mayor propulsora. Con eso, notase la existencia en los días actuales, de un espectáculo por los medios de comunicación envolviendo los delitos de corrupción en enfoque en la persona del corrupto, en vista que tales noticias garantizan parcos índices de audiencia, que interesa los medios de comunicación, pues esta direcciona su programación de acuerdo con la lógica del lucro. Siendo así los ciudadanos poseen mucha información, ya que la internet emana noticias de manera instantánea, sobre los más diversos asuntos. Del mismo modo el pensamiento crítico se empobrece, haciendo con que no haya reflexión sobre lo que es transmitido, impulsionando el surgimiento de un equivocado discurso moralizador que por su vez gana cada vez más fuerza.

Palabras-clave: Criminología. Medios de comunicación. Corrupción.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	CAPÍTULO I - CRIMES DE COLARINHO BRANCO	19
2.1	EDWIN HARDIN SUTHERLAND	19
2.2	ALGUNS CONCEITOS PRÉVIOS DE SOCIOLOGIA	22
2.2.1	Sociologia Jurídica	22
2.2.2	Sociologia Jurídico-Penal	23
2.2.3	A Sociologia Criminal	24
2.2.3.1	<i>Macrossociologia e Microsociologia</i>	26
2.3	ESCOLA DE CHICAGO: UMA ESCOLA SOCIOLÓGICA DO CRIME	29
2.4	A TEORIA DA ASSOCIAÇÃO DIFERENCIAL	36
2.5	O ESTUDO DE SUTHERLAND	44
2.6	CRIMINOLOGIA CRÍTICA	51
2.6.1	Criminologia	52
2.6.2	Escola Clássica	55
2.6.3	A Escola Positivista	56
2.6.4	Do <i>labeling approach</i>: fomentador da mudança de paradigma	60
2.6.5	A Criminologia Crítica	64
2.6.6	Depois da Criminologia Crítica	71
3	CAPÍTULO II - CORRUPÇÃO: UMA ESPÉCIE DE CRIME DE COLARINHO BRANCO	75
3.1	A CORRUPÇÃO NA FILOSOFIA	76
3.2	A CORRUPÇÃO TAMBÉM ESTAVA NA BÍBLIA: A VISÃO CRISTÃ E OUTROS	80
3.3	CORRUPÇÃO: O DEBATE NO CONTEXTO BRASILEIRO	87
3.3.1	A corrupção não foi inventada pelos brasileiros	93
3.3.1.1	<i>A corrupção nos países desenvolvidos</i>	94
3.3.1.2	<i>A corrupção em países socialistas</i>	97
3.3.1.3	<i>A corrupção nos regimes ditatoriais</i>	100
3.3.2	A corrupção não está institucionalizada	105
3.3.3	Corrupção no Brasil: somos os mais corruptos?	109
3.3.4	A legislação brasileira	111
3.3.5	Impunidade: a responsável pela corrupção?	115
3.3.6	Os benefícios da corrupção	120
4	CAPÍTULO III - A PUNIÇÃO DO CORRUPTO E A MÍDIA	127
4.1	O INIMIGO	127

4.1.1	As drogas como o grande problema da juventude e da sociedade	132
4.1.2	A guerra contra o terror – o terrorista como inimigo	144
4.1.3	Alguns eternos inimigos	148
4.1.4	O novo inimigo – o corrupto	148
4.2	A MUDANÇA DO QUE ESTÁ CERTO?	151
4.3	A MÍDIA E A PERSECUÇÃO DA AUDIÊNCIA: O ESPETÁCULO	154
4.3.1	O escândalo político na mídia e o furo de reportagem	163
4.3.2	Evolução da mídia – internet e redes sociais	169
4.3.3	O Poder Judiciário na mídia ou a mídia como Poder Judiciário	171
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	181
	REFERÊNCIAS	185

1 INTRODUÇÃO

A presente Dissertação consiste no último estágio do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, na área de concentração Direito, Estado e Sociedade.

O tema abordado é o da espetacularização, por parte da mídia, do crime de corrupção. Neste âmbito, será enfrentado o problema da formação do senso comum a partir do discurso midiático no tocante à punição dos crimes de colarinho branco, com enfoque na corrupção, bem como a figura do corrupto, ou seja, o sujeito ativo do crime. Verificar-se-á como o Poder Judiciário atua e reage à grande pressão popular fomentada pela mídia sensacionalista.

Tem-se como objetivo geral da pesquisa verificar se a punição midiática dos autores de crimes de colarinho branco vai de encontro aos ensinamentos de Edwin Sutherland e dos adeptos da Criminologia Crítica, os quais afirmam que estes criminosos não são devidamente perseguidos, conforme a programação legal. Verificar-se-á se, com a evolução e a massificação midiática, seja pela televisão ou pela internet, tal imunidade restou abatida ou permanece intacta, tendo em vista que o volume de informações é muito maior, ou seja, a população está ciente de todos os acontecimentos em questão de segundos.

O trabalho foi dividido em três capítulos, sendo que o primeiro deles aborda os crimes de colarinho branco desde o surgimento desta expressão pelas mãos do sociólogo Edwin Sutherland, que foi o primeiro a chamar atenção para o fato de que os detentores do poder também cometem crimes. Trata, ainda, da visão da Criminologia acerca dos crimes da criminalidade dourada. Neste aspecto, serão mostrados quais fundamentos foram utilizados na análise feita pela Criminologia Crítica, bem como pelos paradigmas precedentes, eis que a história da Criminologia não é linear, ou seja, não há superação de um paradigma com o surgimento do novel, sendo que um paradigma incorpora diversos elementos de conhecimento do pretérito, razão pela qual se discorrerá sobre os fundamentos que construíram o pensamento crítico.

Já o segundo capítulo trata de uma espécie de crime de colarinho branco em particular, qual seja, o de corrupção. Aqui

far-se-á exposição no sentido de demonstrar que tal delito é comum em todas as épocas, em todos os regimes políticos, não se podendo falar que se trata de exclusividade brasileira. Também será abordada a questão relacionada à impunidade daqueles que praticam crime de corrupção, tão citada nos meios de comunicação como a principal causa de todas as mazelas sociais encontradas em nosso país.

No derradeiro capítulo, será analisada a questão atinente à necessidade de haver um inimigo comum, aquele que devasta a sociedade. Nos últimos tempos, este inimigo foram as drogas, tidas como o grande problema da juventude. Após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, as lupas foram voltadas para os terroristas e, nos últimos anos, principalmente no Brasil, focou-se nos corruptos e somente neles (não se refletindo acerca dos corruptores, por exemplo). Aqui, verificar-se-á como a mídia contribuiu e contribui para a construção desta mentalidade de que o corrupto é o grande inimigo. Será abordada a questão da perseguição da audiência, do espetáculo midiático, do escândalo político, do furo de reportagem e da evolução da mídia com o advento da internet e das redes sociais, pois hoje em dia é possível que qualquer cidadão se manifeste publicamente acerca de determinado assunto. Ao final, será verificado como o Poder Judiciário se comporta diante deste novo quadro, da pressão popular clamando por punição e da exposição e perseguição midiática como própria pena.

2 CAPÍTULO I - CRIMES DE COLARINHO BRANCO

No capítulo que inicia a presente dissertação, pretende-se analisar os crimes de colarinho branco, trazendo-se, para tanto, a indispensável obra de Edwin Hardin Sutherland, que foi quem começou a chamar a atenção para os crimes cometidos por membros da elite da camada social, praticados no desenvolvimento da sua atividade profissional.

Após, discorrer-se-á sobre Criminologia, mormente a vertente intitulada “Criminologia Crítica”, buscando ver como o tal paradigma criminológico absorveu e desenvolveu os conceitos de Sutherland, e quais as novidades que trouxe para a questão relacionada aos crimes de colarinho branco.

Primeiramente, então, ver-se-á quem foi Sutherland e o contexto social em que este estava inserido, para se ter ideia do local da fala.

2.1 EDWIN HARDIN SUTHERLAND

Qualquer discussão acadêmica acerca dos crimes de colarinho branco passa por Sutherland, por suas obras, principalmente pela mais conhecida delas: *White Collar Crime*, publicada pela primeira vez em 1949 pela editora *Dryden Press*, de Nova Iorque¹. Como já exposto, neste primeiro capítulo o livro citado será analisado para se entender o ponto de partida e o de chegada de seu pensamento.

Sutherland foi um conceituado sociólogo americano, adepto do interacionismo simbólico, nascido no ano de 1883 e falecido em 1950, conhecido no mundo ocidental por desenvolver a teoria da associação diferencial e iniciar os estudos acerca dos crimes de colarinho branco. Tais estudos renderam ao professor a posição de um dos mais influentes criminólogos do século XX, a ponto de ser dito, por Hermann Mannheim, que, caso houvesse um prêmio Nobel de Criminologia, Sutherland seria um dos candidatos mais credenciados a recebê-lo². Já Fernando Álvarez-Uría, autor do prólogo da versão traduzida de *White*

¹ Além dessa obra, publicou outras como *Criminology* (1924), *Twenty Thousand Homeless Men* (1936), *The Professional Thief* (1937) e a terceira edição de *Principles of Criminology* (1939).

² MANHEIM, 1984, p. 722.

Collar Crime para o espanhol, intitulada *El Delito De Cuello Blanco*, crava Sutherland como o sociólogo do delito mais influente do século XX³.

Mas antes de se destacar, Sutherland ministrou aulas de Sociologia e Psicologia em alguns colégios americanos, sendo que em 1906 ingressou no Departamento de Sociologia de Chicago, tendo como um de seus primeiros e mais influentes professores Charles R. Henderson, que estudava o tratamento social do delito. Nesse momento, ocorre o primeiro contato do sociólogo com a Criminologia.

Após essa jornada, passou por um período de afastamento, retornando à Universidade de Chicago em 1911, quando se incorporou ao Departamento de Economia Política e trabalhou com o professor Robert Hoxie, e, em 1913, obteve o título de Ph.D. com trabalho orientado por este último citado e intitulado *Unemployment and Public Employment Agencies*.

Após a obtenção do título acadêmico, Sutherland ministrou aulas em outras universidades americanas, como a Universidade de Illinois⁴ e Universidade de Minnesota, retornando à Universidade de Chicago em 1935.

Nessa última parte dos anos 30, precisamente em dezembro de 39, cunha a expressão *White Collar Criminal*, especificamente em conferência realizada na reunião anual da Sociedade Americana de Sociologia (*American Sociological Society*), ocorrida na Filadélfia.

Já no final de sua caminhada, quando já era bastante prestigiado, Sutherland foi eleito Presidente da Sociedade Americana de Sociologia (*American Sociological Society*) em 1939 e, no ano seguinte, da Associação de Pesquisa Sociológica (*Sociological Research Association*).

É importante destacar que o Departamento de Sociologia de Chicago iniciou seus trabalhos no ano de 1892⁵, época em que a cidade se encontrava em larga expansão industrial e acelerado crescimento de seu espaço urbano. Nesse período, a

³ SUTHERLAND, 1999, p. 11.

⁴ Nessa oportunidade foi convidado pelo catedrático E. C. Hayes a escrever um livro de Criminologia. Em 1924 publicou a obra intitulada *Criminology*.

⁵ A Universidade de Chicago foi a primeira universidade americana a contar com um Departamento de Sociologia.

cidade estava entre aquelas integrantes dos Estados Unidos que mais recebiam imigrantes, estes provenientes principalmente da Inglaterra, Escócia, Irlanda, Suécia, Alemanha, Polônia e Itália. Para se ter ideia de como chegaram estrangeiros a Chicago, em 1880 estes representavam 87% (oitenta e sete por cento) de sua população. Além dos estrangeiros, diversos grupos de negros oriundos do Sul dos Estados Unidos também se deslocaram para Chicago. Então, a população da cidade, que no ano de 1850 era de 30.000 (trinta mil) habitantes, ultrapassou a marca de 2.100.000 (dois milhões e cem mil) habitantes sessenta anos depois, em 1910, e, ainda, vinte anos mais tarde chegou à casa dos 3.400.000 (três milhões e quatrocentos mil)⁶, oportunidade em que se consolidou como a segunda cidade mais populosa do país. E toda essa massa se abrigava em guetos, denominados naquele país de *slum*.

Além da explosão demográfica, o território da cidade também se expandiu, multiplicando-se por cerca de cem vezes entre os anos de 1835 a 1900⁷.

Chicago era conhecida por seus problemas sociais, como a miséria, a prostituição, o alcoolismo, a alta criminalidade, o contrabando e a corrupção, sendo considerada a “sede” do crime organizado. E a solução para este aumento da criminalidade foi a de sempre: REPRESSÃO policial⁸. Assim, segundo o Relatório Anual do Departamento de Polícia de Chicago de 1900, a Polícia da cidade efetuou, naquele ano, 70.438 (setenta mil, quatrocentos e trinta e oito) prisões⁹.

Do outro lado, a cidade se mostrava importante e atraente por sua diversidade de população e cultura, além de ostentar o título de principal centro ferroviário do meio-oeste e ter se tornado um importante centro industrial e comercial. E foi diante

⁶ FREITAS, 2002, p. 43.

⁷ Ibid., p. 44.

⁸ O grupo de RAP Facção Central, na música ‘Hoje Deus anda de blindado’, já deixou claro em uma de suas músicas que essa prática repressiva é corriqueira: “[...] Quer pena de morte, prisão perpétua. Acha que com menor cumprindo como adulto não vai ter na CNN político do Brasil com furo. Aposta na repressão, na polícia hostil, um gambé me torturando no terreno baldio”.

⁹ FREITAS, op. cit., p. 48.

desse cenário social que o autor em análise teve sua formação consolidada.

Então, a obra de Sutherland deve ser lida e analisada tendo-se em vista essa conjectura social e também sob a lupa da Escola de Chicago, a qual era umbilicalmente ligada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago e que influenciou o autor.

2.2 ALGUNS CONCEITOS PRÉVIOS DE SOCIOLOGIA

Antes de se começar a navegar pela Escola de Chicago, pela Teoria da Associação Diferencial e pelo pensamento de Edwin H. Sutherland acerca dos crimes de colarinho branco, convém, de maneira tangente, apresentar o objeto da Sociologia Jurídica, da Sociologia Jurídico-Penal, para que os tópicos futuros sejam compreendidos da melhor forma. Além disso, importante trazer considerações acerca da Microssociologia e da Macrossociologia, pois também possuem ligação com outros estudos que serão empreendidos.

2.2.1 Sociologia Jurídica

Em primeiro lugar, deixa-se consignado que a Sociologia Jurídica é disciplina que tem como objeto a relação entre mecanismos de ordenação do direito e da comunidade, bem como entre o direito e os demais setores da ordem social¹⁰. Em vista disso, Baratta elenca que a matéria tem três modos de ação e de comportamento:

[...] Ela se ocupa com modos de ação e de comportamento (a) que têm como consequências normas jurídicas (o costume como fonte do direito, os modos de ação e de comportamento normativos do legislador e as instâncias institucionais de aplicação do direito), ou (b) que serão percebidos como efeitos das normas jurídicas (o problema do controle social através do direito, o problema da efetividade, do conhecimento e da aceitação do direito), ou (c) que serão postos em relação com modelos de ação e de

¹⁰ BARATTA, 2002, p. 21.

comportamento, que têm como consequências normas jurídicas ou são efeitos de normas jurídicas no sentido de (a) e (b)¹¹.

Portanto, a Sociologia Jurídica analisa os modos de ação e de estruturas sociais, estas em tensão com as normas e com as estruturas normativas.

2.2.2 Sociologia Jurídico-Penal

A Sociologia Jurídico-Penal, por sua vez, analisa, em específico, três categorias de comportamentos extraídos da Sociologia Jurídica como um todo. Segundo Baratta, são elas:

[...] as ações e os comportamentos normativos que consistem na formação e na aplicação de um sistema penal dado; em segundo lugar, estudará os efeitos do sistema entendido como aspecto “institucional” da reação ao comportamento desviante e do correspondente controle social. A terceira categoria de ações e comportamentos abrangidos pela sociologia jurídico-penal compreenderá, ao contrário (a) as reações não-institucionais ao comportamento desviante, entendidas como um aspecto integrante do controle social do desvio, em concorrência com as reações institucionais estudadas nos dois primeiros aspectos e (b) em nível de abstração mais elevado, as conexões entre um sistema penal dado e a correspondente estrutura econômico-social¹².

Nota-se, então, que não há um limite entre as disciplinas, focando a Sociologia Jurídico-Penal em algumas faces trabalhadas pela Sociologia Jurídica.

¹¹ BARATTA, 2002, p. 21.

¹² Ibid., p. 23.

2.2.3 A Sociologia Criminal

Além da Sociologia Jurídico-Penal, há também a Sociologia Criminal, a qual tem como ponto de partida meados do século XIX e como representantes Émile Durkheim, Alexandre Lacassagne e Gabriel Tarde¹³, estes dois últimos oriundos da Escola de Lyon. Entretanto, os ensinamentos da Escola Positiva italiana, de Lombroso, que era contemporâneo dos autores citados, predominavam nesse período, razão pela qual a expansão da Sociologia Criminal engatinhou nos primeiros anos de existência.

É importante deixar consignado, que tanto Lacassagne como Tarde criticavam as teorias lombrosianas abertamente na época, originando ferrenhos debates, o que desmistifica a fama gerada de que a Antropologia Criminal era incontestável naquele período¹⁴.

Tal subdivisão da Sociologia pensava a causa da criminalidade de maneira diversa daquela predominante até então, pois afirmava que esta causa deveria ser buscada na sociedade e não no sujeito. Para os adeptos da Sociologia Criminal, o nível de desorganização social reflete diretamente no de criminalidade¹⁵.

Mas a Sociologia Criminal não foi iniciada a partir dos estudos de nenhum dos seus adeptos citados e sim com Enrico Ferri, o qual publicou no ano de 1891 o seu livro mais conhecido, intitulado *Sociologia Criminale*. Na obra, Ferri desenvolveu a Antropologia de Lombroso, nos seguintes termos, bem delineados por Andrade:

Desenvolvendo a Antropologia lombrosiana numa perspectiva sociológica, Ferri admitiu, por sua vez, uma tríplice série de causas

¹³ Dentro da Sociologia Criminal, Tarde discordava de Durkheim quando este afirmava que a criminalidade era um fenômeno normal.

¹⁴ Lacassagne criticou Lombroso pessoalmente em três oportunidades: em 1885, durante o I Congresso Internacional de Antropologia Criminal, em 1889, no transcorrer do II Congresso Internacional de Antropologia Criminal e, por fim, em 1892, no II Congresso Internacional de Antropologia Criminal.

¹⁵ Do entendimento apresentado advém a expressão “cada sociedade tem o criminoso que merece”.

ligadas à etiologia do crime: individuais (orgânicas e psíquicas), físicas (ambiente telúrico) e sociais (ambiente social) e, com elas, ampliou a originária tipificação lombrosiana da criminalidade¹⁶.

Percebe-se, então que o pai da chamada Sociologia Criminal, Enrico Ferri, é associado à Escola Positiva, de Cesare Lombroso, a qual tinha como combatentes Lacassagne e Tarde. É exatamente esta a contradição lógica. Para se amenizar, deixa-se exposto que Ferri pensou o crime como um fenômeno ligado também ao ambiente social, conforme exposto por Andrade, razão pela qual, de fato, inaugurou a Sociologia Criminal. Entretanto, este não deixa, de maneira alguma, de ser um digno representante da Criminologia Positivista¹⁷, a qual tinha a seguinte premissa: “alguns indivíduos, por traços de sua personalidade, são predispostos a cometer crimes”¹⁸.

Vista a ideia geral da Sociologia Criminal e, anteriormente, da Sociologia Jurídico-Penal, é importante mostrar que há diferenças entre ambas, apesar de, pelo nome, parecerem tratar do mesmo assunto e de discorrerem, em algumas oportunidades, sobre temas comuns. Quem faz tal alerta é novamente Baratta, após firmar que a interdisciplinariedade é importante, como também é a distinção entre as disciplinas. Como base para essa necessidade de manutenção de uma linha divisória, afirma:

Essa distinção, em nosso modo de ver, deve se fundar, também aqui, sobre diferente objeto, ou seja, sobre comportamentos, sobre relações, sobre estruturas comportamentais, sobre estruturas e leis sociais correspondentes, de cujo estudo partem as duas disciplina. A **sociologia criminal** estuda o comportamento desviante com relevância penal, a sua gênese, a sua função no interior da estrutura social dada. A **sociologia jurídico-penal**, ao contrário, estuda propriamente os comportamentos que

¹⁶ ANDRADE, V., 2003, p. 36.

¹⁷ Inclusive, na ocasião do II Congresso Internacional de Antropologia Criminal apoiou Lombroso em debates com Lacassagne e Tarde.

¹⁸ BRUGGEMANN, 2012.

representam uma reação ante o comportamento desviante, os fatores condicionantes e os efeitos desta reação, assim como as implicações funcionais dessa reação com a estrutura social global. A **sociologia jurídico-penal**, estuda, pois, como se viu, tanto as reações institucionais dos órgãos oficiais de controle social do desvio (consideradas, também, nos seus fatores condicionantes e nos seus efeitos) quanto as reações não-institucionais¹⁹. (grifo nosso)

Repara-se, com isso, que no presente trabalho serão feitas abordagens tanto dentro do âmbito da sociologia criminal, quando se estudar as teorias da Escola de Chicago e os escritos de Sutherland, o crime de corrupção (comportamento desviante) e sua relação com a estrutura social brasileira dos dias de hoje, como no âmbito da sociologia jurídico-penal, quando se abordar a questão atinente às reações não-institucionais ao desvio, como aquela oriunda da mídia.

Para finalizar este tópico introdutório e conceitual, explanar-se-á sobre a distinção feita dentro da Sociologia Criminal.

2.2.3.1 Macrossociologia e Microsociologia

Vistos os aspectos inerentes ao objeto e ao surgimento da Sociologia Criminal, resta demonstrar que esta se dividiu em duas vertentes, chamadas de microsociologia e macrossociologia.

A primeira vertente, microsociológica, é apresentada por Veras da seguinte maneira:

As teorias psicossociológicas ou microsociológicas estudam o problema do crime sob a perspectiva do indivíduo em interação com o meio social. A sociedade cria as condições para o desvio (o espaço geográfico, a pressão por sucesso, a falta de oportunidades etc.), e a microsociologia

¹⁹ BARATTA, 2002, p. 24.

estuda como essas condições atuam no indivíduo, de forma particular. Encontram a predeterminação do crime no sujeito. Analisam as formas de transmissão do comportamento criminoso e as motivações sociais que levam um indivíduo a delinquir. São teorias que abandonaram a variante puramente individualista (biológica) e consideram importante a influência da sociedade sobre o homem, enfatizando a formação, os valores e os contatos sociais²⁰.

Então, a microssociologia estuda comportamentos desviantes individuais ou de pequenos grupos, focando na interação destes com o meio social. E em que meio social vivemos atualmente? Em um meio social completamente dominado pela economia, havendo uma clara “degradação do ser para o *ter*”^{21 22}.

Dentro da microssociologia há dois grupos de teorias: o grupo das teorias do aprendizado, que informa que determinado indivíduo vem a cometer crimes pois aprende o mecanismo necessário dentro de seu grupo social, ou seja, aprende-se a cometer crimes tal qual se aprende qualquer outra espécie de comportamento, até mesmo os lícitos, sendo que a teoria da associação diferencial, bem trabalhada por Sutherland, estaria aqui inserida. Já o outro grupo abrange as teorias do controle, sendo seu maior expoente Walter C. Reckless, o qual afirma que cada bairro propicia a seus moradores determinadas condições para cometimento de crimes e o que irá influenciar no real desvio ou não é o controle do indivíduo. Nos bairros mais desorganizados o controle externo é fraco, de modo que o seu morador não irá delinquir caso tenha um controle interno forte, ou seja, boa educação e consciência aguçada²³.

²⁰ VERAS, 2010, p. 12.

²¹ DEBORD, 1997 p. 18.

²² Os Racionais MC's denunciam que atualmente aqueles que possuem maior poder econômico são mais bem vistos perante a sociedade: “Vou comprar uma casa de *boy* depois alugo, vão me chamar de senhor não por vulgo” (Jesus chorou).

²³ AGNEW; CULLEN, 2003, p. 227.

Já a vertente macrosociológica é apresentada da seguinte maneira por Veras:

A segunda linha de pesquisa da sociologia, a perspectiva macrosociológica, detém-se na estrutura social, não considerando o indivíduo como objeto de seu estudo. Considera a própria “sociedade criminógena” seu objeto de estudo. O crime é tomado como um fato puramente social, produto da atuação das estruturas sociais, sem referência a condições individuais. Assim, o objeto de estudo da macrosociologia não é o indivíduo, mas o funcionamento da sociedade por si só²⁴.

Portanto, o prisma macrosociológico ampliou o objeto de estudo da Criminologia, saindo da análise do indivíduo em particular e passando a verificar as influências da sociedade como um todo sobre este. Em outras palavras, começou a verificar quais fatores fazem com que a estrutura social influencie na atividade criminógena dos particulares, como as instituições atuam.

Dentro do paradigma da macrosociologia também encontramos duas vertentes, denominadas de macrosociologia etiológica e macrosociologia da reação social. A primeira delas, etiológica, “tem por objeto a compreensão das causas do crime, como um dado ontológico, resultante das estruturas sociais”²⁵. A segunda, reação social, ao contrário, entende que o crime é um fenômeno criado pela sociedade, pelo homem, proveniente de processos de interpretação e seleção de condutas, ou seja, os órgãos estatais responsáveis constroem a seleção e, a partir dessa seleção, surge o crime.

Hodiernamente, fala-se em sociologia do consenso e sociologia do conflito, dentro da macrosociologia. A sociologia do consenso, surgiu no final do século XIX, tendo como principais propulsores Émile Durkheim, Talcott Parsons e Robert King Merton. Aqui, vê-se a sociedade como um organismo estático, formado em torno de valores que seus integrantes pensam ser fundamentais para que o convívio ocorra de maneira

²⁴ VERAS, 2010, p. 12.

²⁵ Ibid., p. 12.

pacífica e tranquila, sendo que seus cidadãos possuem objetivos comuns²⁶. Do outro lado, a sociologia do conflito não vê a sociedade de forma estática, e sim de maneira dinâmica, de modo que a sua ordem é mantida não mais pelo acordo entre os seus membros e sim pela coerção exercida pelos dominantes, detentores do poder, em face dos dominados²⁷.

Ainda dentro da visão macrosociológica, consigna-se que suas principais teorias são: teoria da anomia, *labeling approach*, Criminologia do conflito e Criminologia Crítica.

Registra-se que a Escola de Chicago, a teoria da associação diferencial e a Criminologia Crítica, objeto de análise vindoura, enquandram-se dentro da vertente macrosociológica.

2.3 ESCOLA DE CHICAGO: UMA ESCOLA SOCIOLÓGICA DO CRIME

A Universidade de Chicago foi fundada de uma maneira bastante peculiar, se tomarmos como ponto de partida ou exemplo as instituições de ensino superior brasileiras. O milionário John Davison Rockefeller, cuja fortuna advém de sua empresa do ramo petrolífero, *Standard Oil Company*, doou à Universidade trinta e cinco milhões de dólares para sua fundação e, após alguns anos, acrescentou mais dez milhões de dólares ao montante²⁸.

²⁶ As ideias da sociologia do consenso levaram ao surgimento e aprofundamento da teoria da anomia.

²⁷ Esse conflito dentro da sociedade é descrito por dois modelos: o de Ralf Dahrendorf e o de Karl Marx, sendo que o último traz os fundamentos sociológicos para o desenvolvimento da Criminologia Crítica, analisada no próximo capítulo.

²⁸ No Brasil, nenhuma universidade teve início a partir de doações. O quadro é diferente: veem-se faculdades públicas, instituídas a partir de ações e investimentos governamentais e instituições particulares, que a cada dia que passa visam cada vez mais o lucro, sendo que a última moda é fornecer ao aluno que efetuar a matrícula um *tablet*. Com relação à filantropia, em 2010 alguns ex-alunos da Universidade de São Paulo começaram a fazer doações, para fins de manutenção de alguns ambientes que estavam deteriorados. Contudo, após denúncias de que esses doadores estavam sendo homenageados com nomes de salas, a Universidade suspendeu o recebimento (Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,doacao->

Após esse incentivo, em 1891 ocorreu a inauguração da Universidade e, como já citado, um ano depois, em 1892, foi instituído seu Departamento de Sociologia, o primeiro de uma universidade norte-americana²⁹.

O primeiro presidente da Universidade foi William Rainey Harper, o qual era colega de crença de Rockefeller e aceitou o desafio proposto por ele³⁰. A Universidade adquiriu prestígio rapidamente, pois combinava o trabalho tradicional acadêmico com prestação de serviços à comunidade, além de formar um ambiente propício à pesquisa devido aos bons professores que lá foram lecionar, certamente atraídos pelo alto salário, algo em torno de o dobro do que comumente era pago nas demais universidades. No âmbito do Departamento de Sociologia não foi diferente, pois nesse também se juntaram professores renomados, tais como William Thomas, Robert Park, Ernest Burgess e Roderick Mckenzie. Com o passar dos anos, esse Departamento de Sociologia se tornou um dos mais respeitáveis do mundo, especialmente pelo interesse despertado nos estudos que lá se realizaram acerca de movimentos sociais, grupos sociais, comportamento das multidões e massas, opinião pública, criminalidade e urbe.

E a expressão Escola de Chicago foi cunhada no ano de 1930 pelo sociólogo e ex-presidente da *American Sociological Society*, Luther Bernard, no texto intitulado *Schools of Sociology*.

Quando fala da Escola de Chicago, Wagner Cinelli de Paula Freitas, em monografia vencedora do VI concurso IBCCRIM de monografias jurídicas, sob o título 'Espaço Urbano e Criminalidade: lições da Escola de Chicago', anota que se deve pensar na observação direta da experiência e na análise de

[com-contrapartida-reabre-polemica-na-usp-,1023206,0.htm](#)). Para registro: o asteroide 904 Rockefeller recebeu tal nome em homenagem a John D. Rockefeller.

²⁹ Também o primeiro periódico do ramo foi criado na Universidade de Chicago, o *American Journal Of Sociology*, no ano de 1895.

³⁰ Interessante detalhe é que Rockefeller, de início, ofereceu a Harper a quantia de um milhão de dólares para que realizasse a fundação da Universidade e, como já visto, terminou empregando a soma de trinta e cinco milhões de dólares, somente para que as atividades tivessem início.

processos sociais urbanos e dispõe acerca das vertentes utilizadas:

A obra de seus sociólogos é caracterizada por três vertentes, a saber: 1) o trabalho de campo e o estudo empírico; 2) o estudo da cidade, a envolver problemas relativos à imigração, delinquência, crime e problemas sociais, o que se relaciona diretamente com a teoria ecológica e que tem em Robert Park, Ernest Burgess e Roderick McKenzie seus maiores expoentes, sendo que Louis Wirth também se destacou no estudo da cidade, mas não era propriamente um ecologista, tendo estudado o fenômeno urbano pela trilha da ideia do 'urbanismos como estilo de vida', por ele preconizada; 3) uma forma característica de psicologia social, oriunda principalmente do trabalho de George Herbert Mead e que veio a ser denominada interacionismo simbólico³¹.

Portanto, três são os pilares que diferenciam o modo de estudo procedido pela Escola de Chicago: o uso de conhecimento baseado em experiências, ou seja, empírico; observação dos problemas relacionados à cidade, a partir da teoria ecológica, que será delineada a seguir; abordagem sociológica fundada no interacionismo simbólico. Voltando-se para os estudos de Sutherland, desde já, pode-se identificar que sua pesquisa foi empírica.

É imperioso destacar que as pesquisas de Sutherland acerca dos crimes de colarinho branco guardam relação com o diferencial que tinham as pesquisas dos integrantes da Escola de Chicago em relação ao estudo da criminalidade, apesar de não ser possível vislumbrar-se, de plano, os elementos utilizados pela escola. Explica-se: até o advento dessas novas pesquisas o crime era fundamentado em problemas biológicos ou psicológicos, sendo que ambos se manifestavam de forma individual e os adeptos dessa nova escola vislumbraram e comprovaram por meio de dados estatísticos, que o crime é um

³¹ FREITAS, 2002, p. 52.

produto social da cidade. Em poucas palavras: saiu-se do problema individual, biológico ou psicológico e partiu-se para o problema como um todo, como um problema que brota a partir da estrutura das cidades.

Então, como o problema não era individual, os sociólogos de Chicago buscavam maneiras de se fazer uma reforma social, para que os problemas fossem sanados ou amenizados. Isto, sempre se utilizando de ativismo e não se ficando somente no campo das ideias, dos projetos, dos sonhos. Pode-se afirmar, ainda, que a Escola de Chicago tinha uma perspectiva transdisciplinar, saindo do campo técnico do Direito Penal para tentar pensar no fenômeno da criminalidade a partir da estrutura social, da estrutura da cidade. Nos dias atuais, pensa-se de forma semelhante, principalmente os adeptos da Criminologia Crítica, que chamam os mais diversos segmentos para dialogar a respeito da criminalidade.

Um importante projeto foi elaborado pela socióloga Jane Addams em parceria com Ellen Gates, e tinha como inspiração a *Toynbee Hall*, localizada na cidade de Londres. Elas alugaram um prédio chamado *Hull House*, nome oriundo do seu primeiro proprietário Charles Hull, e neste prédio, localizado na região mais pobre da cidade de Chicago, local em que habitavam os imigrantes renegados, instituíram um modelo que combinava casa e trabalho. Lá moravam diversos sociólogos e pesquisadores e eram oferecidos cursos, tais como culinária, administração doméstica e literatura. Além disso, os frequentadores da *Hull House* podiam contar com bibliotecas, galeria de arte, central de empregos e creches. Então, oferecia-se um pouco de cidadania para os habitantes do gueto.

Apesar de se tratar de uma ideia genial de inserção dos menos favorecidos, o grande projeto, o maior, foi o *Chicago Area Project*, o qual teve como idealizadores Clifford Shaw e HanryMckay, críticos da *Hull House*. Tal projeto não foi restrito à cidade de Chicago, pois foi implantado, também, em diversas outras cidades norte-americanas, e é apresentado por Freitas nos seguintes termos:

[...] considerando que a desorganização social das áreas pobres era a principal causa da criminalidade, concentram-se em maximizar a capacidade destas áreas de

mobilizar seus recursos de controle social, ou seja, a principal missão dos residentes destas localidades seria a tomada de iniciativas visando criar vínculos entre jovens socialmente desmotivados e também buscar fontes para promoção de seu bem-estar, pretendendo, com estas ações, a redução da criminalidade em nível local³².

Destaca-se, a partir da citação, que no Projeto da Área de Chicago procuravam-se soluções para alta taxa de criminalidade das áreas pobres dentro dessas mesmas áreas, por meio de mobilização dessa comunidade. Já o projeto da *Hull House* buscava auxílio de profissionais externos.

Outro ponto que merece destaque dentro da apresentação da Escola de Chicago é o que se refere à “ecologia humana”, “escola ecológica”. Tal pensamento possui desenvolvimento prévio aos estudos dos professores de Chicago, tais como André-Michel Guerry, o qual relacionou, por meio de mapas, crime, localidade e fatores sociais, em sua obra *Essai sur la Statistique Morale de la France* e Lambert Adolphe Jacques Quetelet, autor de *Physique Sociale*. Já no âmbito da Escola de Chicago, Robert Ezra Park levantou a questão em um artigo científico intitulado “*The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the Urban Environment*” e depois foi seguido por Ernest Watson Burgess e Roderick Duncan McKenzie.

A ecologia humana parte de uma “analogia entre a distribuição da vida vegetal na natureza e a organização da vida humana em sociedades”³³, afirmando que o comportamento humano não se dá em função do livre arbítrio e sim em razão das normas do grupo em que estão integradas, ou seja, coloca o fenômeno ambiental acima do individual. Por isso, possui grande ligação com a teoria da associação diferencial, objeto de grande estudo de Sutherland.

Uma teoria formulada por Ernest Burgess, que se insere no âmbito da ecologia humana, é a teoria das zonas concêntricas. Como já salientado, pensava-se, até o advento dos estudos da Escola de Chicago, que os moradores dos guetos, das favelas, possuíam problemas biológicos, sendo que esta escola

³² FREITAS, 2002, p. 61.

³³ Ibid., p. 67.

demonstrou que essas aglomerações de pessoas menos abastadas têm como fundamento a desorganização social. Em resumida síntese, Burgess mapeou a cidade de Chicago, dividindo-a em zonas, e concluiu “que as cidades não crescem simplesmente em seus limites, ao invés disto, elas tendem a se expandir radicalmente de seu centro em padrões de círculos concêntricos”³⁴. Em relação a cada uma dessas zonas, Bugess fez considerações acerca do desenvolvimento do crime, suas causas e seus reflexos.

E como respostas, propostas, a ecologia criminal fala em prevenção, como toda teoria que almeja ser bem sucedida deve falar. A prevenção, aqui, consiste em chamar todas as instituições comunitárias, como igrejas, escolas, associações, para, em comunhão de esforços, auxiliar na formação dos indivíduos e reforçar o laço social existente entre estes. Pensa-se em formar cidadãos atuantes, voluntariosos, que lutem em prol da melhoria das condições sociais de toda a comunidade e em programas comunitários, tais como cursos e ações recreativas, como uma forma de criar laços entre os cidadãos. Portanto, combate-se o que mais se vê hoje: aquele cidadão preocupado somente consigo mesmo e com sua família, o qual cada vez mais se isola em ambientes fechados, como condomínios, shoppings, etc., achando que está exercendo sua cidadania quando vai até uma urna eletrônica, de dois em dois anos ou quando vibra pela condenação no caso do “Mensalão”.

Somente para título de registro, sob o prisma da escola ecológica, os professores da Escola de Chicago estudaram o comportamento das gangues, tendo como precursor Frederic Milton Trasher com a obra *The Gang* e a teoria da delinquência por transmissão cultural, por intermédio de Shaw e McKay, formuladores da *cultural transmission theory of delinquency*.

Por fim, valem as palavras de Schecaira, que bem resume quais os grandes benefícios trazidos pela Escola de Chicago:

A principal contribuição da escola de Chicago deu-se nos campos metodológicos e político-criminal. Suas investigações científicas em amplas áreas da cidade inauguraram uma tradição irreversível da sociologia criminal e

³⁴ FREITAS, 2002, p. 72.

da criminologia. Fomentaram a utilização de métodos de pesquisa que propiciam o conhecimento da realidade da cidade antes de estabelecer a política criminal adequada para intervenção estatal. Mais do que isso, permitiram o envolvimento de toda a comunidade por meio de seus diferentes canais – junto com o Estado – para o enfrentamento do problema diagnosticado. O empirismo da escola de Chicago criou uma análise estatística dos dados policiais e judiciais vinculados ao delito, chamando a atenção da criminalidade em áreas pobres e deterioradas da cidade. [...] Também teve o condão de superar a visão etiológica da delinquência, surgida com o positivismo italiano de Lombroso, Ferri e Garofalo, servindo para denunciar a inadequação das respostas de tratamento individual. Em outras palavras, inaugura-se um paradigma reformista da resposta ao crime. No que concerne à política criminal, o foco é voltado para a comunidade local, com a mobilização das instituições locais para obviar a desorganização social, reconstituir a solidariedade humana e controlar as condutas desviadas. A absorção das pessoas que apresentaram condutas delituosas só seria possível com o envolvimento preventivo da comunidade (e não repressivo), reconhecendo-se implicitamente que a sociedade era a responsável pela existência da própria criminalidade.³⁵

Interessante registrar que apesar da novel escola ter superado a visão etiológica da delinquência, de Lombroso, Ferri e Garófalo, e academicamente esta não ter mais nenhuma “base teórica ou empírica de sustentação”³⁶, no senso comum permanece como pensamento hegemônico.

³⁵ SCHECAIRA, 2011, p. 196-197.

³⁶ ANDRADE, V., 2003, p. 34.

E teoria ecológica, principal aspecto da Escola de Chicago, foi superada quando se começou a ter uma visão socioeconômica da cidade. Na verdade, alguns autores, como Schecaira, anotam que “alguns destes novos estudos não são propriamente uma negação da perspectiva ecológica, mas seu aprofundamento, pois nela têm raízes”.³⁷ Então, na verdade, a teoria ainda é utilizada, seja como estudo principal, seja como suporte para novos debates.

2.4 A TEORIA DA ASSOCIAÇÃO DIFERENCIAL

A teoria da associação diferencial foi desenvolvida por Edwin H. Sutherland antes mesmo deste levantar a questão relativa aos crimes cometidos pelos integrantes do alto da camada social, crimes estes que denominou de “colarinho branco”, sendo que no início tentava explicar os delitos praticados por jovens e por moradores dos chamados *slums*, ou seja, bairros pobres e que não contavam com assistência estatal. Após apresentar seus estudos sobre os crimes de colarinho branco, Sutherland utilizou a teoria da associação diferencial para explicar tal comportamento delituoso. De início, já se pode constatar que a teoria em análise tinha o escopo de explicar os motivos que levavam o cidadão a praticar tanto os “crimes comuns” quanto os de “colarinho branco”, residindo a diferença no grupo que iria franquear o contato com a maneira de praticar o crime e seus benefícios, conforme se verá adiante.

A teoria utiliza alguns fundamentos desenvolvidos pelo sociólogo Gabriel Tarde, o qual afirmava que o sujeito aprendia a realizar condutas delituosas assim como aprende qualquer profissão, por meio de ensinamento que lhe é transmitido³⁸. Além disso, a Escola de Chicago e a teoria ecológica também influenciaram o pensamento de Sutherland quando este firmou sua teoria da associação diferencial:

³⁷ SCHECAIRA, 2011, p. 90.

³⁸ “Todo comportamento tem sua origem social, começa como uma moda, torna-se um hábito ou costume. Pode ser uma imitação por costume, por obediência, ou por educação. O que é sociedade? Eu já respondi: sociedade é imitação”. (TARDE, 1903, p. 74 apud SCHECAIRA, 2011, p. 209).

Na década de 1930, todas as pesquisas sociológicas seguiam a linha da Escola de Chicago. O crime era explicado em termos multifatoriais, tais como classe social, lares instáveis, idade, raça, localização urbana ou rural, distúrbios mentais. Sutherland desenvolveu sua teoria da associação diferencial nessa época, num esforço de explicar as razões pelas quais esses vários fatores se relacionavam com o crime e, assim, complementar a teoria ecológica. Era uma teoria microssociológica que buscava tanto organizar e integrar a pesquisa do crime até aquele momento quanto servir de referência a pesquisas futuras³⁹.

Portanto, a base da teoria é o pensamento do francês Gabriel Tarde e os influxos da Escola de Chicago⁴⁰ e de sua teoria ecológica. Entretanto, essa ligação do pensamento ora em estudo com a Escola de Chicago e a teoria ecológica não é tão fácil de se vislumbrar, não é muito estreito. É que de acordo com a teoria da associação diferencial, o comportamento criminoso não se desenvolve porque o sujeito tem personalidade voltada para a prática de crime, conforme pensava Césare Lombroso e os adeptos da Criminologia Positiva, e nem somente porque vive em condições sociais desfavoráveis, em cidades desestruturadas, como afirmavam os professores da Escola de Chicago.

Segundo Sutherland, a hipótese da associação diferencial tem como premissa que a conduta delitiva se aprende em associação com aqueles que definem essa conduta de maneira favorável, sendo que uma pessoa vai participar de condutas delitivas se estiver convencida de que os aspectos positivos são

³⁹ VERAS, 2010, p. 37.

⁴⁰ Clifford R. Shaw e Henry D. McKay, integrantes da Escola de Chicago, realizavam trabalhos que compartilhavam ideias acerca da teoria da associação diferencial, conforme expôs Fernando Álvarez-Uría no prólogo da versão espanhola de *El delito de cuello blanco*: “De hecho Sutherland se interesó por el trabajo que estaban realizando en Chicago los sociólogos Clifford R. Shaw y su amigo Henry D. McKay que compartían em buena medida com él teoría de la asociación diferencial.” (SUTHERLAND, 1999, p. 37).

superiores aos negativos⁴¹. Então, as pessoas interagem, no seio familiar, no âmbito das escolas, do trabalho e em grupos de amigos, e nesse convívio pode ocorrer aprendizado acerca de condutas, comportamentos criminosos, sendo que o indivíduo irá se convencer a proceder de tal forma se restar convencido de que os benefícios dessa atuação são superiores aos infortúnios que poderão ser causados. Pode-se dizer que a aprendizagem criminosa se dá da mesma maneira que o comportamento conforme a lei é captado.

Verifica-se, assim, que a ligação com a Escola de Chicago e com a teoria ecológica reside no fato de que os fatores levantados por estas, tais como classe social, famílias instáveis, idade, bairros negligenciados, propiciam a criminalidade porque aumentam a probabilidade de que o aprendizado criminal seja passado e afastam as boas maneiras⁴².

Em resumo, pode-se dizer que Sutherland entendia que o indivíduo, até ter contato com pessoas que possuem conhecimento acerca do procedimento das atividades criminosas, tinha sua personalidade “em branco” e não tinha predisposição para cometer crimes, sendo que de acordo com seu relacionamento com outras pessoas poderia vir a aprender como cometer crimes e ser convencido de que a prática desses delitos é benéfica. Tal aprendizado seria mais fácil de ocorrer em locais em que estivessem presentes aqueles fatores trazidos

⁴¹ “[...] La hipótesis de la asociación diferencial plantea que la conducta delictiva se aprende en asociación con aquellos que definen esa conducta favorablemente y en aislamiento de aquellos que la definen desfavorablemente; y que una persona en una situación apropiada participa de esa conducta delictiva cuando, y solo cuando, el peso de las definiciones favorables es superior al de las definiciones desfavorables. Esta hipótesis no es ciertamente una explicación completa o universal del delito de ‘cuello blanco’ o de otro delito, pero quizás concuerde con los datos de ambos tipos de delitos, mejor que cualquier otra hipótesis general.” (SUTHERLAND, 1999, p. 277).

⁴² Fernando Álvarez-Uría entende que “La teoría de la asociación diferencial, al sustituir el concepto de desorganización social, sobre el que reposa una buena parte de la sociología de Chicago, por el de organización social diferencial, abría la vía al estudio de valores, las culturas u subculturas en conflicto. A partir de entonces ya era posible preguntarse ¿quién impone las reglas y en beneficio de quienes?” (SUTHERLAND, 1999, p. 37)

pela Escola de Chicago, como a desorganização social⁴³. Essa proposição, no sentido de que o sujeito deve ser desencorajado a cometer o crime, ou seja, deve ter em mente de que a chance de sofrer uma sanção é maior do que a de sair impune, é debatida desde a obra “Dos delitos e das penas”, de Cesare Beccaria, quando este anotou que “o caráter intimidatório das penas não está em seu rigor ou intensidade, mas na certeza de sua aplicação”⁴⁴. Portanto, o maior argumento capaz de desencorajar o sujeito que cogita cometer um delito não é a possibilidade de se impor uma pena severa, dura, e sim a certeza de sua punição, conforme já assentou Beccaria. Logo: não comece a pensar que a solução são penas severas.

E a teoria foi exposta por Sutherland originalmente por meio de sete proposições, sendo que mais duas foram acrescentadas posteriormente, finalizando-se com nove proposições. São elas:

1. O comportamento criminal se aprende;
2. O comportamento criminal se aprende em contato com outras pessoas, mediante um processo de comunicação;
3. O comportamento criminal se aprende no interior de um grupo em que as pessoas sejam íntimas;
4. A formação criminal compreende: a) o ensinamento das técnicas para cometimento de infrações, as quais são às vezes complexas e às vezes simples; b) a assimilação de motivos, impulsos, racionalizações e atitudes;

⁴³ Sutherland anotou que a teoria da associação diferencial e a desorganização social tão tratada pela Escola de Chicago são complementares: “La asociación diferencial es una explicación hipotética del delito, desde el punto de vista del proceso por el cual una persona es iniciada en el delito. La desorganización social es a su vez una explicación hipotética del delito desde el punto de vista de la sociedad. Estas dos hipótesis son complementarias y una es la contrapartida de la otra. Ambas se aplican al delito común, así como a los delitos de ‘cuello blanco’”. (SUTHERLAND, 1999, p. 295).

⁴⁴ BECCARIA, 2003.

5. Os motivos e os impulsos estão em função da interpretação favorável ou desfavorável acerca das disposições legais;
6. Um indivíduo se converte em delinquente quando as interpretações desfavoráveis relativas à lei prevalecem sobre as interpretações favoráveis;
7. A associação diferencial pode variar em frequência, duração e intensidade;
8. A formação criminosa por meio da teoria da associação diferencial põe em jogo os mesmos mecanismos que estão implicados em qualquer outra formação;
9. O comportamento criminal expressa um conjunto de necessidades e valores semelhantes aos que se expressam pelos comportamentos lícitos⁴⁵.

A partir da leitura dos enunciados trazidos por Sutherland, repara-se que a teoria da associação diferencial é uma teoria

⁴⁵ “1. Criminal behavior is learned;
 2. Criminal behavior is learned in interaction with other persons in a process of communication;
 3. The principal part of the learning of criminal behavior occurs within intimate personal groups;
 4. When criminal behavior is learned, the learning includes (a) techniques of committing the crime, which are sometimes very complicated, sometimes very simple; (b) the specific direction of motives, drives, rationalizations, and attitudes;
 5. The specific direction of motives and drives is learned from definitions of the legal codes as favorable or unfavorable;
 6. A person becomes delinquent because of an excess of definitions favorable violation of law over definitions unfavorable to violation of law;
 7. Differential associations may vary in frequency, duration, priority, and intensity;
 8. The process of learning criminal behavior by association with criminal and anti-criminal patterns involves all of the mechanisms that are involved in any other learning;
 9. While criminal behavior is an expression of general needs and values, it is not explained by those general needs and values since non-criminal behavior is an expression of the same needs and values.” (SUTHERLAND; CRESSEY, 2003, p. 131-134)

microsociológica e, dentro desta perspectiva, trata-se de uma teoria do aprendizado.

Para fundamentar estas nove proposições, Sutherland foi até o mundo dos negócios, onde realizou entrevistas com profissionais, principalmente jovens que acabavam de começar a atuar e homens que já haviam alcançado o sucesso profissional. A partir daí, demonstrou que os noviços tinham ideais e valores, mas que ao começarem a atuar profissionalmente nos negócios verificavam que precisariam utilizar de expedientes ilegais para conseguirem sobreviver e alcançar o sucesso. Além disso, os chefes demonstravam aos iniciantes os caminhos ilegais que poderiam ser percorridos para se alcançar um bom lugar e, em alguns casos, obrigavam estes a proceder de maneira contrária à lei e à boa moral⁴⁶. Por fim, interiorizavam aspectos favoráveis à burla. Assim, os mais experientes verdadeiramente ensinavam os caminhos ilícitos aos mais novos, confirmando a teoria da associação diferencial⁴⁷.

⁴⁶ Nas palavras de Sutherland (1999, p. 283): “[...]. Los delincuentes de ‘cuello blanco’, al igual que los ladrones profesionales, rara vez son reclutados de las filas de los delincuentes juveniles. Como parte del proceso de aprender el negocio en la práctica, un joven con idealismo y consideración por los demás es inducido al delito de ‘cuello blanco’. En muchos casos el gerente le ordena hacer cosas que él considera antiéticas o ilegales, mientras que en otros casos aparente cómo triunfar de aquellos que tienen el mismo rango que él. Aprende técnicas específicas de violar la ley junto con definiciones de situaciones en las que se usan estas técnicas. También, desarrolla una ideología general. Esta ideología se alimenta, en parte, de las prácticas específicas y pertenece a la categoría de las generalizaciones de experiencias concretas, pero en parte es transmitida como una generalización – por frases como ‘no estamos ellos negocios por nuestra salud’, ‘el negocio es el negocio’, o ‘ningún negocio se construyó en las beatitudes’. Estas generalizaciones de experiencia concretas, ya sean transmitidas como tales o en forma abstracta, ayudan al novato en los negocios a aceptar las prácticas ilegales y su ministrar le justificaciones.”

⁴⁷ É importante registrar que o próprio Sutherland reconhecia que os dados disponíveis eram escassos, mas que com o que se tinha em mãos a conclusão era a exposta: “Esta hipótesis y otras pueden a probarse adecuadamente solo por estudios de investigación organizados específicamente para este objetivo y por contacto directo con las Carreras de los hombres de negocios. A falta de estos

E tal procedimento ocorria com qual escopo? Alcançar o lucro máximo. Por exemplo, se uma empresa de determinado segmento começa a se utilizar de um expediente ilegal e começa a ganhar o mercado, as concorrentes também se utilizarão deste meio, para não ficar para trás.

O grande mérito desta teoria foi ser a primeira a versar a respeito dos crimes praticados de maneira profissional, por representantes da alta classe social, pois até o seu advento as pesquisas criminológicas se davam exclusivamente com base nas estatísticas do sistema penal, que só abrangiam pobres, os selecionados. Tinha-se, até então, a ilusão de que os mais abastados não cometiam crimes, servindo a pesquisa e a teoria de Sutherland para demonstrar que a prática de delitos está presente em todos os estratos sociais, em todos os bairros, em todas as raças.

Mas a teoria não foi aceita sem críticas, como não poderia deixar de ser. Schecaira sistematiza as principais da seguinte maneira:

A primeira delas diz com a desconsideração da incidência de fatores individuais de personalidade, ocultos e até inconscientes na associação e demais processos psicossociais. O crime nem sempre decorre de padrões racionais e utilitários, pois há fatos absurdos, ocasionais, espontâneos, impulsivos, alheios a qualquer processo de aprendizagem. Existe, ademais, uma certa simplificação na reconstrução muito mecânica do processo de aprendizagem. Há que sublinhar que o processo de aprendizagem depende de contatos simbólicos e nada concretos, que o convertem em um desenvolvimento muito complexo. Do mesmo modo, a teoria desatende as diferentes aptidões individuais para a aprendizagem; tampouco aclara o

estudios, es necesario por el momento depender de los datos a hora disponibles. Los datos a mano suministran dos tipos de evidencia documentada, a saber, descripciones biográficas o autobiográficas de las carreras de los hombres de negocios y descripciones de la difusión de prácticas delictivas de una situación a otra. (SUTHERLAND, 1999, p. 277).

porquê de sua interpretação estar dirigida unicamente aos modelos de comportamento criminal e às orientações de valores desviados. Ainda mais: não se explica a razão pela qual, em iguais condições, uma pessoa cede à influência do modelo desviante, e outra, nas mesmas circunstâncias, não. Ou, em outras palavras, por que alguém que convive com o modelo criminoso não adere obrigatoriamente a ele? Por fim – mas não menos importante -, tal como foi construída, a teoria não resulta eficaz para explicar a conduta individual dos agentes, ainda que tenha sido relevante para aplinar caminhos que posteriormente tenham sido analisados em termos sociais mais amplos⁴⁸.

Pensa-se que a principal reflexão que deve ser feita acerca da teoria consiste na questão relativa ao sujeito que cede e ao que não cede ao modelo criminoso, pois sabe-se que não é possível, de maneira alguma, generalizar: nem todos que “aprendem” as técnicas do crime e são convencidos de que seus benefícios suplantam os possíveis danos, de fato o cometem. Também não podemos pensar em paladinos da moralidade, aqueles que sabem os meandros e por serem “abençoados” ou por possuírem uma moral elevada não se encaminham para o mundo dos ilícitos. Pense no ex-paladino da moralidade Demóstenes Torres.

Por fim, consigna-se que a teoria apresentada teve grande repercussão na época em que foi levantada e até hoje é estudada, mormente nos Estados Unidos.

A partir da ótica da teoria exposta, será apresentado o estudo de Sutherland sobre os crimes de colarinho, desde já enfatizando que este foi o primeiro a estudar e indicar que os bem abastados também cometem crimes, sendo esta sua grande contribuição.

⁴⁸ SCHECAIRA, 2011, p. 224-225.

2.5 O ESTUDO DE SUTHERLAND

Conforme já alinhavado, Edwin H. Sutherland foi quem cunhou a expressão *white collar crimes* (crimes de colarinho branco), a qual é amplamente difundida e utilizada em todas as partes, possuindo tradução para os mais diversos idiomas. A primeira vez que a expressão foi levada ao público foi em seu discurso proferido na *American Sociological Society*, em 27 de dezembro de 1939.

No ano seguinte, a expressão ganhou o papel, quando da publicação, pela *American Sociological Review*, do artigo *White Collar Criminality*. Nesse primeiro momento, Sutherland reparou que as pesquisas criminológicas se utilizavam de dados oriundos da justiça criminal para tirar suas conclusões, as quais só poderiam constatar que a criminalidade era praticada por pobres, eis que os “clientes” dos órgãos estatais repressores eram (e são?) os membros da base da camada social.

Então, o sociólogo, com base em dados extraídos das estatísticas de alguns órgãos estatais dos Estados Unidos relacionados à economia e comércio, demonstrou que pessoas possuidoras de alto prestígio social também cometem crimes e que tal atuação não é esporádica. Também verificou as causas que levavam o sujeito a cometer tal infração penal, a ligação existente entre a sua ligação funcional com a estrutura social e os motivos pelos quais tais crimes permaneciam impunes⁴⁹.

A partir de tal constatação, pôde-se começar a dizer, porque provado ontologicamente, que todos cometemos crimes. Contudo, o autor consignou que aqueles delitos praticados por membros das classes baixas são perseguidos pelos órgãos estatais, sendo que os cometidos por integrantes da alta camada, quando chegam a alguma sanção, esta ocorre na esfera administrativa. Apontou, ainda, que a ausência de perseguição ocorre pois as vítimas de tais crimes são, na grande maioria das vezes, coletividades desorganizadas, portadoras de interesses difusos ou até mesmo toda a sociedade. Veras bem resume o pensamento do autor em relação às causas da menor reação penal aos crimes de colarinho branco nos seguintes termos:

⁴⁹ ANDRADE, V., 2003b, p. 261.

Para Sutherland, a escassa persecução penal a esses crimes se devia principalmente a três fatores: 1) o status de seus autores; 2) a tendência a apenas reprimir tais condutas em outros ramos do direito; 3) a falta de organização das vítimas contra os *whitecollar crimes*⁵⁰.

Sutherland continuou estudando o assunto e cinco anos mais tarde, especificamente em 1945, publicou o artigo intitulado *Is 'White-Collar Crime' Crime?*, no qual analisou se, mesmo com a altíssima taxa de impunidade, os crimes praticados pelos prestigiados socialmente eram, de fato, crimes. Nesta publicação, “mostrou uma visão mais sofisticada da criminalidade do que o paradigma etiológico – que antecipava até a visão do “*labeling*”⁵¹

Já no final de sua brilhante carreira, em 1949, Sutherland publicou a sua obra mais famosa, aquela mais estudada e debatida até os dias atuais em toda a comunidade jurídica internacional e que ainda é a obra de referência quando se estudam os crimes praticados pelos mais abastados. O livro se chama, como não poderia deixar de ser, *White Collar Crime*⁵².

Antes de se mergulhar nesse principal estudo de Sutherland, é interessante consignar que a obra deve ser interpretada à luz das teorias dominantes no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago e ter em perspectiva o grande número de crimes praticados na cidade de Chicago naquele período, bem como o alto grau de corrupção lá instalado a partir da década de vinte⁵³. Tais matérias já foram tratadas no início do presente capítulo.

De plano, conforme já alinhavado, o sociólogo expõe que, segundo os dados oficiais, o delito é muito praticado pelos membros da classe econômica baixa e pouco praticado por aqueles da classe econômica alta. E explica que, com base nesses dados viciados, a teoria dominante sobre as condutas delitivas afirma que as causas do delito devem ser atribuídas à

⁵⁰ VERAS, 2010, p. 34.

⁵¹ ANDRADE, V., 2003b, p. 261.

⁵² Traduzido para o espanhol como *El delito de cuello blanco*.

⁵³ Prólogo da obra *El delito de cuello blanco* (SUTHERLAND, 1999, p. 13.)

pobreza, que pode vir aliada a outras condições sociais ou pessoas, tais como a falta de lazer, educação e problemas no seio da vida familiar⁵⁴. E informa que na obra rebater-se-á essa tese, pois entende que patologias sociais e pessoais não são uma explicação correta para o fenômeno criminal. Também de início, traz a tese principal do livro:

La tesis de este libro, planteada positivamente, es que las personas de la clase socioeconómica alta participan en bastantes conductas delictivas; que estas conductas delictivas difieren de las conductas delictivas de la clase socioeconómica baja, principalmente en los procedimientos administrativos que se utilizan en el tratamiento de los delincuentes; y que las variaciones en los procedimientos administrativos no son significativas desde el punto de vista de la causación del delito.⁵⁵

Claro, então, que Sutherland irá dedicar seu livro a demonstrar que integrantes da classe socioeconômica alta praticam um número não desprezível de crimes, além de criticar a diferença no tratamento dispensado para estes sujeitos e para aqueles que não possuem as mesmas condições financeiras, o mesmo *status* social. Então, se é verdade que tanto pobres como ricos cometem crimes, aquela teoria que liga o fenômeno criminal à pobreza e suas decorrentes patologias é inválida, inócua.

E também chama atenção para uma suposição, pois consigna que “provavelmente”, importante: a de que os delitos de colarinho branco possuem um custo financeiro várias vezes superior àqueles delitos que comumente eram chamados de o grande problema delitivo.⁵⁶

Mas o que vem a ser um delito de colarinho branco, um *white collar crime*, um *delito de cuello blanco*? Sutherland traz uma definição a partir de uma perspectiva subjetivo-profissional:

⁵⁴ SUTHERLAND, 1999, p. 61.

⁵⁵ Ibid., p. 65.

⁵⁶ Ibid., p. 68.

[...] El delito de “cuello blanco” puede definirse, aproximadamente, como un delito cometido por una persona de respeitabilidad y status social alto en el curso de su ocupación. Consecuentemente, excluy muchos delitos de la clase social alta, como la mayoría de sus asesinatos, adultério, intoxicación, etc., ya que éstos no son generalmente parte de sus procedimientos ocupacionales.⁵⁷

Então, um delito de colarinho branco é aquele cometido por pessoa de posição social alta no exercício de suas atribuições profissionais. Até os dias atuais este é o conceito utilizado por quem discute esta espécie de crimes, podendo haver algumas críticas, mas não houve quem conseguisse superá-lo, até porque poucos tentaram. Marshall Clinard e Richard Quinney, por exemplo, sugeriram tão-somente a substituição do termo, no caso deles para “crime corporativo”⁵⁸, como se o termo influenciasse em alguma coisa.

Em geral, destaca-se que o conceito é por demais amplo e que Sutherland restringiu seu campo de pesquisa para comprovar sua tese em uma pequena gama de infrações. Assim escreveu Coleman:

Embora essa seja uma definição bem ampla, que engloba praticamente tudo, desde desfalques e espionagem industrial a suborno de funcionários do governo, em seu trabalho de pesquisa, Sutherland enfatizou quase que exclusivamente crimes na área empresarial e, em especial, violações dos regulamentos econômicos federais.⁵⁹

Até certo ponto, a crítica é válida, pois na obra clássica inteira fala-se superficialmente em subornos e foca-se em delitos praticados no seio da atividade industrial privada. Então, fica um aviso: se você é um daqueles que pretende queimar em fogueira os praticantes dos tradicionais Crimes contra a Administração

⁵⁷ SUTHERLAND, 1999, p. 65.

⁵⁸ COLEMAN, 2005, p. 7.

⁵⁹ Ibid., p. 3.

Pública positivados no Código Penal brasileiro, irá se decepcionar com a leitura, pois tais questões não são tratadas. De qualquer modo, você se deliciará quando o autor anotar veementemente que os poderosos não são punidos.

Ainda em relação ao conceito, há nos Estados Unidos da América um Centro Nacional contra o Crime do Colarinho Branco⁶⁰, o qual se reuniu no ano de 1996 e firmou seu conceito nos seguintes termos:

Os crimes do colarinho branco são atos ilegais ou antiéticos, que violam a responsabilidade fiduciária do monopólio público, cometidos por um indivíduo ou uma organização, geralmente no decorrer de uma atividade profissional legítima, por pessoas de posição social elevada ou respeitável, para obter ganhos pessoais ou organizacionais⁶¹.

Alguma inovação com relação ao conceito inaugurado por Sutherland? Não. Registre-se: no Brasil, felizmente, não contamos com um centro dessa natureza, ou melhor, ainda não contamos, pois não estamos longe.

Voltando-se ao foco, a pesquisa do autor consistiu na análise das condutas de setenta gigantes empresas dos Estados Unidos, excluindo-se as empresas públicas e aquelas que prestam serviço público. Nesta parte do estudo, percorreu acerca dos seguintes tópicos-delitos, infrações: restrições de comércio, falsa representação publicitária, infrações relacionadas a patentes, marcas e direitos autorais, práticas laborais injustas, descontos, fraude financeira e violação de confiança, violação de regulação de guerra e alguns outros delitos miscelâneos. Utilizou como fonte as informações obtidas em tribunais e em comissões administrativas.

Fato curioso é que Sutherland afirma veementemente que não há punição para os delinquentes de colarinho branco e poucos anos antes da publicação de seu estudo, foi iniciado o processo contra Al Capone, líder de um grupo criminoso que se dedicava ao contrabando e venda de bebidas, além de outras

⁶⁰ *National White Collar Crime Center* e <<http://www.nw3c.org.br>>.

⁶¹ COLEMAN, 2005, p. 11.

atividades ilegais, durante o período em que a Lei Seca vigorou nos Estados Unidos. Ao final, e ainda antes da publicação de Sutherland, Al Capone restou condenado pelo juiz Wilkerson a uma pena na ordem de dez anos, por questões tributárias, a qual foi cumprida na famosa prisão de Alcatraz⁶².

Após analisar a conduta das empresas, Sutherland traz as semelhanças e as diferenças existentes entre os crimes de colarinho branco e crimes “comuns”, devendo-se destacar que o autor conclui, dentre outras, que há mais crimes de colarinho branco do que demonstram as estatísticas oficiais e que o praticante de crime de colarinho branco não se considera um delinquente, pois não se enquadra naquele estereótipo tradicional de infratores, ou, em outras palavras, nos três “pês” de Heleno Fragoso: prostituta, pobre e preto⁶³.

Ao final, o autor em comento reconhece que a partir de seus estudos não se pode chegar a uma teoria completa sobre os crimes de colarinho branco, tendo em vista que os dados disponíveis são escassos⁶⁴. De qualquer sorte, com os dados que conseguiu angariar, informa que a gênese do crime de colarinho branco é a mesma dos crimes “comuns”, aplicando, assim, a já tratada teoria da associação diferencial para ambos⁶⁵. É preciso reconhecer que o autor logrou sim êxito em comprovar suas teses iniciais, sendo que na pior das hipóteses pode-se dizer que o mesmo trouxe “indícios” de que sua teoria corresponde à realidade.

Pode-se afirmar sem pestanejar que Sutherland revolucionou. Revolucionou porque demonstrou que a conduta criminal não faz parte somente da vida dos pobres, demonstrou que os “engravatados” não são as vítimas, pois cometem crimes de igual maneira, sendo que tais crimes são os mais danosos.

⁶² Disponível em: <<http://www.alcatrazhistory.com/cap1.htm>>.

⁶³ “Segundo, la conducta ilegal es mucho más extensa de lo que indican las acusaciones e denuncias. [...] El delincuente de cuello blanco no se considera a sí mismo como delincuente, porque con él no se emplean los mismos procedimientos oficiales que con los outros delincuentes, y porque debido a su status de clase, no tiene asociaciones personales íntimas con aquellos que se definen a sí mismos como delincuentes.” (SUTHERLAND, 1999, p. 262; 266)

⁶⁴ Talvez aqui resida a grande crítica ao trabalho, eis que não há precisão e os métodos utilizados podem ser falhos.

⁶⁵ SUTHERLAND, 1999, p. 277.

Então, o autor merece ser estudado e saudado por ter aberto uma caixa de pandora.

Apesar das críticas acerca da diferença de tratamento entre criminosos da alta e da baixa camadas sociais, Sutherland não oferece nenhuma tentativa de solução para o caso. Em tempo: não se esperava que o sociólogo apresentasse uma solução mágica que solucionasse de vez o problema, até porque pensa-se que esta não existe.

Passaram-se décadas até que nos anos 80 o novo paradigma criminológico intitulado Criminologia Crítica revisitou o assunto, com as considerações que se passarão a discorrer.

Entretanto, antes de se adentrar no assunto, uma última palavra acerca da obra de Sutherland, na verdade, uma provocação. Em seus escritos, o sociólogo anota que os meios de comunicação não definem os crimes de colarinho branco de maneira muito crítica, pois as corporações midiáticas não tem intenção de degradar as grandes figuras por serem portadoras do mesmo *standard*, além de poderem perder anunciantes caso reagissem contra tais sujeitos:

Los medios de comunicación de masas que continuamente definen violaciones ordinarias del código penal de una manera muy crítica, no hacen definiciones similares del delito de “cuello blanco”. Pueden mencionarse varias razones por esta diferencia. Los periódicos importantes, las corporaciones de películas y las de radio son todas grandes corporaciones, y las personas que son dueñas y las administran tienen los mismos standards que las personas que administran otras corporaciones. Estas agencias derivan su ingreso principal de la publicidad de otras corporaciones de negocios, y tenderían a perder una parte considerable de su ingreso si fuesen críticos de las prácticas de negocios en general o de determinadas corporaciones⁶⁶.

⁶⁶ SUTHERLAND, 1999, p. 282.

Nos dias atuais, tais disposições caíram por terra, eis que é comum ver-se políticos estampados nas capas de jornais e revistas, quando envolvidos em algum escândalo político⁶⁷.

No mesmo sentido, Zaffaroni ao apresentar propostas de uma política criminal oriunda da Criminologia Crítica, tratada ainda neste capítulo, afirma que deve haver uma mudança na opinião pública, eis que esta, pelas mãos da mídia manipulada pela classe dominante, tem em mente que os criminosos são os selecionados do direito penal, os pobres e pretos em grande maioria.

Depois de apresentada aos estudiosos, mormente a sociólogos nesse primeiro momento, a obra *White Collar Crimes*, tornou-se o livro clássico de Sutherland, traduzido para diversos idiomas, estudado e debatido até os dias atuais. Trata-se de verdadeiro marco científico, pois chamou atenção para uma questão que até o momento não era estudada, não havia sido levantada: os crimes praticados por mais abastados. Mais do que qualquer outro, aqui reside a grande contribuição do estudo.

Passada esta primeira parte do capítulo que inicia o estudo, discorrer-se-á, em seguida, sobre o paradigma criminológico intitulado “Criminologia Crítica”, o que tratou em larga medida sobre os crimes de colarinho branco, residindo aqui sua importância para o trabalho.

2.6 CRIMINOLOGIA CRÍTICA

A Criminologia crítica se desenvolveu a partir da década de 60 do século XX, mas apesar de ser a vertente criminológica mais estudada na academia, há grande acúmulo de saber criminológico anterior a ela, o qual, inclusive, encontra-se mais presente no senso comum. Então, veremos, mesmo que rapidamente, o que de importante foi produzido antes do criticismo. E também há conhecimento pós-Criminologia Crítica, que também será delineado.

⁶⁷ Verificando-se as capas da Revista Veja (Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/busca/resultado-capas.shtml?Vyear=2012>>), nota-se que no ano de 2012, o até pouco tempo líder político José Dirceu estampou a capa do periódico, com a palavra “RÉU” grifada abaixo, devido ao processo popularmente chamado de “mensalão”.

2.6.1 Criminologia

Pensando-se que o presente trabalho pode estar sendo lido por sujeito que se encontra fora dos largos muros da ciência jurídica, vale fazer uma pequena introdução sobre a Criminologia, demonstrando-se qual seu campo de atuação.

Molina e Gomes trazem a seguinte definição da Criminologia:

Cabe *definir* a Criminologia como ciência empírica e interdisciplinar, que se ocupa do estudo do crime, da pessoa do infrator, da vítima e do controle social do comportamento delitivo, e que trata de subministrar uma informação válida, contrastada, sobre a gênese, dinâmica e variáveis principais do crime – contemplando este como problema individual e como problema social -, assim como sobre os programas de prevenção eficaz do mesmo e técnicas de intervenção positiva no homem delinquente.⁶⁸

Do conceito apresentado é importante destacar o objeto da ciência e suas funções. O primeiro reside no estudo, na análise do delito, do delinquente, da vítima e do controle social. Já as funções consistem em explicar e prevenir o crime, além de pensar na questão relacionada à intervenção na pessoa do infrator. Para proceder suas análises, a Criminologia se utiliza do empirismo, aproximando-se do mundo real, da observação da realidade e da transdisciplinaridade⁶⁹, sendo que porque transdisciplinar, é estudada não somente por juristas, mas também e talvez até de melhor maneira, por psiquiatras, psicólogos, sociólogos e antropólogos.

Quanto ao questionamento acerca de ser a Criminologia uma ciência ou não, não há consenso, mas é possível dizer sem pestanejar que a grande maioria dos autores lhe carimbam como tal. Como ciência, possui um método, um objeto e uma função, os quais foram apresentados no parágrafo anterior, além de

⁶⁸ MOLINA; GOMES, 1997, p. 33.

⁶⁹ Ryanna Palas Veras ressalta que a interdisciplinaridade, possivelmente, é a mais importante característica da Criminologia. (VERAS, 2010, p. 1).

contar com um extenso saber acumulado por diversas décadas de investigações. No entanto, é preciso anotar que se trata de uma ciência que não é exata, a qual não traz certezas invencíveis como pretendem e fazem estas, ou seja, não traz informações definitivas, estando permanentemente em renovação⁷⁰. Trata-se, portanto, de uma ciência do “ser”.

Do outro vértice, Salo de Carvalho defende, de maneira consistente, que é inviável qualificar a Criminologia como ciência:

Desta forma, importante pontuar que, diferentemente das disciplinas dogmáticas atreladas ao formalismo (dogmatismo), não houve (sequer há) padronização, ou seja, inexistente ‘a’ criminologia. Há criminologias, entendidas como pluralidade de discursos sobre o crime, o criminoso, a vítima, a criminalidade, os processos de criminalização e as violências institucionais produzidas pelo sistema penal. A premissa permite, inclusive, sustentar a fragilidade epistemológica de qualquer discurso criminológico que se pretenda científico, visto não ser factível a visualização dos pressupostos mínimos que possam auferir esta qualificação – v.g. unidade e coerência metodológica, definição de objeto, delimitação de horizontes de pesquisa, direcionamento teleológico das investigações⁷¹.

De fato, o autor acerta ao afirmar que não há “a” Criminologia e sim Criminologias, pois, como se verá adiante, o saber criminológico se compõe de discursos acerca do crime, seus atores e suas consequências, que se utilizam de referenciais, métodos de análises, distintos.

⁷⁰ Traduz-se a renovação em exemplo: a Criminologia Crítica dizia que as cadeias eram frequentadas quase que exclusivamente por homens, sendo que nos dias atuais tal informação restou modificada, devido à explosão do delito de tráfico de drogas, que é muito praticado por mulheres.

⁷¹ CARVALHO, 2008, p. 12.

De qualquer forma, avançaremos vendo como as primeiras escolas criminológicas tratavam do assunto, partindo-se da Escola Clássica⁷². Isto, não sem antes alertar para o fato de que a história da Criminologia, que é contada tradicionalmente de maneira burocrática por seus manuais⁷³ por meio de uma

⁷² Não há exatidão sobre quem é o “pai” da Criminologia e qual Escola deve ser utilizada como ponto de partida para o estudo, como bem salienta Schecaira: Para gizar esse momento pré-científico, é necessário identificar o ponto em que a criminologia passa a ser conhecida com certa autonomia científica. Para a maioria dos autores, Cesare Lombroso foi o “fundador da criminologia moderna”, com a edição de *Homem delinqüente*, em 1876. Em sentido estrito, a criminologia é uma disciplina ‘científica’, de base empírica, que surge quando a denominada Escola Positiva italiana (*scuola positiva*), é dizer, o positivismo criminológico, cujos representantes mais conhecidos foram Lombroso, Garofalo e Ferri, generalizou o método de investigação empírico-indutivo. Outros autores, em oposição a essa convicção, afirmam que Lombroso, embora tenha sido o responsável por um importante impulso nos estudos científicos do crime, do criminoso, do controle social do delito, e da própria vítima, não foi o primeiro a fazer tal estudo de forma sistemática. Destacam, por exemplo, escolas e autores que já estudavam o fenômeno, como o antropólogo Topinard, que em 1879, pela primeira vez, empregou a palavra “criminologia”, e o próprio Garofalo, seguidor de Lombroso, que em 1885 utilizou o termo como título de uma obra científica. Dentro desse contexto, diminui, em parte, o protagonismo precursor de Lombroso. Há autores, ainda, que não deixam de destacar a existência de uma criminologia da Escola Clássica, em grande parte devida a Carrara e seus seguidores, o que faria retroceder ao marco inicial dessa linha de pensamento, com a edição do *Programa de direito criminal*, em 1859. Por outro lado, não se pode deixar de lembrar que o pensamento dogmático da Escola Clássica, só se configura no início da segunda metade do século XIX, porquanto precedido pelo pensamento filosófico precursor de Cesare Bonesana, Marquês de Beccaria, ao publicar seu *Dos delitos e das penas*, em 1764. Sendo assim e considerando que muitas das concepções do Direito Penal liberal já haviam sido lançadas por Beccaria, não se poderia deixar de reconhecer nele o primeiro pensador da chamada criminologia, não obstante haja quem possa ver em Quetelet, principal autor da Escola Cartográfica, que em 1835 publica seu *Ensaio de física social*, verdadeiro marco da criminologia, dentro de uma perspectiva não biológica. (SCHECAIRA, 2011, p. 88-89).

⁷³ E inclusive nesta dissertação.

sucessão de escolas criminológicas não ocorre de maneira linear, ou seja, não há superação de um paradigma com o surgimento do novel, ou seja, o paradigma que eclode não surge da noite para o dia e não enterra o que estava em voga anteriormente, eles convivem.

2.6.2 Escola Clássica

A Escola Clássica integra os estudos sobre crime, direito penal e pena realizados nos países europeus nos séculos XVIII e XIX e inaugura a moderna Criminologia, sendo sempre o ponto de partida desta cadeira, quando de seu estudo em cursos de graduação. Os autores mais estudados, mais prestigiados, são os seguintes: o inglês Jeremy Bentham; o alemão Anselm von Feuerbach e o italiano Cesare Bonesana, o Marquês de Beccaria, que publicou no ano de 1764 a obra ‘Dos Delitos e das Penas’⁷⁴.

Foram seus adeptos os responsáveis por tirar do senso comum o pensamento de que o crime era algo sobrenatural, demoníaco e praticado por pecadores. Com base no pensamento iluminista, que guiou o caminho de seus estudiosos, restou assentado que os cidadãos são todos iguais e responsáveis por seus atos, não havendo uma indução por ente divino que levasse estes a cometerem um crime. Então, o primeiro grande avanço proporcionado pela escola consiste na superação da concepção metafísica, voltando-se para a direção do humanismo racionalista.

Partindo desta ideia, a escola via o delito como um ente meramente jurídico, ignorando “toda personalidade no delinquente e sua história biológica e psicológica, e por outro lado, à totalidade natural e social em que se insere sua existência”⁷⁵. Quem destacou tal posicionamento, no sentido de que o crime é um ente jurídico e não um ente de fato, foi

⁷⁴ Originalmente intitulado *Dei delitti e dele pene*. É importante consignar que este é tido como o livro mais importante da escola, sendo que até hoje não há acadêmico que finalize a graduação em Direito sem acessá-lo. Apesar disto, não foi esta a obra que criou, inaugurou o pensamento clássico, eis que uma “escola” não surge com uma obra e por meio de um só autor.

⁷⁵ BARATTA, 2002, p. 38.

Francesco Carrara. Aqui, cabe uma crítica à escola, pois hoje em dia, com os estudos da Criminologia Crítica, que serão vistos ainda neste capítulo, verifica-se que os fatores sociais não podem, de maneira alguma, serem desprezados, quando do estudo do fenômeno criminológico.

Em resumida síntese, destacando-se seus mais conhecidos estudiosos e vendo-se suas principais características, tratou-se da Escola Clássica e, em seguida, focar-se-á na Escola Positivista, a qual também buscou sua base na filosofia iluminista.

2.6.3 A Escola Positivista

A Escola Positivista predominou no final do século retrasado e no início do passado, possuindo traços bastante firmes, pois tratou a questão da criminalidade como se fosse uma patologia, dando ênfase às características biológicas e psicológicas das pessoas e afirmando que tais traços separam os criminosos dos homens normais.

A Escola Positivista nasceu na Europa, tendo como maiores expoentes Lombroso⁷⁶, Ferri⁷⁷ e Garófalo, autores das obras *L'Uomo delinquente* (1876), *Sociologia criminale* (1891) e *Criminologia – Studio sul delitto e sulla teoria dellarepressione* (1885), respectivamente. Tal escola é vista, por muitos autores, como a fundadora do cientificismo criminológico por ter utilizado o método empírico-indutivo, ou seja, foi a primeira a proceder um estudo de maneira sistemática. De forma bastante condensada, a Criminologia positivista, de maneira pretensiosamente científica, entende que “a criminalidade é um meio natural de comportamentos e indivíduos que os distinguem de todos os outros comportamentos e de todos os outros indivíduos”⁷⁸, ou seja, alguns indivíduos, por traços de sua personalidade, são predispostos a cometer crimes. A partir dessa premissa, deveríamos proteger a sociedade (os bonzinhos, os mocinhos) daqueles que potencialmente podem ser perigosos (os ruins, os vilões).

⁷⁶ Trabalhava a Antropologia Criminal.

⁷⁷ Estudava a Sociologia Criminal.

⁷⁸ ANDRADE, V., 2003, p. 35.

Viu-se, anteriormente, que a Escola Clássica entendia que o delito era um ente jurídico e assim também procede a Escola Positivista. Entretanto, para esta “o direito que qualifica este fato humano não deve isolar a ação do indivíduo da totalidade natural e social”⁷⁹.

Então, os positivistas viam a Criminologia como uma Ciência causal-explicativa da criminalidade, informando que a criminalidade é um fenômeno natural, que pode ser determinado causalmente. Além disso, pensavam que a Criminologia tinha o escopo de explicar as causas do crime a partir da utilização do método experimental, com auxílio das estatísticas oficiais, refletindo sobre maneiras de combater a criminalidade.⁸⁰

Augusto Thompson sintetiza muito bem o pensamento da escola em apreço, com os seguintes dizeres:

Três postulados seguram todo o edifício da construção criminológico-positivista: 1. O crime é um fenômeno natural. 2. O estudo do crime deve ser realizado através do mesmo processo de conhecimento usado para as ciências naturais. 3. Pela observação e pesquisa dos criminosos, assim identificados oficialmente, é possível desvendar as causas do crime e extirpá-las da sociedade⁸¹.

Lombroso, que é citado por muitos como o fundador da Criminologia moderna, do período “científico” da Criminologia, com sua obra citada, é a grande figura da Escola Positivista⁸², pois seus estudos despertam interesse até os dias atuais. O médico dizia haver um criminoso nato (tal expressão foi cunhada por Ferri, na verdade, que foi quem auxiliou Lombroso em suas pesquisas experimentais), ou seja, via na própria pessoa, no criminoso, a causa do crime. Tentou comprovar sua teoria da seguinte forma: comparou grupos de não criminosos com criminosos italianos, ressaltando os problemas anatômicos e

⁷⁹ BARATTA, 2002, p. 38.

⁸⁰ ANDRADE, V., 2003, p. 35.

⁸¹ THOMPSON, A., p. 39.

⁸² Como já salientado quando se falou de Beccaria, alerta-se novamente: Lombroso não foi, sozinho, o criador de uma novíssima teoria, o seu mérito foi condensar e articular o pensamento dominante.

fisiológicos destes. Assim, definiu um tipo antropológico delinquente, ou seja, um estereótipo humano daqueles destinados a cometer crimes.

Enrico Ferri já não via o fenômeno criminológico como algo que pudesse ser resumido única e exclusivamente a fatores antropológicos, como afirmava Lombroso, pois acrescentava fatores físicos e sociais como causas das quais decorria a criminalidade.

E Rafael Garófalo é lembrado por ter suscitado um debate interessante que se arrasta até os dias atuais, pois tentou verificar se existem delitos naturais, estes entendidos como crimes que, em todos os tempos e lugares, seriam vistos como tal. O estudioso apresentou uma resposta afirmativa, por entender que o delito natural é a violação “daquela parte do sentido moral que consiste nos sentimentos altruístas fundamentais de piedade e probidade [...] cuja medida é necessária para a adaptação do indivíduo à sociedade”⁸³. Seriam, assim, delitos naturais aqueles que geralmente são vistos pela sociedade como atrocidades: parricídio, latrocínio, homicídio brutal.

Por mais bizarra que a teoria de Lombroso pareça, deve-se deixar consignado que até os dias atuais existem autores que pretendem atualizá-la. Exemplo disso são os estudos neurocriminológicos e os projetos criminológicos-atuariais. Recentemente, para se ilustrar com um exemplo, a polícia de Chatham-Kent apresentou um estudo sobre os signos dos criminosos, concluindo que aqueles que tem o signo de Áries tem mais chances de cometer crimes⁸⁴. Então, se você tem um amigo ou conhecido de tal signo, afaste-se, pois as chances dele cometer um crime são maiores. Se possível, aproxime-se dos sagitarianos, eles são menos tendentes ao cometimento de crimes.

Além de fomentar estudos hodiernamente, a escola também marca presença em nosso Código Penal de 1940, tal qual a Escola Clássica, como firmado na exposição de motivos:

Ao invés de adotar uma política extremada em matéria penal, inclina-se para uma

⁸³ SCHECAIRA, 2011, p. 115.

⁸⁴ KUITENBROUWER, 2011.

política de transação ou de conciliação. Nele, os postulados clássicos fazem causa comum com os princípios da Escola Positiva.

O sistema duplo-binário, trazido pelo Código Penal, consistente na previsão de pena, com fundamento na Escola Clássica e medida de segurança, embasado nas ideias da Escola Positiva, é exemplo latente da utilização das ideias de ambas as escolas no nosso Código repressivo. Além disso, não é difícil localizar decisões judiciais que utilizem a expressão “temibilidade”, cunhada por Garofalo⁸⁵ e “criminosos habituais”, de Ferri.⁸⁶

Uma diferença abissal entre as Escolas Clássica e Positivista advém do fato de que a primeira defendia a pena por tempo limitado, enquanto a segunda, chamando de medida de segurança, afirmava que esta deveria ter duração ilimitada, até que fosse verificada a “recuperação” do condenado, visto que via este como alguém com problemas psicológicos.

É preciso deixar claro que a Escola Positiva não trouxe somente ideias como as de Lombroso, sendo considerada mais importante do que a Clássica para o avanço do pensamento criminológico, pelo fato de ter dado grande contribuição na área metodológica. Esta é a opinião de Schecaira:

Para a criminologia, sem qualquer dúvida, não obstante as considerações de natureza penal dos clássicos terem sido importantes, são os positivistas que trazem as principais contribuições. [...] Sem qualquer dúvida, a contribuição metodológica foi, pois, o grande avanço trazido por essa perspectiva de pensamento, para esta nova ciência, uma vez que autorizou intelectualmente a superação da visão exclusivamente dedutiva, de raciocínio lógico-abstrato, para a adoção de um posicionamento indutivo, empírico, de constatação da realidade para a obtenção de sua efetiva explicação.⁸⁷

⁸⁵ Vide decisão proferida no HC nº 68124/DF, no Supremo Tribunal Federal.

⁸⁶ Vide HC nº 191320/DF, no Superior Tribunal de Justiça.

⁸⁷ SCHECAIRA, 2011, p. 145.

Para finalizar a apresentação da escola, repara-se que a mesma deu importância gigantesca para as experimentações que seus adeptos, mormente Lombroso, realizaram, pensando que, a partir destes estudos do comportamento desviante, poder-se-ia lograr êxito na prevenção do delito. Mais tarde, viu-se os equívocos de Lombroso e seus seguidores.

É importante denunciar, com base na obra de Vera Andrade, antes de se passar para o próximo tópico, que a Criminologia positivista não encontra, academicamente, mais nenhuma “base teórica e empírica de sustentação”, mas no senso comum permanece como pensamento hegemônico. Portanto, a mudança de paradigma, ou seja, a “morte” da Criminologia positivista, não chegou às ruas, ou seja, a população ainda não sepultou esse defunto⁸⁸. O desafio é levar para além dos muros das universidades esse saber. Trata-se de uma tarefa árdua, pois a mídia colabora para que o defunto na academia continue tendo vida nas ruas⁸⁹.

2.6.4 Do *labeling approach*: fomentador da mudança de paradigma

Uma grande virada desestruturadora nos estudos da Criminologia foi proporcionada pelas teorias do *labeling approach*, o qual possui raízes no interacionismo simbólico de Charles Cooley e Georg Mead e na etnometodologia, inspirada pela sociologia fenomenológica de Alfred Schutz, sendo definido por Vera Andrade nos seguintes termos:

[...] o desvio – e a criminalidade – não é uma qualidade intrínseca da conduta ou uma entidade ontológica preconstituída à reação (ou controle) social, mas uma qualidade (etiqueta) atribuída a determinados sujeitos através de complexos processos de

⁸⁸ ANDRADE, V., 2003b, p. 34.

⁸⁹ Sobre a necessidade deste pensamento passar dos muros da academia escrevi o artigo “Criminólogos do RAP”, publicado na Revista do IBCCRIM (BRUGGEMANN, 2012).

interação social; isto é, de processos formais e informais de definição e seleção.⁹⁰

Quem bem formulou as bases do *labeling approach*, comumente traduzida como etiquetamento ou rotulação, foi o sociólogo norte-americano Howard Saul Becker, autor da obra *The Outsiders*, publicada no ano de 1963:

[...] os grupos sociais criam o desvio ao fazer as regras cuja infração constitui o desvio e aplicar ditas regras a certas pessoas em particular e qualifica-las de marginais (estranhos). Desde este ponto de vista, o desvio não é uma qualidade do ato cometido pela pessoa, senão uma consequência da aplicação que os outros fazem das regras e sanções para um 'ofensor'. O desviante é uma pessoa a quem se pode aplicar com êxito dita qualificação (etiqueta) [...].⁹¹

Os estudiosos do *labeling* tentam compreender, estudar, a criminalidade a partir do sistema penal, partindo das normas abstratas e passando até a ação das instâncias ditas oficiais, tais como política, judiciário, instituições penitenciárias, que são responsáveis por rotular, etiquetar os indivíduos como criminosos, tendo em vista que há sujeitos (todos nós) que praticam crimes e não “ganham” tal rotulação, não sendo vistos pela sociedade como criminosos. Portanto, quem diz quem é criminoso são as instâncias oficiais de controle social.⁹² Para se provocar uma reflexão sobre o tema que será estudado em outra parte do presente estudo, consigna-se, desde já, que a mídia dos dias atuais também é responsável por estigmatizar alguns selecionados.

Há uma grande mudança na definição da criminalidade, pois, como visto, a Escola Positivista investigava as causas do crime e a pessoa do criminoso, sendo que a nova teoria foca na reação social da conduta desviada e no impacto que o etiquetamento de criminoso gera no sujeito. Inclusive, a literatura

⁹⁰ ANDRADE, V., 2003b, p. 205.

⁹¹ BECKER, 1971, p. 19.

⁹² BARATTA, 2002, p. 86.

criminológica afirma haver uma “revolução” de paradigma, utilizando-se do sentido Kuhniano, pois o antigo paradigma investigava as causas da criminalidade e o novo investiga as condições, os processos de criminalização e das agências punitivas.

Outro ponto importante é a constatação de Lemert de que, uma vez estigmatizado pela primeira punição, o cidadão muda de identidade, assumindo a condição de criminoso e permanecendo em tal papel social. Assim, pode-se dizer que as pesquisas inspiradas no *labeling approach* derrubaram as cortinas das funções preventivas e reeducativas da pena, pois mostraram o contrário, ou seja, que o rotulado, após sofrer a primeira sanção, tem muito mais chances de abraçar a carreira criminosa do que se reeducar e retornar ao convívio social harmônico. E isto ocorre não porque este o indivíduo nasceu com DNA criminoso conforme pensava Lombroso, destaque-se. Além do próprio sujeito modificar sua identidade, a sociedade também transforma a imagem que tem deste sujeito, pois começa a identificá-lo de uma forma diferente, incidindo um processo de reinterpretação.⁹³

Também restou fortemente abalado o tão propugnado *princípio da igualdade* do Direito Penal, pois se constatou que a grande maioria da população comete crimes⁹⁴, afastando-se o pensamento até então difundido de que a prática criminal é “virtude” de uma pequena parcela. Acontece que somente alguns desses criminosos recebem o carimbo oficial de CRIMINOSO. E aqui reside, talvez, o grande aprofundamento da teoria crítica, no sentido de explorar, verificar quem são estas pessoas que são rotuladas e por quais motivos tal seleção ocorre. Como visto, Sutherland⁹⁵ já deixou claro que os criminosos do colarinho branco estão imunes da perseguição penal, sendo que no

⁹³ Nos dias atuais são muitos os programas que tentam mitigar essa mudança de interpretação, mostrando que o egresso do sistema penal deve ter uma chance, como o “Projeto Começar de Novo” do Conselho Nacional de Justiça.

⁹⁴ Todos somos criminosos.

⁹⁵ É interessante anotar que os teóricos do *labeling* afirmam que o autor da conduta criminal não sofre influências de seu meio ambiente, conforme anotado por Vera Andrade (2003) na página 41 da obra ‘sistema penal máximo’, sendo que aqui reside um choque com a teoria de Sutherland, eis que o sociólogo dava importância às influências do meio ambiente.

presente trabalho verificar-se-á se a atuação midiática alterou tal previsão.

Deslegitima-se, assim, a Escola Positiva⁹⁶, ao constatar-se que as estatísticas criminais são fruto da construção humana e não um fenômeno natural, ou seja, tais dados não refletem a realidade da criminalidade, pois só constam nas estatísticas os selecionados e definidos pelas instâncias oficiais de controle como criminosos. E quem são esses selecionados pelo sistema? Os membros da classe baixa, como já levantado por Sutherland.

Sobre medidas de política criminal, Veras traz, de maneira condensada, quais são as propostas emanadas no *labeling approach*:

A política criminal formulada pelo *labeling approach* volta-se para o sistema de repressão, pois é ele que identifica e rotula o delito. Também propõe a redução do direito penal, que gera estigma e propicia e delinquência secundária. Busca soluções dentro do sistema social, sem alterá-lo estruturalmente, e por isso é considerada conservadora. Suas principais propostas são: 1) a descriminalização; 2) a não intervenção radical; 3) a instituição de programas de recuperação e integração 4) o aperfeiçoamento do *due process of law*.⁹⁷

Apesar de toda a nova carga de informações valiosíssimas dessa revolução paradigmática proporcionada pelo *labeling approach*, não houve superação do positivismo etiológico. Inclusive, conforme se verá adiante, também a Criminologia Crítica não logrou êxito em derrubar o positivismo (academicamente pode-se dizer que sim; agora, no senso comum, permanece entranhado).

Após, veio a Criminologia dita crítica, a qual entra pela via da Criminologia da reação social e transborda, superando-a, como será apresentado a seguir.

⁹⁶ Deslegitima-se, também, o sistema penal posto. Isto, sem grandes dificuldades, pois como coloca Zaffaroni, em nossa região tal deslegitimação se dá pela evidência dos fatos. (ZAFFARONI, 1991, p. 67).

⁹⁷ VERAS, 2010, p. 93.

2.6.5 A Criminologia Crítica

A Criminologia dita crítica, também chamada de radical, desenvolveu-se a partir da década de sessenta do século passado, tendo sua origem nas obras 'Punição e Estrutura Social', dos autores Georg Rusche e Otto Kirchheimer⁹⁸, recebendo os influxos da Escola de Frankfurt, e 'Vigiar e Punir', de Michel Foucault⁹⁹. Chamada à época "nova Criminologia", começou a ser estudada nos Estados Unidos e na Inglaterra e, após, irradiou-se por toda a Europa. Em especial, dois movimentos fomentaram seus estudos: nos Estados Unidos, a *Union of Radical Criminologists*, na Universidade de Berkeley, com os professores Schwedinger e Platt, e na Inglaterra a *National Deviance Conference* (NDC), que contava com Taylor, Walton e Young, sendo que estes últimos são até hoje conhecidos mundialmente por terem escrito dois clássicos dessa nova Criminologia, chamados *The new criminology: for a social theory of deviance* e *Critical criminology*. Diversos outros autores foram importantes na formação do pensamento da Criminologia crítica, como os italianos Melosi, Pavarini, Bricola e Baratta, o francês Foucault, o português Boaventura de Sousa Santos. Já no Brasil, contamos com Roberto Lyra Filho e Juarez Cirino dos Santos, seguidos pela gaúcha radicada em Santa Catarina Vera Regina Pereira de Andrade.

Há, em especial, um filósofo que calca o pensamento desta vertente criminológica, Karl Marx¹⁰⁰. Esta é conceituada da seguinte forma, nas palavras de Morais da Rosa:

⁹⁸ Na obra, os autores demonstram com clareza como passamos de uma fase em que a pena recaía sobre o corpo, passando à disciplina da mão de obra, voltada exclusivamente para os interesses mercantis.

⁹⁹ Vera Malaguti Batista (2011) anota que embora Foucault cite pouco Rusche e Kirchheimer, uma leitura atenta da obra do francês nos mostra a influência de um sobre o outro.

¹⁰⁰ É importante destacar a anotação de Zaffaroni (1991, p. 51) no sentido de que Marx não analisou, com profundidade, o sistema penal, apesar de fixar que é necessário deslegitimar o sistema penal, eis que faz parte da superestrutura ideológica. Schecaira (2011, p. 345-346) bem resume o entendimento de Marx acerca do fenômeno criminal: "[...] Segundo afirmação de Marx, com sua proverbial ironia, o crime produziria professores, livros, todo um sistema de controle

A *Criminologia Crítica*, ao invés de se centrar na figura/estereótipo do binômio do casal criminoso/crime, passou a olhar para alguém e além dele: percebeu que o indivíduo dito criminoso encontra-se necessariamente inserido em um contexto social, propenso, portanto à estigmatização e etiquetamento. Observou o discurso da legitimação/exclusão dos indivíduos, percebendo a maneira pela qual o sistema repressivo é construído/forjado. Este sistema, com seus discursos hegemônicos de paz e ordem social, com maquiagem, escamoteia o modelo de sociedade excludente que sustenta/legitima¹⁰¹.

Portanto, a “nova” Criminologia, sob o enfoque macrosociológico, analisando os sistemas penais vigentes,

social – juízes, policiais, promotores, jurados -, métodos de tortura; teria feito evoluir procedimentos técnicos, datiloscópicos, químicos e físicos, para detectar falsificações; favoreceria, assim, fabricantes e artesões, rompendo a monotonia da vida burguesa; enfim, daria, desta maneira, um estímulo às forças produtivas. Vale dizer, o centro das atenções do marxismo em relação à criminalidade é o seu caráter de crítica ao funcionalismo do pensamento criminal. A lei nada mais é que um sistema (também designado superestrutura) dependente do sistema de produção (infraestrutura ou base econômica). O direito, ao contrário do que afirmam os funcionalistas, não é uma ciência, mas sim uma ideologia que só será entendida mediante uma análise sistêmica denominada método histórico-dialético. O homem, por sua vez, não tem o livre arbítrio que lhe atribuem, pois está submetido a um vetor econômico que lhe é insuperável e acaba por produzir não só o crime em particular, mas também a criminalidade como um fenômeno mais global, com as feições patrimoniais e econômicas que todos conhecem.” Baratta (2002, p. 159) também introduz o assunto: “Quando falamos de ‘criminologia crítica’ e, dentro deste movimento tudo menos que homogêneo do pensamento criminológico contemporâneo, colocamos o trabalho que se está fazendo para a construção de uma teoria materialista, ou seja, econômico-política, do desvio, dos comportamentos socialmente negativos, e da criminalização um trabalho que leva em conta instrumentos conceituais e hipóteses no âmbito do marxismo.”

¹⁰¹ ROSA, 2005, p. 41.

verifica as condições estruturais e funcionais que, na sociedade capitalista, originam o fenômeno do desvio, distinguindo claramente e criticando a diferenciação que existe no tratamento das condutas das classes menos favorecidas e daquelas praticadas pelos detentores do capital, do poder, inclusive a criminalidade de colarinho branco, objeto do presente estudo¹⁰². Esta diferença de tratamento dispensada para crimes praticados por menos e mais abastados foi denunciada com números, de forma empírica, pelo professor Lédio Rosa de Andrade em artigo científico para o concurso público de ingresso ao cargo de professor da Universidade Federal de Santa Catarina, utilizando-se como referência os dados oficiais no Ministério Público de Santa Catarina; entre os anos de 2006 a 2009, restou consignado que 56,28% das denúncias versavam acerca de crimes contra o patrimônio privado e 43,72% a respeito dos outros crimes previstos no Código Penal; incluindo os crimes previstos na legislação especial, chegou-se à porcentagem de 33,86% imputando crimes contra o patrimônio privado e 66,13% imputando os demais crimes; focando-se nos crimes praticados pelos detentores do poder, para se utilizar a linguagem crítica, verifica-se as seguintes porcentagens: Meio Ambiente – 4,72%; Consumidor – 0,53%; Moralidade Administrativa – 0,22%; Idosos – 0,12%; Ordem Tributária – 2,33%; Lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores – 0,0036%¹⁰³.

Verifica-se, assim, que o ponto alto da Criminologia Crítica consiste na demonstração de que o sistema penal é seletivo e que tal seleção é umbilicalmente ligada com a dominação classista própria das sociedades capitalistas contemporâneas. Trocando em miúdos, pode-se dizer que se verificou que os clientes das prisões, os criminalizados, são sempre os mesmos, os excluídos, enquanto os mais abastados, apesar de também cometerem crimes, não são criminalizados, ficam impunes e compondo a denominada cifra negra. Reside aqui uma grande ligação entre os postulados trazidos por Sutherland e os ensinamentos da vertente criminológica. Apesar de tal entrelaçamento, a Criminologia Crítica vai mais fundo nas razões dessa desigualdade, afirmando que o sistema penal é mero reprodutor da desigualdade existente nas sociedades

¹⁰² ANDRADE, V., 2003b, p. 217.

¹⁰³ ANDRADE, L., 2010.

capitalistas, a qual privilegia os detentores do capital, e que tal reprodução ocorre em três momentos: na produção das normas, dita criminalização primária; na posterior aplicação das normas, chamada de criminalização secundária; na execução das penas ou das medidas de segurança¹⁰⁴.

Vera Andrade aponta duas variáveis estruturais que fundamentam essa conclusão: 1. O sistema penal não tem capacidade estrutural para atender a toda a programação da lei penal, ou seja, se todos que cometessem crimes fossem perseguidos pela lei penal, não haveria pessoa que não tivesse condenação penal. É preciso consignar que não se deseja que todos nós sejamos perseguidos pelo gigante punitivo; 2. O sistema penal se dirige, seleciona algumas infrações de alguns autores de acordo com seu *status* social, não havendo *“incriminação igualitária de condutas objetiva e subjetivamente consideradas em relação ao fato-crime, conforme preconiza a Dogmática Penal”*¹⁰⁵. Quais são essas condutas selecionadas: crimes contra o patrimônio e tráfico de drogas, ficando impunes crimes que geram danos difusos e mais graves como delitos econômicos e ecológicos; quem são os seus autores “escolhidos”: pobres e negros, ficando de fora os grupos poderosos, os quais conseguem impor uma total impunidade¹⁰⁶.

Então derrubam-se, ao menos no meio acadêmico, pois, como já alinhavado, no senso comum o positivismo continua hegemônico, os preceitos da Criminologia de vertente etiológica, pois mostra-se que o sistema penal tem como clientes os pobres, não porque estes possuem maior tendência a cometer crimes, e sim porque estes são os que efetivamente são perseguidos e etiquetados, pois tal situação é cômoda para os detentores do poder. Pondera-se, desde já, que o senso comum, nos dias atuais, anseia pela punição dos criminosos de colarinho, conforme se verá melhor adiante.

É importante colocar que Baratta considera duas etapas como as iniciais no que se refere à contraposição da Criminologia Crítica, em relação àquela positivista:

¹⁰⁴ CASTILHO, 2002, p. 61.

¹⁰⁵ ANDRADE, V., 2003, p. 51.

¹⁰⁶ Ibid., p. 51.

[...] Em primeiro lugar, o deslocamento do enfoque teórico do autor para as condições objetivas, estruturais e funcionais, que estão na origem dos fenômenos do desvio. Em segundo lugar, o deslocamento do interesse cognoscitivo das causas do desvio criminal para os mecanismos sociais e institucionais através dos quais é construída a “realidade social” do desvio, ou seja, para os mecanismos através dos quais são criadas e aplicadas as definições de desvio e de criminalidade e realizados os processos de criminalização¹⁰⁷.

Então, a escola crítica deslegitima por inteiro o sistema penal posto, mostrando que tem sua eficácia invertida, pois denuncia e demonstra o abismo existente entre as suas funções declaradas e não cumpridas (ressocialização¹⁰⁸, funções retributivas e preventivas) e aquelas efetivamente cumpridas e não declaradas (construção social da criminalidade e do criminoso), as quais se encontram, nos dias atuais, desnudadas.

E Baratta finaliza o raciocínio resumindo os resultados do pensamento crítico em três constantes:

Exatamente opostas são as proposições em que se resumem os resultados da crítica:

- a) o direito penal não defende todos e somente os bens essenciais nos quais estão igualmente interessados todos os cidadãos, e quando pune as ofensas aos bens essenciais o faz com intensidade desigual e de modo fragmentário;
- b) a lei penal não é igual para todos, o *status* de criminoso é distribuído de modo desigual entre os indivíduos;
- c) o grau efetivo de tutela e a distribuição do *status* de criminoso é

¹⁰⁷ BARATTA, 2002, p. 160.

¹⁰⁸ Segundo Nilo Batista, em palestra proferida na UCAM, a prisão pode ressocializar tanto quanto um frigorífico pode aquecer.

independente da danosidade social das ações e da gravidade das infrações à lei, no sentido de que estas não constituem a variável principal da reação criminalizante e da sua intensidade¹⁰⁹.

Como a Criminologia Crítica bate muito nessa falsa igualdade dos indivíduos perante o Direito Penal, falando repetidamente em imunidade penal dos detentores do poder, pensa-se que há risco de que se proceda uma interpretação errônea de suas premissas, no sentido de se pensar que tal face criminológica anseia punição, pena privativa de liberdade, para os mais abastados que cometerem crimes, especialmente de colarinho branco. E não é esse o pensamento crítico, pois este informa que o véu da prisão caiu, ou seja, esta não encontra mais legitimidade diante do fracasso de suas missões declaradas e pensa em redução, alguns em abolição, do cárcere como pena. Apesar de não pretender que seja aplicada pena de prisão para os criminosos do colarinho branco, pode-se dizer que a denúncia feita pelos críticos contribuiu, e muito, para que leis combatendo a criminalidade das classes dominantes fossem criadas, ampliando-se os bens jurídicos tutelados, ao menos pela lei, pelo direito penal.

Dentro da Criminologia Crítica desenvolveram-se duas correntes, chamadas de minimalistas e abolicionistas. Em resumidíssima síntese, os minimalistas entendem que o direito penal deve ser reduzido ao máximo, intervindo somente em um número diminuto de delitos. Entretanto, tais estudiosos, apesar de proporem a descriminalização de uma série de condutas, também pensam que os braços do direito penal devem recair de forma mais pesada sobre áreas em que se lida com interesses coletivos¹¹⁰. Já a corrente abolicionista, que conta com o apoio de autores interessantíssimos, como Thomas Mathiesen, Louk Hulsman e Nils Christie, detona o sistema punitivo, informando que este é mero reproduzidor das desigualdades e injustiças sociais e pensando que o delito é uma realidade construída pela humanidade, e persegue a extirpação do sistema penal.

¹⁰⁹ BARATTA, 2002, p. 162.

¹¹⁰ SCHECAIRA, 2011, p. 365.

É interessante expor que os críticos veem uma forma de solucionar a questão da criminalidade: a alteração radical da estrutura da sociedade com a “superação” do capitalismo, com a implantação de uma sociedade socialista, conforme pensa Baratta:

A superação do direito desigual burguês pode ocorrer, portanto, somente em uma fase mais avançada da sociedade socialista, na qual o sistema da distribuição será regulado não mais pela lei do valor, não mais pela quantidade de trabalho prestado, mas pela necessidade individual¹¹¹.

Pensam, portanto, em reduzir a desigualdade por meio da implantação do socialismo¹¹² e, assim, poder diminuir ou até mesmo abrir mão do direito penal e da prisão, por entender que a função oculta deste ramo do direito é a de reproduzir as relações de desigualdade, de exploração próprias de uma sociedade capitalista.

Para finalizar, como o escopo deste trabalho são os crimes de colarinho branco, reforça-se que a Criminologia Crítica diz que tais condutas, como praticadas pelos poderosos, pelos detentores do poder, não são objeto de persecução criminal, eis que não é interessante para a elite punir os mais abastados, promover mudança no *status quo*. Assim, pode-se dizer que Criminologia Crítica e Sutherland são faces da mesma moeda, complementando-se.

É preciso refletir sobre os caminhos da Criminologia Crítica, pois é certo que esta conta com cinquenta anos de conhecimento acumulado, mas pode-se dizer que hodiernamente algumas de suas premissas não se encontram mais intactas, apesar de poderem ainda estarem de pé. Por exemplo, de início, os críticos informavam que a população carcerária era quase que exclusivamente masculina e nos dias atuais já admitem que com a explosão da persecução em face de traficantes, tal quadro

¹¹¹ BARATTA, 2002, p. 164.

¹¹² De relance, recordo-me da frase de Nelson Rodrigues: “O homem só é feliz pelo supérfluo. No comunismo, só se tem o essencial. Que coisa mais abominável e ridícula.”

mudou, sendo que as mulheres também se encontram em larga medida detidas. O que se analisará no prosseguimento do trabalho é se a condição de imunidade dos membros do alto da camada social também se encontra, de alguma forma, abalada. Antes, porém, uma passada rápida sobre o que há de novo em se falando de Criminologia.

2.6.6 Depois da Criminologia Crítica

Depois da superação do positivismo e da consolidação da Criminologia Crítica, houve uma pausa na evolução, pois parece que se atingiu o ápice, tanto da Criminologia como um todo, quanto da vertente crítica, não havendo muito mais o que se discutir. Nesse sentido, Salo de Carvalho fala em cristalização do pensamento crítico.

Por outro lado, no que tange ao pensamento não-ortodoxo que se coloca como transgressor das tendências positivistas, comum perceber que os autores restringem a atualidade da Criminologia à Criminologia Crítica, como se esta perspectiva representasse o ápice do conhecimento científico da matéria ou realizasse espécie de síntese dialética do que houve e do que há de mais sofisticado neste campo de conhecimento.

A impressão é a de que certas correntes da crítica criminológica creem inexistir quaisquer mudanças na Criminologia ortodoxa ou no próprio pensamento crítico desde a queda do Muro de Berlim no final da década de 80 do século passado. O efeito catastrófico da cristalização do pensamento crítico como o momento ótimo da ciência criminológica é o reforço de perspectiva idealizadora que crê (e este termo é significativo) representar a Criminologia Crítica o *fim da história* do saber criminológico, a última grande narrativa desta ciência forjada, como as demais ciências criminais, na Ilustração¹¹³.

Entretanto, existem inúmeras novas perspectivas pós-críticas, inclusive com projetos completamente diversos, como a Criminologia Cultural que não pensa em realizar um grande discurso criminológico que denunciará o sistema penal posto e nos salvará. Pensa sim em mudar o rumo do pensamento

¹¹³ LINCK, 2011, p. 152.

criminológico atual, produzindo um contradiscurso a respeito do crime e do criminoso, como salientou Guilherme Bões:

A Criminologia Cultural propõe trabalhar com uma alternativa ontológica, apresentando-se como uma tentativa de correção de rumo da Criminologia “convencional”, ou um contradiscurso sobre o crime e o controle do crime; investiga os criminosos e as subculturas delinquentes em sua estética comunitária, a ligação entre seus símbolos e estilos. Essa “correção” é a revisão do discurso criminológico positivo [...]¹¹⁴

Sob este paradigma, é importante consignar que o seu marco foi a pesquisa de Jeff Ferrell, denominada *Crimes of Style: Urban Graffiti and the Politics of Criminality*, publicada em 1996.

Álvaro Filipe Oxley da Rocha, um dos precursores da Criminologia Cultural no Brasil, a qual vem ganhando espaço a cada dia, analisou a obra de Ferrell e anotou os principais pontos estudados pelo novo paradigma:

Ferrell destaca que, entre as muitas intersecções entre crime e cultura, portanto entre as principais referências da Criminologia Cultural, podem ser destacadas cinco, que aparentemente apresentam os “insights” mais significativos para a compreensão da complexa dinâmica social, dentro da qual a prática criminosa e o controle da criminalidade tomam forma. São elas: 1) subcultura e estilo; 2) ação-limite, adrenalina e compreensão criminológica; 3) cultura como crime; 4) crime, cultura e exibição pública; e, finalmente, 5) mídia, crime e controle da criminalidade¹¹⁵.

É importante consignar que não se trata de ignorar o pensamento crítico, mas de se avançar, utilizando-se sim muito

¹¹⁴ BÖES, 2012, p. 6.

¹¹⁵ OXLEY DA ROCHA, 2012, p. 163.

do que foi produzido por esta vertente, eis que sua importância não pode ser, de maneira alguma, negada.

Tal inserção teve o intuito de demonstrar que o estudo criminológico não parou após a derrubada das cortinas proporcionada pela Criminologia Crítica, havendo sim novas tendências, novos estudos, os quais não ignoram o pensamento crítico, mas avançam utilizando seus ensinamentos.

A seguir, proceder-se-á análise do delito de corrupção, espécie de crime de colarinho branco, trazendo-se a questão para o nosso país. Além disso, verificar-se-á qual é o discurso punitivo predominante nos dias atuais em relação ao crime citado.

3 CAPÍTULO II - CORRUPÇÃO: UMA ESPÉCIE DE CRIME DE COLARINHO BRANCO

No primeiro capítulo do trabalho foi demonstrado, na essência, em que consistem os crimes de colarinho branco. Já neste segundo momento, focar-se-á em um dos delitos que integram tal conjunto, qual seja, o de corrupção. Trata-se de crime de colarinho branco pois encontra-se abrangido pelo conceito amplo formulado por Sutherland e pouco desenvolvido por seus estudiosos, conforme já visto¹¹⁶. Ela Wiecko V. de Castilho, estudiosa dos crimes contra o sistema financeiro nacional, consignou tal informação:

Crime de colarinho branco é, para Sutherland, a infração cometida por pessoas de respeitabilidade e status elevado no exercício de sua atividade profissional. Inclui três espécies de conduta: (a) dos homens de negócios ou empresários no desempenho de suas atividades; (b) os atos ilícitos de profissionais, como os médicos; (c) atos ilícitos no âmbito da política¹¹⁷.

Antes de mais nada, é oportuno registrar que dentro de toda a gama de crimes de colarinho branco, optou-se em especial pela corrupção porque nos dias atuais o indivíduo não dá conta de assimilar as denúncias deste crime que chegam aos seus ouvidos. É corrupção na política, na economia, na educação, na polícia e em todos os âmbitos possíveis e imagináveis.

Visto isso, começa-se a análise mostrando-se em que consiste um ato corrupto e como este ato era visto no passado.

¹¹⁶ James Coleman, autor da obra 'Elite do Crime: para entender o crime do colarinho branco', traz como ferramenta organizacional seis categorias de crimes do colarinho branco e dentre estas encontra-se, em conjunto, o suborno e a corrupção. Apesar de tal sistematização, o autor deixa claro que existem inúmeras espécies de crimes de colarinho branco, sendo que procedeu tal agrupamento somente para fins de organização e estudo. (COLEMAN, 2005, p. 69).

¹¹⁷ CASTILHO, 2002, p. 62.

A palavra corrupção é oriunda do latim *corruptionis*¹¹⁸, sendo vista nos séculos I e II com o significado de quebra total, rompimento geral, não de forma fulminante, mas ligada a um processo natural e gradual de desgaste do corpo vivo, culminando com sua morte. A degeneração começaria atingindo as estruturas e, após, dominaria todo o corpo¹¹⁹.

É interessante reparar, a partir da noção exposta, que o fenômeno era pensado a partir do corpo, do ciclo da vida, fato que demonstra que a corrupção começou sendo tratada em um contexto biológico ou naturalista, onde este corpo perde sua vitalidade, corrompe-se, chegando até a morte. Após, os filósofos, assim que começaram a pensar nas cidades e nas instituições políticas como corpos naturais, transportaram a corrupção para o mundo político e social.

Os primeiros estudiosos do assunto e que trataram do tema foram os filósofos gregos antigos, como Platão e Aristóteles. Tais estudos serão apresentados no próximo tópico, de maneira condensada, somente para demonstrar que a preocupação com o fenômeno é longínquo. Aliados aos filósofos citados, serão expostas as visões de Maquiavel, Rousseau e Montesquieu, que também influenciaram em grande medida o pensamento atual.

3.1 A CORRUPÇÃO NA FILOSOFIA

Em Platão, vemos o tema ser tratado quando o filósofo e matemático expõe, na obra República, precisamente no livro VIII, seu pensamento acerca das formas de governo e mostra como há corrupção nos mais diversos regimes políticos:

É difícil abalar um Estado constituído deste modo. Todavia, como tudo o que nasce está sujeito à **corrupção**, nem uma constituição como essa permanecerá para sempre, mas há de dissolver-se. A sua dissolução será do

¹¹⁸ A expressão *corruptionis* tem a seguinte origem: A também expressão latina *rumpere* (romper, dividir) gerou o termo *corruptere* (alteração, desunião, decomposição) e, após, chegou-se a *corruptionis*. (MARTINS, 2008, p. 12-13).

¹¹⁹ MARTINS, 2008, p. 12-13.

seguinte modo: não só para as plantas da terra, mas também para os animais que sobre ela vivem, há períodos de fecundidade e de esterilidade de alma e de corpo, quando uma revolução completa fecha para cada espécie os limites dos seus círculos, que são curtos para os que têm vida breve, e longos para os que a têm dilatada¹²⁰. (grifo nosso).

Aristóteles, por sua vez, na obra *Política*, trata do tema corrupção em diversas passagens. Interessante colocação ocorre quando o filósofo trata da superioridade da lei, oportunidade em que afirma que a multidão, formadora do Estado, deve ser bem considerada, inclusive participando de julgamentos, eis que difícil corromper uma multidão e, de certa forma, fácil corromper uma só pessoa. Eis o trecho:

Entre nós, é o povo que toma conhecimento dos negócios, até mesmo os dos particulares, delibera sobre eles e os julga. Um homem, qualquer que seja ele, comparado à multidão, deve provavelmente valer menos. Ora, o Estado é formado pela multidão. Suas Assembléias se parecem com aqueles banquetes a que vários trazem suas contribuições, e sempre superam qualquer mesa particular. Da mesma forma, em muitas coisas, a multidão julga melhor do que um particular, qualquer que seja ele. Além disso, ela é menos fácil de se corromper, sendo semelhante à água, que quanto mais é abundante menos está sujeita à corrupção. Quando um juiz se deixa levar pela cólera ou por qualquer outra paixão, sua sentença recebe necessariamente a marca disto. Numa multidão, é difícil que todos os espíritos sejam coléricos ou suspeitos de erro¹²¹.

Já Maquiavel, na obra *'Discorsi – Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio'*, expõe seu pensamento sobre a

¹²⁰ PLATÃO, 1997, p. 308.

¹²¹ ARISTÓTELES, 2011, p. 107.

corrupção que se dá nas Repúblicas e que contamina a política. O texto é interessante no momento que trata do avanço, dos estágios da corrupção. Segundo o autor, em um primeiro momento esta atinge o povo (matéria); em um segundo estágio, atinge as instituições (forma); no último ponto atinge o grau máximo de corrupção, quando a cidade encontra-se corrompidíssima¹²². Quando o “mal” chega a este último ponto, não há mais o que se fazer senão a instauração de um novo regime político, sendo de preferência um regime régio ou monárquico, o qual é mais propenso a reestruturar a cidade do que um estado popular.

Jean-Jacques Rousseau, na obra ‘Do Contrato Social’, também fala de corrupção, citando o termo expressamente quando discorre sobre a Democracia (Livro III, Capítulo IV), sobre a Monarquia (Livro III, Capítulo VI) e sobre o Tribunato (Livro IV, Capítulo V). Entretanto, a passagem que será destacada dispõe acerca da corrupção sem citar a expressão:

Tal é a tendência natural e inevitável dos governos, mesmo dos mais bem constituídos. Se Esparta e Roma pereceram, que Estado poderá durar para sempre? Se quisermos formar uma instituição duradoura, não pensemos, pois, em torná-la eterna. Para ser bem-sucedido não é preciso tentar o impossível, nem se iludir com dar à obra dos homens uma solidez que as coisas humanas não comportam.

O corpo político, como o corpo do homem, começa a morrer desde o nascimento e traz em si mesmo as causas de sua destruição. Mas um ou outro podem ter uma constituição mais ou menos robusta e capaz de conservá-lo por mais ou menos tempo. A constituição do homem é obra da natureza, a do Estado, obra de arte. Não depende dos homens prolongar a própria vida, mas depende deles prolongar a do Estado pelo tempo que for possível, dando-lhe a melhor constituição que possa ter. O mais bem constituído

¹²² Hoje em dias fala-se em “corrupção institucionalizada”, conforme será exposto adiante.

chegará a um fim, porém mais tarde do que outro, se algum incidente imprevisto não determinar seu desaparecimento antes do tempo¹²³.

Optou-se por demonstrar que o filósofo trata do tema em análise utilizando-se da passagem citada por ter esta íntima ligação com o que foi exposto quando se iniciou a discorrer sobre a corrupção, no sentido de que esta começou a ser pensada no contexto biológico, passando ao contexto das instituições políticas a partir do momento em que os filósofos, dentre eles Rousseau, começaram a refletir sobre o fenômeno.

No trecho citado, Rousseau deixa claro que o corpo político, tal qual o humano, caminha para a morte, residindo a diferença entre ambos no fato de que a falência do primeiro pode ser postergada se for bem constituído. Portanto, a parte destacada trata da corrupção no Estado, a partir daquela concepção citada anteriormente.

Por fim, Charles de Secondat Montesquieu, o Barão de Montesquieu, em sua obra mais famosa, 'O Espírito das Leis', dedicou um livro, o Oitavo, ao tema corrupção, intitulando-o "Da corrupção dos princípios dos três governos". Aqui, o pensador da separação dos poderes traz a ideia geral de que a corrupção do governo tem início pela corrupção de seus princípios basilares. A partir disso, demonstra como os princípios da democracia, da aristocracia, da monarquia e do despotismo são corrompidos, cada qual com suas peculiaridades.

No que concerne aos ensinamentos ora em análise, é interessante fixar como o filósofo entende que ocorre a corrupção do princípio da democracia, eis que ao menos no papel, ou seja segundo a Constituição da República, vivemos em um Estado Democrático de Direito, apesar de sabermos que este não passa de uma fantasia. Sobre o tema, Montesquieu afirma que o princípio da democracia é corrompido em duas oportunidades: quando se perde o espírito de igualdade e quando se adquire o espírito de igualdade extremo. Ocorre este último quando "cada um quer ser igual àqueles que escolheu para comandá-lo"¹²⁴, ou, em outras palavras, quando o povo quer fazer as vezes daqueles

¹²³ ROUSSEAU, 1999, p. 179-180.

¹²⁴ MONTESQUIEU, 2005, p. 54.

que escolheu para comandá-lo, querendo “deliberar pelo senado, executar pelos magistrados e despojar todos os juízes”¹²⁵. O espírito de desigualdade levaria à aristocracia, enquanto o espírito de igualdade extrema, ao despotismo.

Nos dias atuais, o povo parece querer, em alguns momentos, adquirir o espírito de igualdade extrema. Há diversas manifestações que revelam o anseio do povo em se tornar julgadores e legisladores e demonstram, inclusive, que se assim fosse, o direito penal máximo estaria instaurado e as garantias constitucionais vilipendiadas. Basta um magistrado proferir uma decisão que garanta tais princípios e acabe, por consequência, numa absolvição em um caso acompanhado pela mídia, para que esta face seja demonstrada. O juiz passa por vilão. De mesmo modo, no âmbito do Poder Legislativo, não se admitem leis que beneficiem os acusados, requerendo-se sempre leis mais duras, mais rígidas, sob pena de passar o legislador por despreocupado com os rumos do país, de ser parceiro da corrupção. Tal assunto será melhor tratado no próximo capítulo.

Assim, finaliza-se a breve explanação acerca da corrupção na Filosofia, demonstrando-se que esta foi tratada pelos filósofos clássicos e ressaltando-se pontos de cada um dos autores selecionados, com o escopo de ao menos *en passant* fixar o que se entende como principal nos estudos dos autores.

3.2 A CORRUPÇÃO TAMBÉM ESTAVA NA BÍBLIA: A VISÃO CRISTÃ E OUTROS

A Bíblia é o texto religioso sagrado para os Cristãos e, da mesma maneira, trata do assunto corrupção em diversos momentos. O conceito, aqui, também é diferente do conhecido nos dias atuais, pois a Bíblia liga a corrupção, trazendo concepção bastante elástica, a tudo aquilo que era visto como desabonador da conduta humana, tudo o que ia ao encontro dos ensinamentos do Criador. Extrai-se do Livro de Oséias:

1 Ouvi isto, ó sacerdotes, e escutai, ó casa de Israel, e dai ouvidos, ó casa do rei; porque contra vós se dirige este juízo; pois que vos

¹²⁵ MONTESQUIEU, 2005, p. 54.

tornastes um laço Mizpá, e uma rede estendida sobre o Tabor.

2 Os revoltosos se aprofundaram na corrupção; mas eu os castigarei a todos eles¹²⁶.

Repara-se, então, que os revoltosos de uma determinada situação são rotulados como afundados na corrupção, ou seja, como já se expôs, aqueles que praticam ações contrárias aos ensinamentos Cristãos são tidos como corruptos. E somente aqueles que seguirem fielmente a Deus estarão fora do âmbito da corrupção:

A religião pura e imaculada diante de nosso Deus e Pai é esta: Visitar os órfãos e as viúvas nas suas aflições e guardar-se isento da corrupção do mundo¹²⁷.

Martins vislumbra tal situação e bem relata, endossando o entendimento aqui apresentado, o qual foi obtido a partir da seleção e análise de todos os trechos bíblicos que tratam do assunto:

No centro dessa discussão está a imagem que os cristãos projetaram sobre a sociedade romana pagã. Muitas dessas descrições tiveram origem nos escritos dos *Padres da Igreja*, que, a partir de sua concepção cristã de mundo, interpretavam esses comportamentos contrários aos seus, ou diferentes dos seus, como sinal de pecado, de decadência humana, de corrupção (de ruptura essencial) da condição humana. É, pois, sob esse olhar cristão que se julga como corrompido um mundo que não se comporta conforme seus preceitos¹²⁸.

É de se cogitar que tais colocações, assim como outras passagens bíblicas, embasem o pensamento dos religiosos

¹²⁶ BÍBLIA, 2007, Oséias, 5.

¹²⁷ Ibid., Tiago, 1:27.

¹²⁸ MARTINS, 2008, p. 18.

fanáticos, que pensam que todos aqueles que não seguem sua religião, que não dirigem sua vida conforme seus preceitos estão vivendo de maneira incorreta, gerando efeitos nefastos para a sociedade. Pensam, esses fanáticos, que só conseguem contribuir para um futuro melhor da humanidade aqueles que seguem os mandamentos religiosos. Para não parecer que se está fazendo uma crítica pontual ao cristianismo, consigna-se que tal pensamento não é exclusivo destes e sim é extensivo a todos os fanáticos religiosos, seja qual for a doutrina que sigam. Santo Agostinho firmou no Sermão 43 que para entender é preciso crer¹²⁹.

Ainda no aspecto bíblico, em outros momentos, a palavra corrupção é trazida com o sentido de degeneração do corpo humano, de morte:

E no tocante a que o ressuscitou dentre os mortos para nunca mais tornar à corrupção, falou Deus assim: Dar-vo-eis as santas e fiéis bênçãos de Davi;

Pelo que ainda em outro Salmo diz: Não permitirás que o teu Santo veja a corrupção. Porque Davi, na verdade, havendo servido a sua própria geração pela vontade de Deus, dormiu e foi depositado junto a seus pais e experimentou corrupção.

Mas aquele a quem Deus ressuscitou nenhuma corrupção experimentou¹³⁰.

Sendo, pois, ele profeta, e sabendo que Deus lhe havia prometido com juramento que faria sentar sobre o seu trono um dos seus descendentes, prevendo isto, Davi falou da ressurreição de Cristo, que a sua alma não foi deixada no inferno, nem a sua carne viu a corrupção¹³¹.

Portanto, corrupção também é vista no sentido da morte, no sentido de um processo gradual de decomposição do corpo humano como corrupção, levando a um rompimento total do ciclo

¹²⁹ BENTO XVI, 2008.

¹³⁰ BÍBLIA, 2007, Atos, 13.

¹³¹ Ibid., Atos, 2.

da vida. Então, está presente o contexto biológico e não no mundo político e social, como fizeram os filósofos.

O Apóstolo Paulo, dentro desta visão, enunciou que a incorruptibilidade é a vida eterna. Aqui, Paulo inventa o termo incorrupção, que dá azo ao incorruptível. Isso, porque, no grego, a palavra *phtora* significa corrupção, no sentido biológico, decomposição do corpo humano. Por se tratar deste fenômeno, não é negativado. Portanto, ao falar em *aphtharsia*, traduzido como incorruptibilidade (o prefixo negativo “a” corresponde ao “in” em português), Paulo criou a palavra, criou a possibilidade de haver um corpo incorruptível. Viável, assim, a separação entre os corruptos e os incorruptos, como tanto anseia o senso comum.

Apesar deste pensamento, na literatura já restou assentado que até mesmo o corpo de um sacerdote sábio, de um santo, fede e se corrompe. Extraí-se o seguinte trecho do Livro VIII, I – O odor deletério – da obra ‘Os irmãos Karamazov’, de Dostoiévski:

Esperavam-se do ancião morto grandes milagres. Tratava-se, esclarecimento meu, de um sábio, de um sacerdote sábio, um homem santo, digamos, que acabara de morrer e que está sendo velado na capela do mosteiro no qual ele morreu. Então, esperavam-se do ancião morto grandes milagres. Ele levava a vida de um asceta e era considerado um santo. [...] Depois de 15 horas de serviços fúnebres, sucedeu algo tão inesperado que ainda hoje a nossa cidade conserva deste acontecimento viva recordação. Quando, antes de amanhecer, o corpo do ancião foi colocado no caixão e transportado para o quarto maior, alguém perguntou se era necessário abrir as janelas, mas esta pergunta, feita acidentalmente, ficou sem resposta e passou despercebida por quase todos. Os poucos que prestaram atenção julgaram simplesmente absurda e lamentável, senão cômica, a idéia de que semelhante defunto podia entrar em decomposição e admiraram-se da frivolidade e da pouca fé revelada por quem formulara tal pergunta. Pouco depois do meio-dia,

porém, começou-se a perceber algo sobre o que a princípio os que entravam e saíam, guardavam silêncio. No entanto, pouco antes das 15:00 horas, o fato se comprovou com tal evidência, que a notícia se espalhou entre os visitantes de eremitério, chegou ao mosteiro onde assombrou a todos, e finalmente alcançou a cidade provocando uma grande comoção entre crentes e incrédulos. Estes se alegraram, enquanto os crentes, alguns deles se rejubilaram ainda mais que os incrédulos, pois os homens gostam de ver a queda dos justos e sua vergonha, como dissera o próprio ancião¹³².

Tal sentido, de corrupção da carne, da corrupção que ocorre naquilo que é vivo a partir do momento em que se perde tal concepção é trazida por William Shakespeare, em Hamlet, quando fala que “neste sono da morte, em que sonhos virão depois de nos termos livrado deste invólucro mortal, ou deste invólucro de morte”¹³³, pois aqui o dramaturgo se refere aos vermes que comem o corpo após sua morte.

Interessantíssima a lição de Marie-Laure Susini, em sua obra ‘Elogio da corrupção: os incorruptíveis e seus corruptos’, colocando o sinônimo da eternidade, Deus, como o incorruptível, o eterno, ao passo que nós, meros mortais, somos os corruptos imperfeitos que merecemos a morte. Apesar de longo, tal trecho merece transcrição:

Diante do apodrecimento que o espreita, da desordem agitada e ocasional de sua curta existência, do efêmero de suas realizações, da fragilidade de toda criação terrestre, o homem ergueu os olhos para o céu. Viu ali a eternidade. A imutável presença dos astros e a estabilidade de um movimento perpétuo. Ali admirou uma ordem perfeita, um movimento previsível, um eterno retorno, um

¹³² DOSTOIÉVSKI, 1970, p.

¹³³ Segue o texto original: *For in that sleep of death what dreams may come when we have shuffled off this mortal coil?*” (GOLDENBERG, 2008)

tempo sem fim. Confrontado sem remédio com a degradação e a morte, erguendo, acima da miserável necessidade, olhos maravilhados para a abóboda celeste, o homem ali encontrou a ideia do incorruptível. Forjou para si a hipótese da imortalidade. Separou seu mundo em dois. Separou pela linguagem o corruptível do in-corruptível. Aos humanos, aos seres terrestres, a imperfeição, a finitude e a morte. Aos seres celestes, aos astros, a Deus, a eternidade e a perfeição infinita¹³⁴.

Então, busca-se a punição dos corruptos em nome de Deus, o incorruptível. Reflete-se: os moralistas de plantão, os paladinos da moralidade, os perfeitos, como era visto o ex-Senador Demóstenes Torres até ser verificada sua ligação espúria com bicheiros¹³⁵, buscam a cabeça dos supostos corruptos em nome da eternidade, de Deus? Penso, com arrimo no pensamento na autora citada, que sim¹³⁶.

Estes incorruptíveis, como até estourar o novo escândalo era o Senador Demóstenes Torres, somente para citar um exemplo, são os verdadeiramente perigosos. Todos aqueles íntegros inquisidores e purificadores, os líderes que supostamente somente possuem virtudes, os gestores das campanhas de saneamento físico e moral, os que afirmam e reafirmam que irão conseguir banir o mal, estes são os incorruptíveis, os realmente perigosos¹³⁷.

Portanto, que se tome cuidado ao esbravejar-se contra os supostos corruptos, pensando-se que não se cometem tais atos. Atenção, também, ao rotular de incorruptíveis alguns homens públicos que com frequência ocupam a mídia na condição de guardiões da moralidade. Isto, pelo fato de que “a ideia de

¹³⁴ SUSINI, 2010, p. 35-36.

¹³⁵ OLIVEIRA; VIEIRA, 2012.

¹³⁶ Escreveu a autora: A corrupção se opõe ao princípio da Eternidade. Em outros termos, todo combate contra a corrupção se fará em nome da Eternidade. Ou de Deus, que é um dos nomes do princípio Incorruptível e um dos nomes da Eternidade. Isso se verifica? Certamente. (SUSINI, op. cit., p. 36).

¹³⁷ SUSINI, 2010.

inocorrutibilidade é o imaginário decorrente de uma premissa simbólica¹³⁸, ou seja, os inocorrutíveis só existem no ideal, no imaginário. Outro exemplo: Fernando Collor dizia que promoveria uma “caça aos marajás”, sendo que ele próprio pertencia ao grupo e praticou diversos atos que foram rotulados como corruptos.

Outro ponto do raciocínio de São Paulo relacionado ao assunto tratado diz respeito ao pecado original cometido por Adão. Este foi criado imortal, perdendo tal condição após cometer o primeiro pecado. Adão, o primeiro corrupto que nos condenou à mortalidade. Há quem diga que não há na Bíblia nenhuma disposição revelando essa imortalidade de Adão, bem como que Deus tenha feito o homem imortal, sendo este corrompido a partir do pecado original¹³⁹.

Ainda nos escritos de Susini e no âmbito do tema sob a ótica da cristandade, destaca-se que estes veem a corrupção como sendo algo relacionado com a mulher. É ela quem tem o diabólico apetite sexual, é ela a bruxa, é ela quem desordena as paixões do homem, é ela quem induz o seu gozo desenfreado¹⁴⁰.

Então, como visto, a corrupção é o mal, é a morte. “Casemos os corruptos” ecoa no senso comum, sem que se dê conta que todo dia que passa se está morrendo e, por consequência, corrompendo-se, de uma maneira que é impossível de ser freada, se utilizar-se a expressão no sentido de degradação natural do corpo. Não se busque a imortalidade, a inocorrutibilidade.

Em tempo: não se está querendo fazer qualquer tipo de apologia à corrupção, e sim salientar que há no ar uma ideia de pureza, de possível inocorrupção, que é vista “entre nós”,

¹³⁸ GOLDENBERG, 2008.

¹³⁹ Ibid.

¹⁴⁰ “[...] A corrupção sorrateira que espreeita a cristandade é esse diabólico apetite sexual das mulheres, esse delito novo que se propaga.” (SUSINI, 2010, p. 40)

“O assunto está encerrado. A mulher é bruxa. Arrasta os homens na desordem de suas paixões, no escândalo de seu gozo desenfreado. Terá sempre sido Eva, a tentadora, a corruptora corrompida, que se deixa seduzir pelo diabo e em seguida seduz o homem. A mulher é a corrupção, a bruxa é mulher.” (Ibid., p. 46).

deixando o lugar de “corruptos” para os outros, para “eles”, quando os fatos demonstram que estão todos misturados. Cita-se novamente o exemplo de Fernando Collor, que dizia que “eles” eram os marajás, os quais seriam caçados, quando, no final das contas, ele mesmo restou cassado como marajá, como corrupto.

Visto que há corrupção até mesmo na Bíblia, a partir do próximo tópico, passa-se a discorrer sobre o pensamento no contexto brasileiro, passando-se a pensar na questão no seu sentido político.

3.3 CORRUPÇÃO: O DEBATE NO CONTEXTO BRASILEIRO

Expôs-se acima que a partir deste momento será enfatizado o sentido político da corrupção, então é preciso explicar no que consiste tal virada: da moral para a política.

Como se viu e já se registrou, sob o prisma da moral, os vícios inerentes a um sujeito em particular são de grande importância para a sociedade, eis que o sujeito corrupto não contribuirá para a melhoria do quadro social. Contribuirá menos ainda se for governante ou ocupante de um cargo público. Já sob o prisma da política, entende-se que a corrupção resulta das regras estabelecidas pelo jogo político, sem muitas relações com a moralidade do indivíduo em si. Aqui, as causas da corrupção política ocorrer em grande escala são imputadas à fraqueza das leis e das instituições políticas e à ausência de preocupação e consciência em relação às coisas públicas¹⁴¹.

O grande responsável por esta separação entre a visão, entre o mundo, da ética e da moral individual para a visão e para o mundo político foi Nicolau Maquiavel, tratando-se, portanto, de uma ideia maquiaveliana.

Modernamente, não há um conceito fechado de corrupção. Reputa-se interessante aquele apresentado por Klitgaard:

A literatura sobre a corrupção contém diversas definições úteis. Uma definição amplamente citada de “corrupção” é:
Comportamento que se desvia dos deveres formais de uma função pública devido a

¹⁴¹ MARTINS, 2008, p. 24.

interesses privados (pessoais, familiares, de grupo fechado) de natureza pecuniária ou para melhorar o status; ou que viola regras contra o exercício de certos tipos de comportamentos ligados a interesses privados¹⁴².

Já Norberto Bobbio, em seu Dicionário de Política, traz longa digressão sobre o tema “corrupção”, a qual, na essência, não difere do conceito ora apresentado:

Assim se designa o fenômeno pelo qual um funcionário público é levado a agir de modo diverso dos padrões normativos do sistema, favorecendo interesses particulares em troca de recompensa. Corrupto é, portanto, o comportamento ilegal de quem desempenha um papel na estrutura estadual¹⁴³.

¹⁴² KLITGAARD, 1994, p. 40.

¹⁴³ E continua Bobbio (1998, p. 291-293): Podemos distinguir três tipos de Corrupção: a prática de peita ou o uso da recompensa escondida para mudar a seu favor o sentir de um funcionário público; o nepotismo, ou concessão de empregos ou contratos públicos baseadas não no mérito, mas nas relações de parentela; o peculato por desvio ou apropriação e destinação de fundos públicos ao uso privado. A Corrupção é considerada em termos de legalidade e ilegalidade e não de moralidade ou imoralidade; tem de levar em conta as diferenças que existem entre práticas sociais e normas legais e a diversidade de avaliação dos comportamentos que se revela no setor privado e no setor público. Por exemplo: o diretor de uma empresa privada que chamasse seu filho para um posto de responsabilidade não cometeria nepotismo, mesmo que o filho não possuísse os requisitos necessários; mas comete-lo-ia o diretor de uma empresa pública. Corrupção significa transação ou troca entre quem corrompe e quem se deixa corromper. Trata-se normalmente de uma promessa de recompensa em troca de um comportamento que favoreça os interesses do corruptor; raramente se ameaça com punição a quem lese os interesses dos corruptores. Esta reciprocidade negativa é melhor definida como coerção. A Corrupção é uma alternativa da coerção, posta em prática quando as duas partes são bastante poderosas para tornar a execução muito custosa, ou são incapazes de a usar. A Corrupção é uma forma particular de exercer influência: influência ilícita, ilegal e ilegítima. Amolda-se ao

funcionamento de um sistema, em particular ao modo como se tomam as decisões. A primeira consideração diz respeito ao âmbito da institucionalização de certas práticas: quanto maior for o âmbito da institucionalização tanto maiores serão as possibilidades do comportamento corrupto. Por isso, a ampliação do setor público em relação ao privado provoca o aumento das possibilidades de Corrupção. Mas não é só a amplitude do setor público que influencia nessas possibilidades; também, o ritmo com que ele se expande. Em ambientes estavelmente institucionalizados, os comportamentos corruptos tendem a ser, ao mesmo tempo, menos frequentes e mais visíveis que em ambientes de institucionalização parcial ou flutuante. A Corrupção não está ligada apenas ao grau de institucionalização, à amplitude do setor público e ao ritmo das modificações sociais; está também relacionada com a cultura das elites e das massas. Depende da percepção que tende a variar no tempo e no espaço; e a Corrupção é um modo de influenciar as decisões públicas, quem dela se serve procurará intervir em três níveis. Usará da Corrupção, antes de tudo, na fase da elaboração das decisões. Algumas atividades dos grupos de pressão, aqueles que tentam influir nos deputados, nos membros das comissões parlamentares, nos peritos, podem ser englobadas na categoria da Corrupção. Recorrem, em geral, a este tipo de Corrupção, aqueles grupos que, não gozando de uma adequada representatividade, não possuem bastante acesso aos decision-makers. A corrupção pode também ser tida como tentativa para a obtenção de um acesso privilegiado. O segundo nível da Corrupção é o da aplicação das normas por parte da administração pública e de suas instituições. O objetivo, nesse caso, é o de obter uma isenção ou uma ampliação de qualquer modo favorável. Serão tantos maiores as probabilidades de êxito, quanto mais elástica e vaga for a formulação das normas. A Corrupção pode ainda ser usada, quando se faz valer a lei contra os transgressores. Neste caso, a Corrupção visa a fugir às sanções legalmente previstas. São objeto da Corrupção, os três níveis, os parlamentares, o governo e a burocracia, e a magistratura. Nas sociedades fragmentadas e heterogêneas, em que existem discriminações em relação a determinados grupos, é provável que determinados grupos discriminados tendam a agir de forma solapada, para não tornar mais aguda a discriminação de que se fizerem objeto, mediante uma clara atividade de pressão. O fenômeno da Corrupção acentua-se, portanto, com a existência de um sistema representativo imperfeito com acesso discriminatório ao poder de decisão. A última variável assenta no grau de segurança de que goza a elite que está no poder. Quanto mais esta se sentir segura de conservar ou reconquistar o poder por meios legais ou recear ser punida usando meios ilegais

Assim, o conceito de corrupção não se satisfaz com aquele do delito na forma ativa e na forma passiva positivado em nosso Código Penal, o qual será exposto adiante em tópico que abordará a legislação pátria, bem como com aquelas condutas tipificadas na chamada Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92). Muito mais do que o tipo penal, a corrupção se faz presente em qualquer ato que escapa dos deveres inerentes à função pública, visando atender um interesse privado.

Voltando-se a lupa especialmente para o Brasil, no tocante à nossa herança corrupta, repara-se que temos uma herança maldita, que foi firmada em nossa colonização e não se desgarrara até os dias atuais. 'Sempre foi assim e nada mudará' é o mantra.

tanto menor será a Corrupção. Quanto mais ameaçada se sentir, tanto mais a elite recorrerá a meios ilegais e à Corrupção para se manter no poder. São notáveis os efeitos da Corrupção no funcionamento de um sistema político. Se a Corrupção está largamente espalhada e é ao menos parcialmente aceita pelas massas e nas relações entre as elites suas consequências não poderiam ser inteiramente disfuncionais. Se, porém, a Corrupção servir tão-só para que a elite mantenha o poder e, além disso, os corruptores forem elementos externos ao sistema político nacional, como no caso do colonialismo e neocolonialismo, é provável que seu uso em larga escala crie, por um lado, tensões nos seios da elite e, por outro, provoque reações nas massas, reações ativas como demonstrações, ou passivas como apatia e alheamento. De um modo geral, portanto, a Corrupção é fator de desagregação do sistema. Em um sistema jurídico profundamente formalista e burocratizado, a Corrupção pode, todavia, contribuir para melhorar o funcionamento do sistema e para o tornar mais expedito ao desbloquear certas situações. Momentaneamente funcional, principalmente quando os obstáculos de ordem jurídico-formal impedem o desenvolvimento econômico, a Corrupção é apenas um paliativo; mesmo neste setor, sua influência a longo prazo será negativa, acabando por prevalecer umas zonas em prejuízo de outras. Em conclusão: a Corrupção, ora surja em um sistema em expansão e não institucionalizado, ora atue em um sistema estável e institucionalizado, é um modo de influir nas decisões públicas que fere no íntimo o próprio sistema. De fato, esse privilégio de influência, reservado àqueles que possuem meios, muitas vezes só financeiros, de exercê-la conduz ao desgaste do mais importante dos recursos do sistema, sua legitimidade.

É importante a pesquisa sobre o nosso passado, nossa formação ética, para que possamos, da melhor maneira possível, vislumbrar nosso futuro.

As obras clássicas de Sérgio Buarque de Holanda – *Raízes do Brasil* – e de Gilberto Freyre – *Casa-Grande & Senzala* – bem retratam todo esse desenvolvimento da cultura nacional, as características de nossos colonizadores.

Não se discute que no Brasil colonial a corrupção esteve bem presente por meio de familismo, clientelismo, patronagem e amizade, todos estes acima dos interesses públicos do novo país. Foi assim que passamos nossos primeiros anos, nossas primeiras décadas. Nossos colonizadores tinham caráter aventureiro, com hábitos individualistas, avessos ao trabalho, com gosto pela luxúria e grande desejo pelo desfrute de bens.

Os péssimos padrões morais da Metrópole, aliado à grandeza de nosso território, a situação geográfica complicada, a lentidão das comunicações e a ausência de controle político, financeiro e jurídico por parte de Portugal, fez fermentar, por aqui, valores negativos¹⁴⁴.

Assim nasceu a corrupção nacional. A partir de nosso descobrimento, foi formada uma sociedade com antivalores políticos e sociais, que, tal como nossos colonizadores, estavam mesmo preocupados com seu âmbito privado e não com o público. O prestígio fazia com que fossem recebidos benefícios e privilégios. Todos corriam atrás dos cargos públicos, pois ali seria possível obter rendas lícitas e ilícitas e pouco trabalhar. Não se cogitava pensar em mérito.

Desde então, já havia impunidade, como bem anota Ghizzo Neto:

A impunidade reinante é facilmente compreendida a partir das características do Estado patrimonial português. Com a aplicação de critérios subjetivos para consecução das metas da Coroa, sempre pautada por relações íntimas de amizade, parentesco e retribuições pessoais, a ordem jurídica – instável e flexível – foi marcada

¹⁴⁴ GHIZZO NETO, 2012, p. 2.

pelo casuísmo e pela arbitrariedade do soberano e seu séquito¹⁴⁵.

Entretanto, o momento hoje é outro. Não podemos ficar amarrados a um passado distante, deixemos para os historiadores essas questões. Tudo muda, por quais motivos a mentalidade de nosso povo não poderia mudar? Esse é o pensamento de Simon:

Penso, todavia, que se deve agir com redobrada prudência quando se trata de justificar mazelas atuais, pelo passado histórico colonial. Quando nada pela singela razão de que, daqui a pouco mais de uma década, estaremos celebrando o bicentenário da Independência do Brasil. Convenhamos: um espaço de duzentos anos é tempo mais que suficiente para que um Estado Nacional se livre das deformações surgidas na distante fase colonial¹⁴⁶.

Então, no lugar de se jogar a culpa no colo dos antepassados, o presente trabalho pretende demonstrar que a corrupção é fenômeno comum em todos os países. E em vez de se pensar que o pensamento do caboclo de que “se a farinha é pouca, meu pirão primeiro” não pode ser invertido, pretende-se uma reflexão acerca da mudança no pensamento da população, em sua incursão nos assuntos da nação, na efetivação de direitos e garantias fundamentais, valorização da democracia, como aspectos que podem nos conduzir a um país com menos corrupção.

Esqueça-se o passado por um momento. Abra-se a mente coletiva não para se cobrar punição rigorosa aos corruptos mas sim para aprender a participar das coisas do Estado, brigar por mais direitos, como se fez no movimento “Diretas já” e se fez nos últimos meses com as mobilizações em todos o país clamando por saúde, educação, entre outros.

A partir de agora, focar-se-á em demonstrar que não somos os reis da corrupção, que não somos os únicos corruptos

¹⁴⁵ Ibid., p. 36.

¹⁴⁶ SIMON, 2010, p. 30.

e que podemos mais do que nos enclausurarmos em condomínios fechados e, sentados em uma cadeira, cobrarmos cadeia para corruptos.

3.3.1 A corrupção não foi inventada pelos brasileiros

É preciso deixar assentado que não foi o povo brasileiro quem inventou a corrupção, apesar de ouvirmos de tempos em tempos (não está se falando de lapsos temporais elásticos e sim curtos) que “o Brasil não tem jeito” ou que “nós somos o país da corrupção”.

Como já demonstrado, os filósofos gregos trataram do tema sob o enfoque político. Além disso, todos aqueles verdadeiros cientistas políticos, todos aqueles que pensaram a respeito das formas de governo, de forma direta ou indireta tiveram que adentrar no assunto, o que mostra que a corrupção acompanha o desenvolvimento da sociedade há séculos.

Aliás, registre-se também que além da corrupção não ser própria de um determinado território, ela também não é privilégio de somente um regime político, pois se manifesta em todas as suas espécies. Inclusive, os filósofos antigos fundamentavam a mudança dos regimes políticos na corrupção de seus mandatários. Hoje, esse é o argumento utilizado para se mudar de dirigente político.

Apesar do enfoque do presente trabalho ser o brasileiro, ser a corrupção que nos acomete, a corrupção que está todos os dias nos jornais impressos ou televisionados e nos periódicos de nosso país, é preciso ter a exata noção da dimensão do tema em geral, para não se apontar o povo tupiniquim como o grande corrupto.

Então, para melhor se vislumbrar a abrangência do tema, mostrar-se-á, ao menos de maneira resumida, que há corrupção também em países desenvolvidos, em países socialistas e em regimes ditatoriais, focando-se, no caso deste último, no período em que o Brasil viveu sob as rédeas dos militares. Isto com o escopo de demonstrar que não somos os mais corruptos, que não somos os inventores da corrupção e que nosso sistema não é fadado ao domínio da corrupção.

Inicia-se tal item com a corrupção em países desenvolvidos, para demonstrar-se que não somos nós, os

subdesenvolvidos, os únicos corruptos e corruptores e também que não é a corrupção, ou pelo menos somente ela, que nos leva a esta condição de subdesenvolvimento.

3.3.1.1 *A corrupção nos países desenvolvidos*

A corrupção não foi inventada pelos brasileiros, como visto. Também ela não é exclusiva de países pobres e subdesenvolvidos, do chamado Terceiro Mundo. Na verdade, está presente em todos os lugares, podendo variar somente quanto ao seu nível¹⁴⁷.

A virada de direção acerca dessa ideia de corrupção como um fenômeno endêmico e não restrito aos países subdesenvolvidos se deu a partir do anos 80. Quem constata esta virada é Schilling:

Durante os anos 60 e 70, os estudos refletiam a ideia de que a corrupção existira nos países desenvolvidos como ato de corrupção (isolados), e como corrupção generalizada somente em países subdesenvolvidos ou meridionais. A partir dos anos 80, aparecem pesquisas que mostram uma mudança neste enfoque, devido ao crescimento do número de “casos” nos países desenvolvidos e levando à percepção de que, também nestes, a corrupção não pode ser considerada como um problema marginal, e sim como um fenômeno endêmico [...] ¹⁴⁸.

¹⁴⁷ James William Coleman, na obra traduzida para o português com o título ‘A elite do crime: para entender o crime do colarinho branco’, enfatizou a existência de corrupção em países industrializados: Embora muitos prefiram acreditar que suborno e corrupção estão confinados ao passado ou ao pobre Terceiro Mundo, vários estudos sobre países industrializados desenvolvidos têm mostrado que, além de estarem bastante disseminados, são uma prática aceita como normal nos negócios de muitos segmentos da economia. (COLEMAN, 2005, p. 72)

¹⁴⁸ SCHILLING, 1999, p. 54.

Os estudiosos do assunto utilizam como parâmetro as tabelas publicadas anualmente pela Transparência Internacional¹⁴⁹. Consultando-se a tabela e o relatório de 2011¹⁵⁰, verifica-se que, via de regra, há menos corrupção em países desenvolvidos. Entretanto, repara-se, também, que há corrupção em países do Primeiro Mundo em níveis não desprezíveis, além do fato empírico de que essa regra de haver menos corrupção em países desenvolvidos comporta muitas exceções, sendo somente um norte, mas nunca uma verdade absoluta.

Antes de se expor alguns dados da tabela, é de se registrar que no ano de 2011 foram analisados um total de cento e oitenta e dois países. A Transparência Internacional atribui notas de zero até dez aos países analisados, sendo que quanto maior for a nota, menor o nível de corrupção; ao contrário, quanto menor a nota, maior a incidência.

Na tabela em voga, o país mais bem classificado foi a Nova Zelândia, com nota 9,5. Os piores, por sua vez, foram a Somália e a Coreia do Norte, ambos com nota 1,0.

Ao Brasil foi atribuída a nota 3,8, o que lhe fez ficar com a 73ª posição no ranking, próxima da desenvolvida Itália, que ficou com nota 3,9 e posição de número 69. Para se comprovar que países desenvolvidos também são brindados pela corrupção, anota-se que a Grécia alcançou a nota 3,4, ficando na 80ª posição. Do outro lado da tabela, na parte dos menos corruptos, verifica-se a presença do Chile na 22ª posição, com nota 7,2 e do Uruguai na 25ª posição, com nota 7,0, ambos na frente de países como Espanha e Portugal.

Klitgaard informa que nos últimos anos diversos escândalos envolvendo corrupção eclodiram em países como Holanda, Alemanha, Grã-Bretanha, Israel, Japão e Estados Unidos, o que reforça o que está sendo dito¹⁵¹.

É importante notar que Sutherland, primeiro estudioso dos crimes de colarinho branco, como já visto no primeiro capítulo, realizou todo o seu estudo nos Estados Unidos, verificando como

¹⁴⁹ Transparency International.

¹⁵⁰ Disponível no site da organização:
<<http://www.transparency.org/cpi2011/results>>.

¹⁵¹ KLITGAARD, 1994, p. 26.

tais crimes são praticados e em que escala ocorrem no solo norte-americano, país que é tido como a menina dos olhos para muitos.

A preocupação é mundial. No 8º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Tratamento de Transgressores, foi aprovada uma resolução que trata do assunto corrupção. Nesta, resta assentado que o problema é mundial¹⁵².

Além disso, diversas outras iniciativas demonstram a abrangência do problema: em 1994, a Organização dos Estados Americanos constituiu uma comissão para fins de elaboração de uma legislação contra a corrupção que sirva de modelo para todos os países integrantes; a organização já comentada Transparência Internacional foi criada em 1993; no Nono Congresso da Organização das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Tratamento dos Transgressores, no ano de 1995, um dia foi dedicado somente ao debate sobre o tema¹⁵³. Mais recentemente houve a Convenção Interamericana contra a Corrupção, promulgada no ordenamento jurídico interno por meio do Decreto nº 4.410/2002. Somente a partir da leitura do preâmbulo da Convenção, já é possível reparar que a corrupção é o monstro da vez, o grande perigo a ser perseguido¹⁵⁴.

¹⁵² SCHILLING, 1999, p. 59.

¹⁵³ Ibid., p. 60.

¹⁵⁴ Eis o texto do preâmbulo:

Os Estados membros da Organização dos Estados Americanos, Convencidos de que a corrupção solapa a legitimidade das instituições públicas e atenta contra a sociedade, a ordem moral e a justiça, bem como contra o desenvolvimento integral dos povos; Considerando que a democracia representativa, condição indispensável para a estabilidade, a paz e o desenvolvimento da região, exige, por sua própria natureza, o combate a toda forma de corrupção no exercício das funções públicas e aos atos de corrupção especificamente vinculados a seu exercício; Persuadidos de que o combate à corrupção reforça as instituições democráticas e evita distorções na economia, vícios na gestão pública e deterioração do moral social; Reconhecendo que, muitas vezes, a corrupção é um dos instrumentos de que se serve o crime organizado para concretizar os seus fins;

Finaliza-se o tópico concluindo que a corrupção não é um privilégio dos países subdesenvolvidos, pois aparece, não como um ato esporádico e isolado, em todas as nações.

3.3.1.2 A corrupção em países socialistas

Também se escuta muito falar que a corrupção é própria dos países capitalistas, eis que nestes há uma busca incessante pela acumulação de capital, de bens, de riquezas. Sendo assim, como o lucro individual é o grande motor do sistema capitalista, pois é neste sistema que todos querem consumir, consumir e consumir, ter, ter e ter, não importando como se proceda para se chegar ao *status* social perseguido, ao ápice da camada social¹⁵⁵. Em poucas palavras: todos querem ter acesso aos

Convencidos da importância de gerar entre a população dos países da região uma consciência em relação à existência e à gravidade desse problema e da necessidade de reforçar a participação da sociedade civil na prevenção e na luta contra a corrupção;

Reconhecendo que a corrupção, em alguns casos, se reveste de transcendência internacional, o que exige que parte dos Estados uma ação coordenada para combatê-la eficazmente;

Convencidos da necessidade de adotar o quanto antes um instrumento internacional que promova e facilite a cooperação internacional para combater a corrupção e, de modo especial, para tomar as medidas adequadas contra as pessoas que cometam atos de corrupção no exercício das funções públicas ou especificamente vinculados a esse exercício, bem como a respeito dos bens que sejam fruto desses atos;

Profundamente preocupados com os vínculos cada vez mais estreitos entre a corrupção e as receitas do tráfico ilícito de entorpecentes, que ameaçam e corroem as atividades comerciais e financeiras legítimas e a sociedade, em todos os níveis;

Tendo presente que, para combater a corrupção, é responsabilidade dos Estados erradicar a impunidade e que a cooperação entre eles é necessária para que sua ação neste campo seja efetiva; e

Decididos a envidar todos os esforços para prevenir, detectar, punir e erradicar a corrupção no exercício das funções públicas e nos atos de corrupção especificamente vinculados a seu exercício;

Convieram em assinar a seguinte Convenção Interamericana contra a corrupção. (OEA, 1996).

¹⁵⁵ Agenor de Miranda Araújo Neto, o Cazuzu, escreveu a letra da música intitulada *Burguesia*, em que bem retrata os anseios da

produtos mais caros, todos querem ser ricos, podendo chegar a tal ponto da forma correta ou por meio de condutas corruptas.

Esse modelo capitalista é praticamente hegemônico hodiernamente, sendo tarefa dificultosa comparar a existência e o nível de corrupção entre os sistemas capitalistas e socialistas, ao menos em termos de Estados contemporâneos. Isto, até porque hoje não se conta com nenhum país que seja eminentemente socialista, havendo somente aqueles que se proclamam, intitulam-se como tal, mas que não seguem fielmente os ditames do socialismo.

Reparou-se, no primeiro capítulo, que a Criminologia Crítica imputa ao sistema capitalista o fato das garras do sistema penal caírem, com maior incidência, sobre os menos abastados, e pensam que somente numa sociedade Socialista é capaz de se superar esta desigualdade do direito penal, a qual é própria do capitalismo que vivenciamos.

Apesar das colocações, é preciso firmar que há sim corrupção em países socialistas. Ela Castilho, adepta da corrente criminológica Crítica, informa que “parece não ser correto estabelecer uma vinculação exclusiva entre criminalidade econômica e o referido sistema”, referindo-se ao sistema capitalista¹⁵⁶.

É lógico que haverá alguma diferença na prática de crimes em cada espécie de sociedade analisada, sendo até mesmo impossível que alguns ocorram em uma ou outra espécie. Por exemplo, é impossível haver crimes falimentares em sociedades socialistas, bem como também é impensável a prática de crimes ligados ao mercado negro de mercadorias legalizadas em países capitalistas, eis que estas circulam livremente, sem restrições.

burguesia capitalista: “A burguesia fede; A burguesia quer ficar rica; Enquanto houver burguesia; Não vai haver poesia. A burguesia não tem charme nem é discreta; Com suas perucas de cabelo de boneca; A burguesia quer ser sócia do Country; A burguesia quer ir a Nova Iorque fazer compras. [...] Os guardanapos estão sempre limpos; As empregadas uniformizadas; São caboclos querendo ser ingleses; São caboclos querendo ser ingleses. [...] A burguesia não repara na dor; Da vendedora de chicletes; A burguesia só olha pra si; A burguesia só olha pra si; A burguesia é a direita, é a guerra.”

¹⁵⁶ CASTILHO, 1998, p. 117.

O que resta claro é que em ambos os sistemas econômicos há criminalidade, conforme expôs Ela Castilho no trecho que segue. É importante reparar que a própria autora coloca a corrupção como crime inerente ou simpático ao socialismo.

[...] Destarte, afirma-se que cada sistema econômico produz sua criminalidade própria. No sistema capitalista, temos a concorrência desleal, o abuso de posição dominante no mercado, a espionagem industrial, os crimes societários etc, enquanto que no sistema socialista temos corrupção, falsidades, mercado negro e atentados aos planos econômicos ou normas de produção.¹⁵⁷

Portanto, a Criminologia Crítica pode estar certa ao relacionar a grande desigualdade que existe no sistema penal com a desigualdade gerada pelo sistema capitalista. Também pode acertar ao pensar que um sistema socialista, tal qual o pensado por Marx, seria capaz de reduzir essa desigualdade. Entretanto, não se pode dizer que não há corrupção em países socialistas, até mesmo porque se sabe que em Cuba a corrupção está presente¹⁵⁸. Relembre o que foi mencionado no item anterior: a Coreia do Norte, que oficialmente é uma República Socialista, foi o país pior avaliado no ranking da corrupção divulgado pela Transparência Internacional, ficando em último lugar, juntamente com a Somália, em um universo de cento e oitenta e dois países. Tais países passaram por experiências socialistas e não lograram êxito em expurgar a corrupção.

Fator que influencia na percepção acerca da existência desta espécie de crime de colarinho branco em países socialistas é a constatação de que nestes não há simpatia pela liberdade de

¹⁵⁷ CASTILHO, 1998, p. 118.

¹⁵⁸ Recentemente o Presidente de Cuba, Raúl Castro, anunciou ofensiva contra a corrupção, sendo que um dos primeiros resultados de tais atos resultou na condenação de doze diretores da empresa estatal Cubaníquel pelo cometimento de crimes associados à corrupção durante o processo de negociação, contratação e execução de um projeto de expansão de uma fábrica. (Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/cuba-condena-12-por-corrupcao-tres-sao-ex-vice-ministros>>).

imprensa, de modo que de nenhuma maneira um ato corrupto se tornará um escândalo midiático. Quem divulgar tal ato, possivelmente restará detido.

Visto isso, passa-se a demonstrar que também há corrupção nos regimes ditatoriais, em que pese ainda existirem vozes que dizem o contrário, conforme será explicitado no tópico que segue.

3.3.1.3 A corrupção nos regimes ditatoriais

Também é comum escutar que nos regimes ditatoriais não há corrupção ou que esta é reduzidíssima. O fundamento para a conclusão, na maioria das vezes, no que se refere ao Brasil, é o de que nenhum dos militares saiu do governo rico. Os escritos de Celso Três bem retratam a percepção que não é só dele, mas de muitos:

Cotejando a democracia com a falsa segurança da ditadura, a coletividade pode ser tentada a ver-se ludibriada por pseudovirtudes desta última.

Todavia, nem por isso um exame desapassionado pode deixar de reconhecer algumas virtudes em gestores da ditadura.

[...]

Salvo civis que gravitavam à sombra da repressão – filhotes da ditadura, na feliz expressão do ex-Governador do RS e RJ, Leonel Brizola -, muitos até hoje na ribalta da cena política, os generais não usaram o poder ao enriquecimento pessoal.

Nenhum deles fez fortuna. Jamais, mesmo na redemocratização, ficou demonstrada a improbidade.

Em contraposição, na democracia, em pleno funcionamento das instituições destinadas à fiscalização (Parlamento, Ministério Público, Tribunal de Contas, etc.), a exemplo do ocorrido Governo FHC, agentes públicos, incluídos os de 2º, 3º, ... escalões, promoveram escancarada farra do locupletamento pessoal¹⁵⁹.

¹⁵⁹ TRÊS, 2006, p. 175-176.

Mais uma vez discorda-se, pois pensa-se que a corrupção é comum em todos os regimes políticos. Foi visto anteriormente que a Coréia do Norte é visto como um país altamente corrupto, sendo que lá o regime ditatorial impera.

Apesar de não se apoiar a ideia, compreendem-se os motivos que a embasa. Sabe-se que o grande alarme acendeu somente nos anos 80, em que pese a corrupção acompanhar toda a evolução da espécie humana, eis que presente em todos os tempos. Então, pode-se perfeitamente pensar que antes de tal explosão de informações acerca do fenômeno, este não ocorria em larga escala.

Talvez um fato que conduza à ideia de que a corrupção era de pouca monta no período militar é o de que não estouravam grandes escândalos midiáticos naquela época. É claro, sem liberdade de imprensa, ou melhor, com a imprensa amordaçada, não havia como se fazer denúncias, como se investigar, como se publicar matérias contrárias aos interesses dos generais. Quem assim procedesse, seria perseguido, preso, torturado, além de correr o sério risco de ter que se retirar do Brasil ou de ser assassinado nos porões do famigerado Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna, o DOI-CODI (na verdade, as pessoas assassinadas eram anunciadas como suicidas, tal como o jornalista Vlado Herzog).

Também não havia fiscalização por parte do Congresso Nacional e a autonomia do Poder Judiciário restou reduzida¹⁶⁰.

O Poder Legislativo restou amputado pelas cassações operadas e pela restrição às garantias dos parlamentares. Neste quadro, por exemplo, não ocorreria o chamado popularmente “mensalão”, não seria necessário a instituição de todo um mecanismo de pagamento de verbas ilegais a Deputados para que estes votassem de acordo com os interesses do governo. Seria preciso somente ameaçar aqueles que ousassem votar

¹⁶⁰ Sobre o assunto, bem profetizou Pedro Aleixo em reunião do Conselho de Segurança Nacional, ocorrida no dia da edição do AI-5: O Ato lido agora vai institucionalizar a ditadura. Pelo que ouvi, acaba com o Legislativo, colocando-o em recesso pelo livre-arbítrio do Executivo. E torna o Judiciário um apêndice do Palácio do Planalto, ao suspender a inamovibilidade e vitaliciedade de seus membros. (ASSIS, 1984, p. 28)

contra seus interesses e, caso confirmassem sua posição, arranjar uma hipótese de cassação. Prefiro conviver com o mensalão e com a liberdade do Poder Legislativo e do Judiciário.

Voltando-se a lupa para o período militar brasileiro, tem-se que, após o golpe de 1964, a imprensa foi objeto do todo o tipo de censura. Instrumentos como a Lei de Imprensa de 1967, a censura prévia e a autocensura eram bem utilizados pelos militares¹⁶¹.

O Ato Institucional nº 5 proibiu “atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política”, impondo grandes limites à imprensa. Como já salientado, nesse período mais rígido do regime ditatorial, houve corrupção, apesar de não haver, naquela época, chegado ao conhecimento do público em geral. Assis bem retrata o quadro do período:

Sem legitimidade política, o Governo Médici sublimou nos êxitos econômicos sua necessidade de legitimação, e os fracassos e mesmo a pilantragem empresarial assumiram a mesma conotação pejorativa, na apreciação da Censura, que os ataques das páginas dos jornais. Quando se tratava, então, de desmandos administrativos no âmbito do próprio Governo, o véu da censura era absoluto. O notório Leon Peres foi afastado do Governo do Paraná por corrupção, mas a Imprensa só pôde noticiar tardia e parcialmente. Na Administração Médici não houve, a rigor, para efeito de conhecimento público, atos de corrupção ou desastres financeiros, mesmo os “normais” do capitalismo....

No entanto, o ambiente era francamente estimulante ao desenvolvimento dos tumores. À propensão do Ministro Delfim

¹⁶¹ Para se ter ideia de como a censura operava na era Médici, eis uma mensagem da Polícia Federal que foi transmitida às redações dos jornais que circulavam na época, ou seja, no ano de 1972:

“De ordem superior fica proibida qualquer notícias ou comentários negativos e alarmantes sobre quaisquer bancos e empresas que operam no Mercado de Capitais, vista que o intuito é abalar e perturbar esse trabalho. (ASSIS, op. cit., p. 41).

Netto de favorecer os “conglomerados” através da deformação do sistema de intermediação e financiamento (data de então o total abandono do princípio da especialização das instituições financeiras – como o prova o desempenho dos Moreira de Souza, dos Lynaldo Uchoa de Medeiros, dos Júlio César Luterbach, dos irmãos Pascovicht e de tantos outros), somou-se uma determinação expressa do General Médici no sentido de que, em seu Governo, não haveria intervenção em instituições em crise para não abalar o mercado. Com isso, vários grupos de aventureiros e de *gangsters* de gravata foram postos na engorda junto aos cofres públicos, com total contemporização e cumplicidade da autoridade administrativa.

Com a derrogação do Ato Institucional nº 5 no ano de 1978, a imprensa foi liberada. Foi mais um período em que a corrupção esteve presente, como não poderia deixar de ser. Neste lapso temporal houve o maior estouro do sistema financeiro nacional já visto, a quebra do Grupo Coroa-Brastel, o que gerou um prejuízo de cerca de 400 milhões de dólares a seus investidores. No mesmo ano, em 1983, deu-se a quebra do Sistema Capemi, fato que foi alçado a um dos maiores casos de corrupção da história do Brasil¹⁶². Comum nesses casos fraudulentos e em outros que ficaram na história do período foi a concorrência das autoridades públicas, seja de maneira omissiva ou comissiva, como cúmplice.

Outro fator que contribuiu para a pouca divulgação de fatos corruptos ao longo da ditadura militar é o de que os governos militares autoritários são indiferentes à corrupção, como expôs o advogado e político Jarbas Vasconcelos ainda no ano de 1984:

O poder autoritário tem uma relação de indiferença com relação a corrupção em si e a seus agentes [...] trata-se de um caso típico de omissão deliberada [...] num regime militar centralizado e opressor os corruptos

¹⁶² ASSIS, 1984, p. 44

desfilam, perante a nação ofendida, a arrogância própria dos mafiosos que se consideram acima da lei [...] esse tipo de sistema governamental é deflagrador das “vocações” corruptoras que, aqui, englobam todo o conjunto de atividades delituosas na administração pública¹⁶³.

A percepção acerca do fenômeno e a cobrança pelo seu fim, ou melhor, pela sua diminuição, passa pelo amadurecimento de democracia. Aos poucos, o povo vai notando que é possível participar da vida pública não somente de dois em dois anos, quando vota. No derradeiro capítulo será demonstrado como a mídia acelera tal fenômeno e como torna os casos envolvendo corrupção verdadeiros produtos a serem vendidos.

Quanto menor o controle público, menos cidadania, mais corrupção. Isso se verifica em regimes autoritários.

Já a impunidade, que é citada nos dias de hoje por todos como a grande causa da corrupção em se tratando de Brasil, tem maior lugar nos regimes autoritários. É nesse regime que os poderes constituídos, mormente o Executivo, oferece grande proteção aos seus agentes, eis que uma condenação por corrupção pode demonstrar que todo o sacrifício passado pelo povo não tem razão. Sabe-se que uma das grandes razões para que um regime autoritário seja implementado é a de varrer, liquidar a corrupção e, uma vez visto que esta continua presente, a chance de uma revolta popular é grande. Então, escondam os corruptos em prol da continuidade do governo.

Finaliza-se o presente tópico consignando-se que a diminuição dos níveis de corrupção passa longe de um regime autoritário. Ao contrário, tal declínio somente é alcançado em regimes democráticos, em uma democracia política efetiva.

Antes, mais um breve trecho da obra *Elogio da Corrupção*:

Totalitarismo: Aproveitemos para dele propor uma definição: ideal de volta à perfeição originária ao eliminar toda causa de corrupção. Ao eliminar os objetos de gozo e os homens imperfeitos.¹⁶⁴

¹⁶³ Folha de São Paulo, 20/09/1984 apud SCHILLING, 1999, p. 76.

¹⁶⁴ SUSINI, 2010, p. 187

3.3.2 A corrupção não está institucionalizada

Outro pensamento que reverbera no senso comum é o de que a corrupção está institucionalizada no Brasil. Fala-se que o Estado todo é corrupto, que todas suas instituições estão contaminadas. Além das instituições, reconhece-se que nosso povo é corrupto, que sempre que possível tentamos dar um “jeitinho”¹⁶⁵. Logo vem a solução: precisamos apertar o cerco contra os corruptos, precisamos de Direito Penal máximo, punição rígida e implacável contra aqueles que vilipendiarem os bens tupiniquins. Outros empurram as causas da corrupção à nossa civilização portuguesa e, conseqüentemente, pensam que não há como nos livrarmos desta. Charges, ironias e piadas são frequentemente utilizadas para pintar este quadro.

No tocante ao contágio de todas as instituições de nosso país, sempre uma ou outra é ressaltada, é tida como limpa e incorruptível. Exemplo de órgão intangível é a Polícia Federal, que goza de boa reputação perante a sociedade em geral, tendo em vista que nos últimos anos realizou a prisão de famosos figurões da República. Todos vibraram ao ver Paulo Maluf algemado e Daniel Dantas preso.

Acontece, que a regra é oposta. Via de regra, a corrupção não atinge todo o corpo político de um Estado, em um mesmo momento, até porque inviável sua sobrevivência se todo corrompido. A analogia feita nos escritos sobre o assunto é a de um corpo doente. Neste, enquanto a doença se localiza em um determinado local, é possível a cura, sendo que a partir do momento em que se alastra, contaminando topo o corpo, se dá a morte. No mesmo rastro a corrupção: enquanto atinge uma ou umas determinadas partes do Estado, viável que este permaneça em atividade, agora quando se institucionaliza, opera-se a morte do Estado¹⁶⁶.

¹⁶⁵ O chamado jeitinho brasileiro foi objeto da tese de doutorado de Livia Barbosa, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, a qual contou com a orientação de Roberto DaMatta, principal estudioso do assunto. No trabalho restou exposto que o “jeitinho” consiste em tentar que uma regra seja excepcionada, por meio da apresentação de fatos da vida do solicitante, que demonstrem as agruras pelas quais passa. (ALMEIDA, 2007, p. 17)

¹⁶⁶ MARTINS, 2008, p. 38

Aliás, ao se imputar a corrupção a instituições e não a pessoas, favorece-se a impunidade, pois não se aponta para sujeitos que são passíveis de punições e sim para órgãos que, no máximo, perderão a credibilidade perante a opinião pública. De nada adianta dizer que o Congresso Nacional não trabalha, não legisla, como se vê hodiernamente em manifestações públicas, principalmente nas redes sociais. Tais atitudes que generalizam somente prejudicam.

Antes de se progredir com o assunto, precisa-se de um alerta. No parágrafo anterior, falou-se em apontar o indivíduo que praticar o gesto no lugar de simplesmente dizer que o ato corrupto é inerente à instituição. É interessante deixar registrado que não se quer que sejam caçados os supostos corruptos, como se esta fosse a solução para o problema. Muito mais importante que a localização do responsável pelo ato e sua punição é desvendar os mecanismos pelos quais a corrupção se desenvolve, pois aí sim poder-se-á combater a gênese da questão.

Exemplo do que foi dito anteriormente é a eleição do palhaço Tiririca para o cargo de Deputado Federal com a segunda maior votação da história do Brasil¹⁶⁷. Tiririca dizia em seu programa político não saber o que faz um Deputado Federal, mas que após ser eleito saberia. Além dessa pérola, tinha como slogan “pior que está não fica, vote no Tiririca”. Obviamente ninguém, ou grande parte, daqueles que votaram no palhaço, esperava que este contribuísse com os trabalhos realizados na Câmara dos Deputados, mas apesar disto fizeram de seu voto um instrumento de protesto. O raciocínio é simples: prefiro o Tiririca do que alguém que vá se dobrar à corrupção; pior que está não fica. Tiririca tinha um slogan verdadeiro.

Retornando-se estritamente à verificação da corrupção institucionalizada, trazem-se os sinais de que a doutrina abalizada no assunto adverte para fins de constatar-se se um órgão ou instituição está tomado pela corrupção:

Portanto, não é a quantidade de membros corruptos que confere um critério para

¹⁶⁷ Disponível em: <http://eleicoes.uol.com.br/2010/sao-paulo/ultimas-noticias/2010/10/03/com-mais-de-13-milhao-de-votos-tiririca-e-deputado-mais-votado-do-pais-e-deve-levar-mais-4.jhtm>

classificar uma instituição como corrupta. A atitude que esse órgão mantiver diante de um caso de corrupção será um primeiro sinal claro de como estará a preocupação com aquilo que pertence a todos, com aquilo que é público. Com tal hábito de permissividade ou tolerância dos atos de corrupção, os demais membros do órgão não encontrarão freios para também realizar seus desvios de conduta. E, quando o fizerem, não haverá nada que os impeça, pois os mecanismos de controle e punição não mais serão utilizados. [...] Outro grande sinal de corrupção ocorre quando um órgão ou uma instituição não atende mais à finalidade que o Estado fixou e passa a praticar ações diferentes daquelas determinadas¹⁶⁸.

E não basta que o órgão trate de forma permissiva atos corruptos ou que este não cumpra com suas funções. Essas características devem ser a regra, devem se fazer presentes por um longo período de tempo, não bastando sua presença por um período determinado.

Para um país inteiro conviver com corrupção institucionalizada, todas suas instituições, ou ao menos a maioria delas, necessitam estar enquadradas neste contexto. Ou seja, é preciso que a corrupção esteja institucionalizada na maioria dos órgãos que compõem a sua administração. Martins, já citado anteriormente, entende impossível que este quadro saia das páginas e se instale de forma efetiva:

Mas vamos pensar mais longe: seria possível que todas as instituições fossem corrompidas, ou atingissem alto grau de corrupção? Diz uma teoria que quase tudo é possível, porque a nossa imaginação não tem limite. Na prática, essas elucubrações não encontram lugar.

Já Schilling entende que a corrupção generalizada, que também chama de estado de corrupção, é uma situação em que

¹⁶⁸ MARTINS, 2008, p. 51-52.

o fenômeno aparece cotidianamente, não somente em práticas necessariamente ilegais. A autora fala que neste quadro existe a corrupção burocrática e a política¹⁶⁹.

Reportando-se ao Brasil, é fácil perceber que nossas instituições não são tão corruptas a ponto de se dizer que esta está institucionalizada. Apesar disso, sabe-se que é mais fácil defender o contrário, pois todos os dias nos deparamos com notícias acerca de corrupção nos mais diversos entes estatais. Nenhum está completamente a salvo.

Para se ilustrar a questão, traz-se o exemplo do Poder Judiciário, o qual não está livre da corrupção. A ex-Corregedora do Conselho Nacional de Justiça, Ministra Eliana Calmon, chegou a utilizar a forte expressão “bandidos de toga”¹⁷⁰. Por exemplo, recentemente veio à tona o caso de um desfalque de mais de dois bilhões na Justiça do Trabalho de Rondônia, quando um Desembargador foi afastado e a imprensa afirmou que advogados estão envolvidos no esquema¹⁷¹.

É pacífico o entendimento de que o Poder Judiciário não está a salvo da corrupção. Entretanto, não é possível, em hipótese alguma, afirmar-se que toda a instituição está comprometida, o que reforça o entendimento de que tais atos não são a regra, ou seja, a corrupção não está institucionalizada.

As notícias que diariamente nos mostram casos de corrupção são fruto de uma imprensa livre e de uma atuação mais firme dos órgãos incumbidos de fiscalizar os atos administrativos. Some-se a isso o fato de que, após a redemocratização, a população está querendo participar ativamente da vida política e está cobrando medidas mais eficazes e transparentes por parte de nossos dirigentes. Este é o entendimento de Martins:

Então, esses inúmeros casos de corrupção que proliferam pelo noticiário, mais do que provocar uma falsa sensação de corrupção generalizada, devem ser vistos como efeito de uma maior fiscalização da sociedade sobre os agentes públicos, ou seja, como

¹⁶⁹ SCHILLING, 1999, p. 46.

¹⁷⁰ WINTER, 2012.

¹⁷¹ DESFALQUE..., 2012.

sinal de vitalidade política. Como já foi dito, sempre houve, há e haverá corrupção política necessariamente em todos os Estados¹⁷².

Existe corrupção? Sim. Ela tomou conta de modo que a situação é irreversível? Não. Mais adiante discorrer-se-á a respeito de medidas aptas a diminuir os níveis de corrupção.

3.3.3 Corrupção no Brasil: somos os mais corruptos?

O professor carioca José Arthur Rios declarou que “todos somos corruptos”, generalizando a conduta especificamente no que se refere ao povo brasileiro. Nós mesmos nos atribuímos o título de “reis da corrupção”.

Sem sombra de dúvidas, no tocante ao poder político, não se pode rotular um grupo ou um partido político como incorruptível. No Brasil, alterna-se o governo e a corrupção permanece presente, como bem anotou Trêz. Primeiramente, sobre o período em que estivemos sob a batuta do Presidente Fernando Henrique Cardoso:

O Governo FHC foi pródigo nessa realidade.
[...]

Fundaram seus próprios bancos, fundos de investimentos, etc., coincidentemente – e nada mais de casual coincidência! -, convertendo-se em banqueiros dos próprios felizardos aquinhoados com a desestatização por eles promovidas.

Enfim, foram sábios! Nada mais justo! Simplesmente aproveitaram a “*opportunity*” que a deus mercado ensejo aos mais ladinos.

[...]

As formas de locupletamento à custa de “*res publicae*” são inúmeras. Frequentemente, tão sutis quando a opulência amealhada. No Governo FHC, prodigiosa prole de Ministro das Comunicações galgou fortuna no mercado de capitais, coincidentemente – e

¹⁷² MARTINS, 2008, p. 110.

nada mais de casual coincidência! -, negociando títulos do sistema Telebrás.¹⁷³

Após, sobre o governo do PT, de Lula, partido e líder sindical que até ascender ao poder máximo do Executivo eram tidos como incorruptíveis:

E o Governo Lula, 20 anos de PT desfraldando a bandeira da moralidade?

Pesquisa encomendada pelo próprio PT ao Instituto Criterium revela que a maioria, 50%, entende que a corrupção continua como dantes, Governo FHC. OS demais, 35% crêem na diminuição, 9% no aumento e 6% não souberam/quiseram responder. (Folha de São Paulo, 27.02.05).

[...]

Ícones do PT, Luiz Eduardo Greenhalgh, Presidente da CCJ, e José Mentor, relator da CPI da Evasão de Divisas (Banestado), instituem a gaveta, sonogando do Ministério Público as apurações.

[...]

E suma, investigam (CPI's, etc.) para anistiar.

Posteriormente, nas CPI's do Mensalão, Correios, Bingos etc., os porquês de José Mentor e do PT.

Nelas restou explícito o '*modus operandi*' da improbidade, lesão ao patrimônio público: fraude, superfaturamento e direcionamento das contratações de publicidade estatal (Banco do Brasil, Correios, Caixa Econômica Federal, Ministério do Trabalho, etc.), distribuindo-se o produto do ilícito a terceiros, particulares, entre eles, o Partido dos Trabalhadores¹⁷⁴.

No Governo de Fernando Collor de Mello também nos deparamos com o mal, dispensando-se incursões pelos atos

¹⁷³ TRÊS, 2006, p. 173.

¹⁷⁴ Ibid., p. 173-174.

deste governo, pois notórios. Nos governos anteriores, ditatoriais, ela estava lá, conforme já demonstrado.

Desta perpetuação da corrupção política, exsurge a ideia de que nosso país não tem jeito, que não tem solução, que estamos fadados a governos corruptos. Falsa esta ideia. Generalizações, de qualquer espécie, não devem seduzir.

Sim, temos corrupção em todos os níveis, em todos os poderes, em todos os governos, conforme exposto, apesar do nível divergir de país para país. Entretanto, como já demonstrando, não a inventamos, não somos os únicos corruptos e também não somos os mais corruptos¹⁷⁵.

3.3.4 A legislação brasileira

O ordenamento jurídico brasileiro contempla um amplo número de leis que tratam do tema corrupção, em seu sentido *lato*. No Código Penal alguns crimes estão positivados, como o de corrupção passiva (artigo 317¹⁷⁶) e corrupção ativa (artigo 333¹⁷⁷). A legislação extravagante, por sua vez, traz diversas leis, diversos tipos penais, que tratam em sentido amplo de

¹⁷⁵ O próprio ranking da corrupção citado anteriormente demonstra isso.

¹⁷⁶ Corrupção passiva:

Art. 317 – Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora do função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

§ 1º - A pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

§ 2º - Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem:

Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa.

¹⁷⁷ Corrupção ativa:

Art. 333 – Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

Parágrafo único – A pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.

crimes de colarinho branco e corrupção. A lei mais conhecida é tratada pela doutrina como “lei dos crimes do colarinho branco”¹⁷⁸ e tem o número 7.492/86¹⁷⁹. É possível enumerar as seguintes leis que tratam do assunto: Lei nº 8.884/94¹⁸⁰, Lei nº 9.613/98¹⁸¹, Lei nº 8.137/90¹⁸², Lei nº 9.605/99¹⁸³, Lei nº 8.078/90¹⁸⁴, Lei nº 1.079/50¹⁸⁵, Decreto-Lei nº 201/67¹⁸⁶, Lei 11.101/2005¹⁸⁷, Lei nº 9.677/98¹⁸⁸, Lei nº 9.983/00¹⁸⁹.

Nos últimos anos, duas leis sobrevieram com a promessa de acabar com a corrupção. Primeiramente, a Lei Complementar nº 135/2010¹⁹⁰, a famosa Lei da Ficha Limpa, e a Lei nº

¹⁷⁸ Ela Wiecko V. de Castilho (1998, p. 14) assenta que: a Lei nº 7.492 é conhecida como a lei dos “crimes do colarinho branco”. Todavia, este conceito, de natureza criminológica, pode ser aplicado também a condutas definidas em outras leis penais.

¹⁷⁹ Define os crimes contra o sistema financeiro nacional, e dá outras providências.

¹⁸⁰ Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências.

¹⁸¹ Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências.

¹⁸² Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.

¹⁸³ Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

¹⁸⁴ Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

¹⁸⁵ Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.

¹⁸⁶ Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências.

¹⁸⁷ Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.

¹⁸⁸ Altera dispositivos do Capítulo III do Título VIII do Código Penal, incluindo na classificação dos delitos considerados hediondos crimes contra a saúde pública, e dá outras providências.

¹⁸⁹ Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências.

¹⁹⁰ Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da Constituição Federal,

12.527/2011¹⁹¹, dita Lei da Transparência. A primeira incluiu causas de inelegibilidades relacionadas à condenação criminal, rejeição de contas, quebra de decoro parlamentar, cassação de mandato, aposentadoria compulsória, prática de abuso de poder político, econômico ou dos meios de comunicação, expulsão de conselhos profissionais, demissão do serviço público, improbidade administrativa e realização de doações ilegais. Já a Lei da Transparência, em resumo, regulamenta o direito constitucional dos cidadãos de terem acesso às informações públicas que não sejam sigilosas. De acordo com essa lei, uma série de dados devem ser disponibilizados à população, mesmo que não haja requerimento expresso no sentido de obtenção destes dados.

Em breve, em um futuro próximo, quando a Ficha Limpa não alcançar a moralização necessária¹⁹², e após um novo escândalo envolvendo corrupção, o povo irá se deparar com a questão do financiamento público das campanhas eleitorais. Isso pelo fato de que muitos veem na necessidade de arrecadação de fundos para as campanhas o grande motor da corrupção.¹⁹³ Precisa-se de empresários que banquem a campanha por um cargo político, pois, sem polpudas verbas, inviável que se logre êxito. Assim, os empresários fazem doações e, após as eleições, precisam de alguma forma recuperar aquele verdadeiro investimento.

Viu-se, portanto, que leis nós brasileiros temos¹⁹⁴, mesmo que se diga que essas previsões demoraram para serem

casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato.

¹⁹¹ Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

¹⁹² Pensa-se que a Lei da Ficha Limpa somente produzirá o aumento da intervenção do Poder Judiciário no processo eleitoral.

¹⁹³ COLEMAN, 2005, p. 185

¹⁹⁴ Temos muitas leis que definem crimes de colarinho branco e reprimem ações corruptas. Eis o pensamento do Senador Pedro Simon (2010, p. 11):

aprovadas. Aponta-se como principal causa para a edição tardia a ausência de vontade política:

Todavia, a lei demorou a ser editada. A causa comumente apontada é a falta de vontade política. É uma forma de dizer que aos detentores do poder não interessa promover mudanças ou engajar-se em ações que representem um perigo à continuidade e extensão do exercício desse poder. Note-se, porém, que não se trata de um comportamento simplesmente omissivo. É muitas vezes extremamente ativo e ocorre por intermédio de grupos de pressão¹⁹⁵.

Também se imputa a formulação defeituosa dessas leis, bem como a existência de brechas que as tornam impraticáveis:

Não se trata, portanto, de falta de leis. Pode-se questionar se estas são bem formuladas ou se contêm brechas suficientes para tornar a legislação contra o crime de corrupção inaplicável: sempre faltarão as provas cabais. Reconhece-se, porém, que estas leis existem, extensamente formuladas, sendo simultaneamente invisíveis ou impraticáveis. Como relacionar sua prolixidade com sua inaplicabilidade?¹⁹⁶

É pacífico o entendimento de que somente a edição de novas leis, bem como o recrudescimento das penas, não são aptos a diminuir a criminalidade. Eis o perfeito escrito de Holanda:

[...] outro remédio, só aparentemente mais plausível está em pretender-se compassar os

Leis não faltam. Ao contrário. Em muitos aspectos, temos um aparato legal invejável. O que, aliás, caracteriza ainda mais a tal impunidade. É que as leis só “pegam” para quem não tem condições de contratar o advogado de grife, ou não é vizinho do poder, ou não alcançou as tais “imunidades”. Imunidade e impunidade, portanto, são muito mais que um rima.

¹⁹⁵ CASTILHO, 1998, p. 126.

¹⁹⁶ SCHILLING, 1999, p. 78.

acontecimentos segundo sistemas, leis ou regulamentos de virtude provada, em acreditar que a letra morte por influir por si só e modo enérgico sobre o destino de um povo. A rigidez, a impermeabilidade, a perfeita homogeneidade da legislação parecem-nos construir o único requisito obrigatório da boa ordem social. Não conhecemos outro recurso¹⁹⁷.

E isso não se aplica somente a crimes de colarinho branco, à corrupção. Para a parte do direito penal que atinge os menos abastados a situação é idêntica, a cada crime que gera comoção popular devido à atuação da mídia, as leis são endurecidas ou novas leis são editadas. Após o homicídio da atriz da rede Globo Daniela Perez, houve movimento popular para incluir o crime de homicídio qualificado no rol de crimes hediondos. A reflexão é a seguinte: após tal inclusão, operou-se a diminuição em crimes desta natureza? Obviamente, não.

Retornando ao assunto corrupção, no linguajar popular é comum ouvir que os legisladores não legislam de forma eficaz contra crimes de colarinho branco e contra a corrupção, pois se assim procedessem eles mesmos correriam o risco de sofrerem sanção de pena privativa de liberdade. Fala-se, também, que essas leis existem somente “para inglês ver”, ou seja, para acalmar a opinião pública, pois evitam que qualquer punição real de sujeitos poderosos ocorram.

Além do Poder Legislativo, o Poder Executivo é criticado por não regulamentar os tipos legais, quando necessário, de forma rápida e eficiente.

3.3.5 Impunidade: a responsável pela corrupção?

Quando um escândalo de corrupção ganha os jornais e a televisão, todos correm para ver do que se trata. Após a leitura ou a assistência da matéria, a manifestação é a mesma: “Tudo vai acabar em pizza”. No senso comum ecoa o sentimento de impunidade quando se trata de crimes de colarinho branco e mais ainda ao se falar sobre corrupção, eis que os envolvidos são os detentores do poder.

¹⁹⁷ HOLANDA, 1987, p. 78-79.

Fala-se naquilo que a Criminologia Crítica denunciou há anos: que o Direito Penal foi feito para os pobres e pretos e há um muro intransponível que faz com que este ramo do Direito não atinja os abastados.

Esta impunidade tão falada é vista como a grande vilã, como o principal fator que contribui para que a corrupção não dê trégua. Como os corruptos não são punidos, eles não param de se proliferar. O Senador Pedro Simon publicou obra intitulada “A impunidade veste colarinho branco” em que a todo tempo bate na tecla de que a impunidade é a razão para que a corrupção não acabe ou, ao menos, diminua:

Eu tenho absoluta certeza de que, finda a impunidade, teremos outro país. Exatamente o país que queremos. O dinheiro da corrupção tem mais dígitos à direita do que o necessário para alavancar o nosso desenvolvimento com distribuição de renda. Condições não nos faltam. Temos os recursos naturais mais importantes do planeta. Os minerais mais estratégicos, o maior rio, a maior floresta, todos os microclimas¹⁹⁸.

Ghizzo Neto, assim como inúmeros outros autores que trataram do assunto corrupção, tem o mesmo entendimento:

A impunidade é nefasta não apenas por comprovar a ineficiência do sistema judicial brasileiro; ela é uma causa determinante para o estímulo de novas práticas corruptas. Como efeito colateral nocivo a democracia, a impunidade gera o desencantamento e a conformação popular, a desilusão que fere a alma e a esperança de ver uma justiça indistintamente aplicável e acessível a todos: pobres ou ricos, negros ou brancos, servidores ou superiores, empregados ou empresários etc. Boa parcela da opinião pública não acredita em mais nada, generalizando a corrupção a tudo e a todos,

¹⁹⁸ SIMON, 2010, p. 12.

com um efeito negativo devastador ao combate à corrupção. Afinal, quando todos são criminosos, os verdadeiros corruptos (e corruptores) não podem ser identificados, processados e efetivamente punidos¹⁹⁹.

E crê-se que decorrem da corrupção todas as mazelas pelas quais nosso povo passa diariamente. Os problemas que afetam a saúde, o ensino e a fome, passam por este crime:

A impunidade é a principal avalista da corrupção. A mesma corrupção responsável pela falta de recursos nas filas dos hospitais, pela escuridão do analfabetismo, pelo martírio da fome e pela guerra civil não declarada da violência. Tivessem corruptores e corruptos sido alcançados como manda a lei, seria outra a realidade brasileira, sem tantas mazelas sociais, sem tamanhos contrastes, estampados nas estatísticas que nos colocam no rodapé dos índices de distribuição de renda em todo o planeta²⁰⁰.

Portanto, o pensamento é de que se o sonho de sermos “o país do futuro” não se concretizou é porque temos corrupção em larga escala. Se findarmos com esse cupim, podemos buscar os trilhos do desenvolvimento da nação, a qual que irá alcançar, no futuro, posição de grande potência mundial. Acabe-se com a corrupção e todos os problemas se resolverão, é o pensamento emanado pelo senso comum. Os adeptos do movimento da Lei e Ordem vibram.

Permeiam essa impunidade diversos fatores, tais como a escassez de recursos e equipamentos para que as investigações desses complexos crimes sejam efetuadas, bem como o despreparo daqueles que efetuam as investigações, a influência dos transgressores, a burocracia, os entraves criados por advogados bem formados, a má formulação das leis que tratam desses crimes, entre outros²⁰¹.

¹⁹⁹ GHIZZO NETO, 2012, p. 190.

²⁰⁰ SIMON, 2010, p. 10.

²⁰¹ Ibid., p. 11.

Na verdade, o que deve ser buscado é o tão falado, mas não efetivado, Estado Democrático de Direito. Quase todos os textos jurídicos falam desse Estado Democrático de Direito, mas não se dão conta de que, ao menos em termos brasileiros, este é uma utopia.

Não bastam inúmeras leis nem punição rígida de alguns selecionados do colarinho branco. O que se deve buscar é a efetivação deste Estado Democrático de Direito, com a edificação de uma sociedade em que os direitos e garantias fundamentais sejam mais do que alguns artigos de lei de uma Constituição. Se tivermos uma sociedade consciente, educada e bem formada, poderemos começar a pensar em diminuição da corrupção. O raciocínio de Ghizzo Neto é neste sentido:

A corrupção é um fenômeno que atinge, sem distinção, praticamente todos os países do mundo, sendo um tipologia do comportamento humano ínsito a todas as sociedades politicamente organizadas, flagelando, indistintamente, tanto as instituições de caráter público como as de caráter privado. Nesse ponto, os debates travados para melhor compreensão do fenômeno têm convergido, na grande maioria, para a prevalência da adoção de medidas preventivas em detrimento das medidas repressivas.

[...]

Torna-se imperioso buscar a cooperação com a sociedade civil organizada, estabelecendo uma relação de parceria e confiança mútua, legitimando o processo de conquista da cidadania e da exigência pelo cumprimento das promessas constitucionais²⁰².

É importante então estabelecermos e firmarmos o entendimento de que repressão e o direito penal máximo não irão resolver os problemas da corrupção. Devem ser buscadas medidas preventivas! A sociedade precisa ter consciência de seus atos, das consequências de seus atos, para que possa

²⁰² GHIZZO NETO, 2012, p. 201; 206.

cobrar a efetivação dos seus direitos e a chegada ao Estado Democrático de Direito. De nada adianta votar no palhaço Tiririca e reclamar do Poder Legislativo.

Diversos autores, focando sempre em acabar com a impunidade, estudaram técnicas e desenvolveram programas e ações que reputaram importantes para que os níveis de corrupção em um determinado Estado fosse reduzido. Entre aqueles que foram colocados em prática, o órgão mais famoso e também mais poderoso, foi chamado de Comissão Independente contra a Corrupção – CICC – com atuação em Hong Kong. Todos estes programas convergem em um ponto: os direitos e garantias fundamentais são reduzidos, devassados²⁰³.

Em Hong Kong, por exemplo, em um primeiro momento foi permitido que as autoridades responsáveis pela prevenção da corrupção investigassem as contas bancárias, de ações e de compras de uma pessoa suspeita de corrupção. Após, foi deferido o poder do órgão anticorrupção de examinar o padrão de vida e os recursos pecuniários de funcionários do governo²⁰⁴. Não satisfeitos, como a corrupção persistiu, chegou-se ao extremo de se inverter o ônus da prova caso um suspeito fosse visto como de fortuna ou padrão de vida superior ao que suas rendas fossem capazes de lhe proporcionar. O sujeito teria que provar inocência²⁰⁵.

Essas medidas invasoras não se deram somente no caso de Hong Kong, mas em todos os recantos em que tais órgãos foram instituídos²⁰⁶.

Além de violação de privacidade e ferimento dos mais básicos princípios do direito, como a presunção de inocência, também chamado de princípio da não-culpabilidade, os programas e órgãos anticorrupção implicam em altíssimos custos

²⁰³ A atuação da Comissão Independente contra a Corrupção – CICC – em Hong Kong foi analisada por Robert Klitgaard (1994, p. 111 et seq.) em sua obra *A corrupção sob controle*, especificamente no capítulo de número quatro.

²⁰⁴ KLITGAARD, 1994, p. 116-117.

²⁰⁵ *Ibid.*, p. 117-118.

²⁰⁶ Klitgaard (1994), em sua obra “A corrupção sobre controle” analisa diversos órgãos que buscaram acabar com a corrupção, os quais foram instalados em diversos países, e, em comum, vislumbra-se como principal característica o pouco apreço dos direitos e garantias.

ao Estado que se propõe a instalá-los²⁰⁷, podendo até mesmo superar os gerados pela corrupção.

Portanto, no lugar de vilipendiar direitos básicos e se gastar muito dinheiro público na busca por acabar com a impunidade relacionada à corrupção, sugere-se que se pense a respeito de maneira de se atuar politicamente em prol da efetivação desses direitos, os quais serão motores em benefício da consciência individual e, por consequência, coletiva, fazendo com que o povo, de maneira consciente, tome seu lugar e participe da vida política brasileira, ajudando, assim, a combater a corrupção.

No lugar de restrição dos direitos e garantias fundamentais pensa-se em efetivação destes!

3.3.6 Os benefícios da corrupção

Em 1723, Bernard Mandeville escreveu a ‘Fábula das Abelhas: ou, vícios privados, benefícios públicos’²⁰⁸, na qual descreve a vida de abelhas em uma colmeia próspera, que é tomada pelos mais diversos vícios. Apesar destes vícios, as abelhas que ali habitam vivem de maneira cômoda, contando com facilidades oriundas de sua pujança. Em certo momento, Júpiter se revela contra a situação viciosa em que a colmeia se encontra e expurga todos estes supostos males, pensando que assim contribuirá para o bem estar comum dos habitantes. Livre dos vícios, a prosperidade característica da colmeia deu lugar à estagnação econômica, o que fez com que inúmeras abelhas migrassem para outras colmeias, esvaziando por demais a antiga feliz e próspera colmeia²⁰⁹. Portanto, alguns vícios podem ser benéficos para a vida social, inclusive a corrupção, em alguns momentos, em certo grau, pode ser benéfica, pode fomentar mudanças positivas, bem como avanços sociais, conforme será demonstrado. Registre-se que a corrupção dominante, generalizada, não deve ser vista como benéfica.

²⁰⁷ KLITGAARD, op. cit., p. 133.

²⁰⁸ Originalmente intitulada *The fable of the bees: or, private vices, public benefits*.

²⁰⁹ A fábula encontra-se disponível no seguinte site: http://cafehistoria.ning.com/profiles/blogs/a-fabula-das-abelhas?xg_source=activity

Todos pensam em uma utópica sociedade, em que todos sejam felizes e que não haja corrupção. Na imaginação, tudo bem. Agora, vivendo a nossa realidade não é possível ansiar o nível zero de corrupção. Primeiro, porque impossível, eis que sempre haverá algum resquício desta; segundo, pois o custo social dos esforços seriam acrescidos em grande monta. Quem bem explica a questão é o professor de economia Robert Klitgaard:

A sequência de pensamento que eu estava tentando induzir é a seguinte. Suponhamos que certo tipo de corrupção causa mal à sociedade; ela cria “custos sociais”. Suponhamos, igualmente, serem caros os esforços para combater a corrupção. A fim de minimizar os custos combinados para a sociedade, temos que equilibrar os dois. Devemos considerar, em termos de custos sociais, a redução que obtemos ao diminuir os atos de corrupção, mas também precisamos levar em conta o acréscimo de custos sociais acarretados por nossos próprios esforços na luta contra ela. E isso leva à conclusão de que, na maioria dos casos, a solução de custo mínimo global não terá a corrupção igual a zero nem os esforços anticorrupção iguais ao máximo do ponto de vista de volume²¹⁰.

Não é que não se queira um país sem corrupção, com todas as verbas públicas devidamente aplicadas, sem desvios. Entretanto, se focarmos na realidade, inviável que se extirpe a corrupção, conforme bem disposto no trecho citado.

No sentido contrário, diversos autores sustentam que a corrupção não é de todo ruim, que ela é capaz de influir positivamente, mormente em países em desenvolvimento. Para sustentar esta afirmação, trazem três pontos.

O primeiro deles informa que a corrupção pode vir a ter utilidades dentro de uma organização. Caso a burocracia esteja atrapalhando o andamento dos trabalhos, pode ser criada uma espécie de “caixinha”, por meio de condutas corruptas como

²¹⁰ KLITGAARD, 1994, p. 41-42.

falsos relatórios de gastos e desfalques, sendo que tal verba aglutinada poderia vir a se tornar um fundo de despesas eventuais, o que daria maior flexibilidade na persecução dos objetivos da organização²¹¹.

O segundo argumento diz que as nomeações, os pagamentos e as nomeações políticas motivadas pela corrupção são capazes de transbordar em benefícios políticos para a sociedade. Isto porque quando o chefe do poder se utiliza da corrupção para integrar várias vertentes políticas, vários partidos políticos, as chances de se chegar a uma harmonia é grande. Esta harmonia poderá beneficiar a sociedade. Do outro lado, a desunião pode trazer atos hostis, que ao final, prejudiquem a todos²¹². Fala-se aqui, na verdade, em compra de lealdade política. Com certeza, a quebra da oposição pode trazer alguns benefícios, mas também não se deve descartar que o consenso político é perigoso, pois em um Estado sem oposição fica mais fácil fazer negócios escusos de todos os tipos, bem como o povo tende a ficar alienado, porque a ausência de oposição é a ausência de debate político.

Por fim, o terceiro argumento em prol da corrupção relaciona o pagamento que ocorre de maneira corrupta com um tipo de mecanismo de mercado. Aqui, fala-se que a corrupção é capaz de colocar os bens e serviços em poder de pessoas que realmente os valorizam, o que tornará seu uso mais eficaz. Eis as palavras de Klitgaard sobre este fundamento:

O lembrete do economista. Os pagamentos por corrupção introduzem um tipo de mecanismo de mercado. Em um sistema em que bens e serviços são alocados por filas, política, seleção aleatória ou “mérito”, a corrupção pode, em vez disso, alocar os bens segundo a disposição e a capacidade de pagar. A corrupção, por conseguinte, pode colocar bens e serviços nas mãos das pessoas que mais os valorizam, que os podem usar de modo mais eficaz. Em certo sentido, portanto, depois do ato de corrupção esses bens e serviços são distribuídos de

²¹¹ Ibid., p. 49.

²¹² Ibid., p. 48

modo mais “eficiente” na aceção econômica²¹³.

Verifica-se, então, que os três pontos que sustentam o papel útil da corrupção versam sobre atos de corrupção e não sobre corrupção institucionalizada, o que nos faz pensar que esta nunca é benéfica. Além disso, também repara-se que eles são utilizados a partir do que temos hoje em termos de Estado, principalmente nos países subdesenvolvidos, no sentido de um sistema político com diversas falhas, agindo a corrupção como um vetor que pode diminuir tais defeitos.

É fácil localizarmos exemplos práticos em que a corrupção foi utilizada de modo a favorecer a sociedade, estando os benefícios alcançados por meio dela bem acima dos aspectos deletérios. Recentemente foi lançado, como a grande produção de 2012 e 2013 e concorrente ao Oscar de melhor filme no ano, o filme intitulado *Lincoln*²¹⁴. Em resumo, o longa metragem trata, baseado em fatos reais, do período em que os Estados Unidos da América teve como Presidente Abraham Lincoln, sendo que dentro deste governo, a obra foca no lapso temporal em que o país viveu crise interna relacionada com a Guerra Civil. Dá ênfase às negociações políticas que conduziram a aprovação da Emenda Constitucional que determinou a abolição da escravidão em solo norte-americano, quando a corrupção foi claramente utilizada para que se conseguisse alcançar o quórum necessário para que a espécie legislativa fosse confirmada pelo Poder Legislativo. A compra de votos, não mediante a utilização de dinheiro, mas de outros artifícios, como o aproveitamento de parlamentares derrotados nas eleições em cargos públicos, praticada por Lincoln e pelos seus correligionários, fica bem visível na película. Ao fim, após serem realizados diversos atos que podem tranquilamente serem tipificados como corruptos, o bem geral: a abolição da escravidão. Com certeza, se Lincoln utilizasse somente de práticas corretas, milhares de negros norte-americanos permaneceriam, ao menos por mais alguns anos, como escravos. Trata-se de um caso benéfico de corrupção, que se deu fora do Brasil e em um país desenvolvido.

²¹³ KLITGAARD, 1994, p. 47

²¹⁴ Ver <<http://oscar.go.com/nominees>>.

Se Lincoln fosse julgado hoje pelo nosso Supremo Tribunal Federal, seria condenado tal qual os supostos líderes do chamado mensalão. Um mensalão em prol do fim da escravidão.

Existem outros casos que mostram benefícios alcançados a partir de atos corruptos na história dos Estados Unidos, como os que se sucederam na construção da malha ferroviária daquele país, lançado pelo projeto intitulado *Pacific Railroad Act*. Se não fossem os atos possivelmente corruptos, a construção da estrada não ocorreria, dificultando os Estados Unidos a serem, hoje, um mercado tão avançado²¹⁵.

A corrupção benéfica também está presente nos relatos dos povos antigos. Bulhões traz uma série de casos. Para demonstrar e exemplificar, um deles:

[...] Zeus fecundou Danae sob a forma de chuva de ouro, no que há tocante alegoria da prostituição, felizmente muito ativa em nossa época. [...] Dessa união nasceu Perseu que, utilizando-se de práticas digamos inusitadas, e alguns golpes baixos, como a obtenção da sandália alada, da cesta mágica e do elmo de Hades mediante pressão espúria sobre as indefesas Gréias, conseguiu, para sossego universal, cortar a cabeça de Medusa. Veja-se a louvação objetiva da corrupção: de seu exercício fez-se o herói semidivino, que, utilizando-se dela, praticou o Bem, derrotando o Mal²¹⁶.

No mesmo sentido, o autor mostra que na Bíblia, no Novo Testamento, também é possível encontrar casos que demonstram os benefícios da corrupção. Eis um deles:

[...] O Novo Testamento é identicamente rico em passagens onde a corrupção é personagem ou veículo de metas nobres a alcançar. [...] Conta Lucas que Zaqueu, o venenoso coletor de impostos, como são todos, comprou indiretamente a bênção do Mestre ao prometer que daria metade dos

²¹⁵ BULHÕES, 1990, p. 94.

²¹⁶ Ibid., p. 15-16.

seus bens aos pobres e que devolveria quadruplicado o que houvesse subtraído a quem quer que fosse, em confissão implícita da prática anterior de fraude. Malgrado esta sucessão de subornos ostensivos, deles decorreu farta messe para os necessitados e generosa reposição aos lesados²¹⁷.

Demonstra-se, então, que é possível encontrar benefícios oriundos de atos corruptos.

Finalizando-se o presente tópico e também o segundo capítulo do trabalho, consigna-se que a corrupção é, em regra, nociva. Verifica-se que nem todo ato corrupto é lesivo no mesmo grau, algumas espécies prejudicam muito mais do que outras, influenciando nesse contexto também o momento em que o ato é praticado. Prova de que temos diversos graus de danosidade, é o fato de que podem ser apontados, não muitos, mas alguns pontos positivos dessa prática.

A grande importância em se ter a sensibilidade de identificar esse citado grau de lesividade dos atos corruptos desemboca na punição de tais atos. Somente aqueles realmente daninhos devem ser perseguidos. Deve haver um filtro, para que não haja foco em práticas que pouco causam em termos de danos para a sociedade em geral.

Antes de se iniciar o próximo capítulo, é preciso ressaltar que a grande conclusão extraída do estudo atinente a este segundo capítulo é a de que, hodiernamente, em todos os países mas com grande ênfase no Brasil, a corrupção é a bola da vez. É ela apontada como a causadora de todos os males que existem na nossa sociedade. Se antes pensava-se que eram as drogas as responsáveis pela suposta degeneração social, nos dias atuais é a corrupção. Nesse sentido, aponta-se sempre para o corrupto. É ele quem merece cadeia. Estranho não refletirmos muito sobre os corruptores. Não há corrupto sem corruptor.

²¹⁷ BULHÕES, 1990, p. 29.

4 CAPÍTULO III - A PUNIÇÃO DO CORRUPTO E A MÍDIA

No segundo capítulo do trabalho, o assunto em destaque foi a corrupção, uma das espécies de crime de colarinho branco. Viu-se que este delito, em sentido amplo, é colocado como o grande problema a ser perseguido nos dias atuais. Inclusive, as instituições públicas elegeram o combate ao crime organizado, à corrupção, como suas principais metas, como se nota na leitura dos projetos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI – desenvolvido pelo Ministério da Justiça²¹⁸.

Neste derradeiro capítulo pretende-se discorrer sobre a necessidade de se visualizar um inimigo comum, aquele que corrompe e que é o grande responsável por todos os males da sociedade, desde os tempos antigos, chegando-se aos atuais. No senso comum prevalece o insistente pensamento de que é este inimigo que deve ser punido com rigor! Se assim for feito, todos estarão salvos. Após abordar-se tal assunto, será tratado o tema relacionado à mídia, demonstrando-se como esta atua hodiernamente, como esta trata dos delitos e quais suas reais intenções. Por fim, serão vislumbrados os efeitos desta atuação midiática, buscando-se uma resposta para o problema tratado no presente trabalho: se a invasão midiática, inclusive com as redes sociais, alterou a condição de desigualdade entre a punição de crimes praticados por menos e por mais abastados, formulada pela Criminologia Crítica. Em outras palavras, verificar se as bases estabelecidas por Sutherland e pela Criminologia Crítica ainda estão intactas ou se houve alteração na chamada imunidade dos praticantes de crime de colarinho branco, especialmente o de corrupção, trazendo-se o debate para o contexto brasileiro.

Como dito, inicia-se pela construção do inimigo.

4.1 O INIMIGO

Conforme já alinhavado, desde que os indivíduos começaram a se agrupar em sociedades imputou-se a alguns o rótulo de inimigos; seriam os maus, que colocavam a vida dos

²¹⁸ BRASIL, 2007.

bons em risco. Leandro Ayres França tratou do assunto com os seguintes dizeres:

De modo ordinário, sempre foi possível identificar em todo agrupamento social a existência de um indivíduo ou de um grupo de pessoas com uma característica peculiar que os classificava como inimigos. Em sua maioria, os inimigos eram reconhecidos como aldeias, clãs, reinos, nações, que, em decorrência de crença, poder ou interesses variados, representavam uma ameaça a uma determinada sociedade²¹⁹.

Facilmente pode-se vislumbrar alguns inimigos que surgiram nas últimas décadas. Com o tempo, alguns deixaram de ser vistos como efetivos problemas das sociedades, enquanto outros ainda são rotulados desta maneira. Exemplos: judeus²²⁰, palestinos, israelitas, capitalistas, comunistas, terroristas, traficantes, ocidentais, orientais. Algumas vezes, imputa-se a uma determinada pessoa o rótulo de grande inimigo, como foi o caso de Muammar Qathafi, Yasser Arafat, Saddam Hussein, Osama Bin Laden. Estes indivíduos são, geralmente, os chefes dos grupos perseguidos.

Voltando-se a lupa para tempos mais antigos, verifica-se que Platão taxava de inimigo aquele que impusesse a tirania à sua República. O filósofo grego afirmou que o maior dos inimigos era aquele que contrariasse virulentamente as leis e que tornasse o Estado súbito de uma facção política²²¹.

Já os monarquistas, viam como principal inimigo aquele que praticasse o crime de lese-majesté²²², tolerando, ou até

²¹⁹ FRANÇA, 2012, p. 6.

²²⁰ A respeito dos judeus, é preciso salientar que não foi somente ao longo do período nazista que estes foram vistos como inimigos. No Evangelho de João, os judeus são mostrados como um povo corrompido e, em Voltaire, imputa-se o adjetivo de vagabundos, o que mostra que a Igreja e outros sempre trataram os judeus como o mal, como os inimigos.

²²¹ DAL RI Jr., 2006, p. 36.

²²² Lesa majestade.

mesmo instigando, que em face destes fossem aplicadas penas corporais e, inclusive, tortura. A história comprova:

Entre os anos de 1788 e 1789, alguns membros da elite social e intelectual da capitania mineira, nascidos ou graduados, em sua maioria, na metrópole Portugal, iniciaram um movimento conspiratório com o objetivo de conquistar a independência com relação ao reino português e de instituir uma república aos moldes estabelecidos pelos Estados da união americana.

Antes que pudessem iniciar as ações pretendidas, todavia, foram denunciados. Os participantes foram acusados e processados pelo crime de *Lesma Magestade* por pretenderem desmembrar, e separar do Estado aquela Capitania, para formarem uma república independente, por meio de uma forma rebelião. Após três anos de trâmite processual, no dia 18 de abril de 1792, foi publicado acórdão pelo Tribunal de Relação, pelo qual a maior parte dos réus foi condenada, com fulcro em dispositivos das Ordenações Filipinas, nas mais diversas penas: morte natural para sempre forca (por mais estranhamente óbvia que seja a expressão), degredo, galés, açoites, multas, salga das terras, infâmia e custas processuais²²³.

Também temos divindades malignas taxadas de inimigos comuns difundidos pelas religiões. São os espíritos do mal, o diabo, Satã, que abraçará aqueles que forem contra os dogmas da religião.

A mulher também já foi alçada à tal condição, mormente nas sociedades patriarcais. Conforme já dito no segundo capítulo, Eva cometeu o pecado original, sucumbiu, demonstrando que a mulher deve ser tutelada e resguardada para seu fim: dar à luz.

²²³ FRANÇA, 2012, p. 45-46.

Voltando-se para os dias atuais, repara-se ainda a existência da dicotomia entre bem e mal, entre os sujeitos que praticam delitos, os criminosos, e os não-desviantes. Baratta bem destaca:

O delito é um dano para a sociedade. O delinquente é um elemento negativo e disfuncional do sistema social. O desvio criminal é, pois, o mal; a sociedade constituída, o bem²²⁴.

Então, o que delinque é o inimigo. Mas nem todos que cometem crimes são vistos da mesma forma, pois a população elege, de tempos em tempos, um crime para ser aquele da vez, aquele que é o responsável por todas as mazelas sociais e que, de fato, prejudica toda a vida em sociedade. Em outras palavras: há um grau de reprovabilidade social em relação aos crimes, que não permanece estático ao longo dos anos e sim se renova, muda de intensidade. E quem fomenta, quem constrói a imagem do criminoso verdadeiramente nocivo é a mídia, os meios de comunicação, que atacam os sentimentos do povo, conforme destaca Garapon:

Os meios de comunicação, que são o instrumento da indignação e da cólera públicas, podem acelerar a invasão da democracia pela emoção, propagar uma sensação de medo e de vitimização e introduzir de novo no coração do individualismo moderno o mecanismo do bode expiatório que se acreditava reservado aos tempos revoltos²²⁵.

O espetáculo midiático tem como objetivo principal o comercial. O sangue exposto na tela de televisão e na capa do jornal e o furo jornalístico, instauram o medo²²⁶ nos

²²⁴ BARATTA, 2002, p. 42

²²⁵ GARAPON, 1997, p. 94

²²⁶ Segundo João Ricardo Dornelles (2002, p. 123), hoje em dia a população não convive diretamente com a violência e sim com o sentimento de insegurança fomentado pela mídia:

espectadores e faz o senso comum clamar por segurança e punição daqueles que possuem o estereótipo do “criminoso”²²⁷. Assim escreveu Alexandre Moraes da Rosa:

De outra face, a força da mídia promove, com objetivos comerciais e outros nem tanto, a vivacidade do espetáculo ‘violência’, capaz de instalar a ‘cultura do pânico’, fomentador do discurso da ‘Defesa Social’ e combustível inflamável para aferrolhar o desalento constitutivo do sujeito clivado com a ‘promessa de segurança’, enfim, de realimentar os ‘estereótipos’ do crime e *criminoso*, mote dos discursos da ‘Lei e Ordem’²²⁸.

No contexto contemporâneo, onde parte da população não convive diretamente com a violência, mas sim com a sua intensa e exaustiva divulgação nos meios de comunicação, ampliando os seus efeitos e criando um relativo aumento da consciência dos riscos e das violências que são ameaçadoras, a violência passa a apresentar uma natureza subjetiva, passa a ser também um sentimento. O sentimento de estar exposto, fragilizado, expressa uma subjetividade que é resultado da violência real. E os indivíduos cada vez mais têm consciência dos “riscos” ou das “violências” que os ameaçam. A sensação de exposição ao risco, a sensação subjetiva da insegurança, mesmo quando se torna objetiva, está ligada, portanto, a um sentimento. Mesmo quando esta insegurança objetivamente não existe, vive-se sob a sensação subjetiva do medo. Assim, o indivíduo passa a se sentir mais exposto aos perigos do que efetivamente está sob o risco de sofrer algumas violências. Esta subjetividade no quadro da violência nas sociedades contemporâneas coexiste com uma objetiva generalização do fenômeno.

²²⁷ Para se ter ideia de como a mídia influencia o pensamento acerca dos problemas relacionados a segurança pública, uma pesquisa realizada na Venezuela, “demonstrou que 67% dos entrevistados declararam como fonte do conhecimento sobre os problemas de ausência de segurança os meios de comunicação de massa, enquanto apenas 17% declararam basear suas avaliações sobre a situação na experiência direta ou na comunicação de acontecimentos de pessoas inseridas nas suas redes de relações. (RODRIGUES, 1996, p. 269-270)

²²⁸ ROSA, 2006, p. 204

Nos últimos tempos, elegeram-se as drogas e o terrorismo como os grandes problemas e hoje fala-se muito na corrupção, conforme já alinhavado. Nos próximos tópicos serão abordados estes três inimigos que dominaram o senso comum e, em seguida, mostrar-se-á que os especialistas já desconstruíram esta famigerada visão.

4.1.1 As drogas como o grande problema da juventude e da sociedade

Falou-se e permanece se falando que a juventude atual está perdida, que esta não se atenta mais para os bons valores, para a família, pensando apenas em se divertir e “viver o momento”²²⁹. Este discurso fomenta o medo e uma visão pessimista acerca do futuro.

É preciso expor que o adolescente é sim uma figura exposta, insegura, em crise e vulnerável, conforme bem escreveu Ricardo Timm de Souza:

E essa exposição nada tem de leve. Estruturas diversas, massas de expectativas, coerções sociais e psicológicas, exigências das mais diversas ordens – tudo concorre para que a insegurança seja máxima. O adolescente é a pessoa em crise por excelência. Sua fragilidade não é constitucional propriamente, mas antes incidental; é lançado ao mundo da infinita variedade de exigências e estímulos sem eu estes estejam de alguma forma já *antevistos*;

²²⁹ A questão se tornou letra da contundente banda brasileira ‘Ratos de Porão’, constando na letra da música ‘Juventude perdida’:

[...]

Juventude perdida;

A segurança da terra está em nossas mãos;

Drogados vadios não querem nada com a vida;

Os velhos ficarão num asilo infernal;

Trabalhar não importa queremos nos divertir;

Juventude perdida;

[...]

terá de, propriamente, lidar com eles, experimentá-los ou evitá-los²³⁰.

Trata-se do período em que a pessoa pensa em superar seus limites, anseia por novas experiências, desafios. Abandona os referenciais de criança e assume os novos, entrando no período tenso acima descrito. Deixa de estar guiado pela autoridade da família e passa a pensar por si própria.

O maior desejo de todo adolescente é o de mudar o mundo, de construir algo novo, diferente do que está posto, seja em qual época atinja tal período da vida. Prova disso são as manifestações que ganham as ruas, as quais, via de regra, são constituídas em sua grande maioria pela juventude. É esta juventude que pensa em um mundo melhor no futuro. Entretanto, a sociedade poda tais impulsos de mudança, fazendo que haja adequação aos *status quo*, como alerta Timm de Souza:

Assim, o adolescente é “convidado” a se adequar a normas que evitem que suas reais energias venham à luz, a não ser em campos previamente regulados. O adolescente é muitas vezes convencido que as questões e problemas que percebe e avalia como insuportáveis – em cuja solução gostaria de investir suas energias – não têm realidade própria, mas habitam apenas suas fantasias ou sua imaturidade individual. O processo de entrada na vida adulta consiste, para a imensa maioria dos adolescentes, geralmente nisso: em aceitar o fato de que, ao final de contas, vale mais a pena corresponder à massa de expectativas sociais do que em seguir as perigosas e ousadas trilhas de sua própria criatividade, onde sua individualidade e ousadia são continuamente postas à prova. Àqueles que resistem a essa sedutora oferta de conciliação – adequação às normas antes que questionamento do fundo humano desde o qual as normas são construídas – sobra a

²³⁰ SOUZA, 2003, p. 38.

etiqueta de “desviantes”, com a subsequente *patologização social*”²³¹.

Por isso, por ser um período de transição extremamente importante, ser o momento em excelência em que o sujeito irá se deparar com toda uma série de pressões socioculturais das mais complexas, é normal que se veja perdido, que sucumba a algumas tentações, que não administre bem a situação apresentada. Não é à toa que esta é uma “época com alta incidência de suicídios”²³².

Portanto, a preocupação com a juventude sempre esteve presente e sempre estará, eis que se trata de período conturbado em que se chocam os impulsos naturais de mudança com os de manutenção firmados pela sociedade, sendo que nos últimos anos passou-se a falar na droga como a grande destruidora do futuro destas gerações. Ressalta-se, ainda, em que pese a existência deste pessimismo exacerbado, a marcha segue, os jovens se tornam adultos, velhos, e as previsões catastróficas não se confirmam.

As drogas se tornaram assunto relevante no início do século passando, quando o consumo de haxixe e ópio se tornou comum nos grandes centros urbanos. A partir de então, o Direito chamou para si a responsabilidade, passando a trazer disposições acerca da matéria, pois a Consolidação das Leis Penais de 1932, de autoria do Desembargador Vicente Piragibe, disciplinou a matéria precisamente em seu artigo 159.

Já em 1938 sobreveio o Decreto nº 2.953, que modificou aquele de nº 780, e colocou o Brasil definitivamente na luta contra a toxicomania. Mais tarde, em 1964, o Presidente Castello Branco aprovou e promulgou a Convenção Única sobre Entorpecentes, por meio do Decreto nº 54.216, fazendo com que o Brasil encampasse o combate mundial contra as drogas²³³.

Nessa década, a de sessenta, outras drogas entraram no cenário, como o alucinógeno LSD e a psicoativa maconha, fazendo com que o uso também se expandisse, atingindo uma imensa gama de pessoas, principalmente jovens.

²³¹ SOUZA, 2003, p. 48

²³² SOUZA, 2003, p. 47

²³³ CARVALHO, 1996, p. 20

A partir de então, o discurso sobre o traficante-inimigo e usuário-doente começa a ganhar espaço, surgindo as primeiras percepções de que os traficantes começavam a ser rotulados como os grandes corruptores da sociedade. Salo de Carvalho explica com fundamento nos escritos de Rosa Del Olmo:

Começa a ser gerado, segundo Rosa del Olmo, duplo discurso sobre a droga que pode ser conceituado como modelo médico-jurídico, tendendo a estabelecer ideologia de diferenciação.

A principal característica deste discurso, sugando a criminóloga venezuelana, é traçar distinção entre consumidor e traficante, ou seja, entre o doente e o delinquente. Assim, sobre os ‘culpados’ recai o discurso jurídico que define e estereótipo criminoso, passando a serem considerados como corruptores da sociedade. Sobre o consumidor, devido a sua condição social, incidiria o discurso médico, consolidado pelo modelo médico-sanitário em voga na década de cinquenta, que difunde o estereótipo da dependência.²³⁴

A própria criminóloga afirma que o discurso existente se firmou no sentido de equiparar a droga como um demônio, ou seja, os dois temidos inimigos do corpo social são colocados como irmãos²³⁵.

Assim, firma-se que a partir da década de sessenta as drogas invadem o cenário mundial e são colocadas como o grande perigo social. A pessoa do traficante é vista como o demônio, o corruptor, pois é por meio de suas mãos que o cidadão se torna dependente, viciado.

Pensa-se logo na aplicação de um Direito Penal máximo, o mais rígido possível, em face deste demônio²³⁶. E a Constituição

²³⁴ CARVALHO, 1996, p. 23.

²³⁵ DEL OLMO, p. 34 apud CARVALHO, 1996.

²³⁶ No início, a legislação não fez diferenciações entre traficantes e usuário, conforme explica Salo de Carvalho (1996, p. 25-26): “Contrariando toda orientação internacional e rompendo com o próprio discurso oficial fundamentado pela ideologia da diferenciação, o Decreto-lei 385/68 estabelecia a mesma sanção para traficante e

da República de 1988 encampou este entendimento, comprou a briga contra os traficantes, positivando o crime de tráfico de entorpecentes como inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, além de possibilitar a inclusão do delito entre os hediondos, que recebem o tratamento mais rígido por parte do Estado²³⁷. E mais: a Constituição ainda dispôs, em seu artigo 243, que as terras em que foram localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas serão, de imediato, expropriadas, sem qualquer direito a indenização e que os bens apreendidos que decorrerem de tráfico ilícito de drogas serão confiscados²³⁸.

Necessitando-se impor a famigerada Lei e Ordem, ou seja, prender, encarcerar os traficantes, tendo em vista o clamor social no sentido de que estes estavam acabando com a sociedade, iniciou-se uma verdadeira guerra²³⁹ contra as drogas. Essa jornada é mundial e, como de praxe, parte dos Estados Unidos e se espalha pelo mundo, atingindo os países subdesenvolvidos latino-americanos. Salo de Carvalho aponta as cinco principais frentes deste discurso:

Com Reagan, legitima-se o discurso jurídico transnacional e, em 1982, se inicia a **'guerra contra as drogas'** do governo norte-americano, lançando estratégia federal, que se destinava a cobrir cinco aspectos: (a) cooperação internacional; (b) aplicação da lei; (c) educação e prevenção. (d) desintoxicação e tratamento, e (e) investigação. Além destas frentes repressivas, o governo dos Estados Unidos desenvolve programa nacional de combate

usuário, ainda que o último fosse dependente." Já nos dias atuais, a conduta do usuário restou descarcerizada.

²³⁷ Constituição da República Federativa de 1988, artigo 5º, inciso XLIII.

²³⁸ A Lei nº 8.257/91 regulamentou a questão.

²³⁹ É importante deixar consignado o escrito de Carl Von Clausewitz (1984, p. 91) no sentido de que "A guerra é meramente a continuação da política por outros meios", ou seja, esta é um instrumento político que pode ser voltando para a manutenção das relações políticas, de um *status*.

Registra-se, ainda, que segundo Carl Schmitt, é o Estado quem define a realização de uma guerra, tendo em vista que é este ente quem define seu inimigo. (MURARO, 2012, p. 3).

ao crime organizado (*Comissão Presidencial sobre o Crime Organizado*), principalmente ao contrabando de entorpecentes, cujo principal item era nova ofensiva legislativa²⁴⁰.

O Brasil não ficou para trás e também adotou um modelo repressivo, conforme já visto, além de declarar sua guerra interna às drogas²⁴¹. Não podia-se ficar de fora da onda mundial.

Em síntese, seria como se o inimigo interno tivesse sido localizado na pessoa do traficante. Vislumbrou-se nele a figura daquele que fomenta todas as misérias, ou seja, o traficante é o verdadeiro criminoso que deve ser extirpado.

Todo esse pensamento punitivista advém do chamado movimento de “lei e ordem”, o qual é mais do que fomentado pela mídia. Na verdade, a mídia realiza movimentos de invenção da realidade, conforme anota Zaffaroni:

Mais concretamente, são os meios de massa que desencadeiam as campanhas de “lei e ordem” quando o poder das agências encontra-se ameaçado. Estas campanhas realizam-se através da “invenção da realidade” (distorção pelo aumento de espaço publicitário dedicado a fatos de sangue, invenção direta de fatos que não aconteceram), “profecias que se auto-realizam” (instigação pública para a prática de delitos mediante metagensagens de “slogans” tais como “a impunidade é absoluta”, “os menores podem fazer qualquer coisa”, “os presos entram por uma porta e saem pela outra”, etc.; publicidade de novos métodos para a prática de delitos, de facilidades, etc.) “produção de indignação

²⁴⁰ CARVALHO, 1996, p. 109-110.

²⁴¹ Salo de Carvalho (op. cit., p. 162) escreveu sobre o tema:

Determinada pela ideologia da Defesa Social (nível dogmático e legislativo), corroborada pela militarização do controle, através da ideologia da Segurança Nacional (plano de Segurança Pública), e legitimada pela produção e reprodução de consenso sobre a ‘criminalidade’ e seus estereótipos com os movimentos de ‘Lei e Ordem’ (legitimação material), temos o quadro do modelo político-criminal brasileiro de drogas desde a década de setenta.

moral” (instigação à violência coletiva, à autodefesa, glorificação de “justiceiros”, apresentação de grupos de extermínio como “justiceiros”, etc)²⁴².

A criminalização, por sua vez, conduz à aparente sensação de segurança por parte da sociedade, que não tem acesso ao conhecimento acumulado pela Criminologia nas últimas décadas, o qual demonstra, em resumidíssima síntese, que criminalizar não é a solução. Criminalizar significa, muitas vezes, maquiagem o problema, de forma que não se ataquem os verdadeiros problemas inerentes à questão. Foi o criminólogo Louk Hulsman quem destacou que a criminalização pode servir como meio de acalmar a opinião pública:

A criminalização pode ser utilizada pelo legislador como solução aparente. Frequentemente o legislador está sob pressão da opinião pública ou de certos grupos para agir contra um fenômeno indesejável, sem que disponha dos meios eficazes para fazê-lo, ou sem que esteja disposto a pagar o preço desta ação. Nestas condições, ele pode criminalizar para acalmar a opinião. Esta operação pode muitas vezes dar resultado, porque a imagem que prevalece na sociedade sobre o funcionamento do Sistema Penal, é pouco realista²⁴³.

A situação se complica perante a opinião pública e os detentores do poder lançam uma lei repressora como forma de acalmar e de responder às manifestações, como se uma simples lei bastasse.

Alia-se a isto o fato de que as promessas declaradas do sistema penal não são, nem de longe, cumpridas. Especificamente com relação ao problema das drogas, não será dentro do sistema penal que o usuário e o traficante poderão resolver seus problemas, pois o primeiro não encontrará dentro das cadeias o tratamento necessário para se reabilitar e o

²⁴² ZAFFARONI, 1991, p. 129.

²⁴³ HULSMAN, 1973, p. 14.

segundo sairá dos insalubres estabelecimentos prisionais, falando-se em Brasil ou América Latina, sem que tenha recebido qualquer espécie de auxílio para que não volte a delinquir, para que consiga retornar ao convívio social sem que necessite cometer novos crimes, seja tráfico ou outra espécie.

Como acontece em qualquer guerra operou-se e ainda opera-se, pois tal guerra ainda está em andamento, em larga escala, violação dos mais diversos direitos fundamentais, principalmente nos países produtores²⁴⁴. Aliás, além de se rotular

²⁴⁴ Salo de Carvalho (1996, p. 244-245) apontou como princípios constitucionais abalados pela legislação de drogas os que seguem. Salienta-se que os escritos datam de 1996, mas encontram-se intactos nos dias atuais, salvo aquele elencado no item “i”. Eis as palavras do autor:

- (a) O rompimento com o princípio da legalidade, em sua subespécie Reserva Legal Absoluta, e da tripartição dos poderes pela utilização constante de normas penais em branco;
- (b) A quebra da previsibilidade mínima (princípio da taxatividade) através do excessivo emprego de elementos sem precisão semântica e tipificações genéricas;
- (c) Isenção de racionalidade e proporcionalidade nas penas (princípio da humanidade);
- (d) Incompatibilidade com o princípio da ofensividade (lesividade) pela incriminação de atitudes internas, que não excedem o âmbito do autor e que não afetam bens jurídicos (crime sem vítima/autolesão);
- (e) Lesão ao princípio da presunção da inocência, ao substituir este pelo princípio da presunção de culpabilidade decorrente da criminalização de crimes de perigo abstrato;
- (f) Dano ao princípio da igualdade, no momento em que há diferenciação na criminalização de algumas substâncias que causam dependência física e/ou psíquica e há permissão de uso e comércio de outras;
- (g) Avaria ao princípio do pluralismo (princípio da autonomia cultural), pois o consumo de drogas é encontrado em culturas distintas;
- (h) Deterioração dos princípios da intimidade e da vida privada, eis que o consumo é tipificado para uso próprio;
- (i) Grave dano ao princípio do devido processo legal, duplo grau de jurisdição e presunção da inocência decorrente da exigência de o réu recolher-se à prisão para o apelo; e
- (j) Substituição do princípio da intervenção mínima por uma concepção panpenalista no Direito.

indivíduos como inimigos, também alguns territórios, alguns países levaram tal fama, como o caso da Colômbia, por ser grande produtora de cocaína. Os países que produzem as drogas são os ruins, os que precisam de correção. Pensa-se, inclusive, em intervenção exterior.

Na verdade, essa violação às garantias, quando em desfavor do inimigo, é vista com bons olhos pelos adeptos do Direito Penal do Inimigo, como ressalta Alexandre Morais da Rosa, citando o seu principal defensor, Jakobs:

Na mesma toada e fundamentado no contrato social, **Jakobs** defende que o 'inimigo' seria aquele que rompeu com as regras contraídas, justificando a visão de não-membro e, por via de consequência, a intervenção penal busca evitar os perigos que ele representa, podendo, assim, o Estado restringir para o 'inimigo' as normas – garantias – conferidas ao cidadão. A 'Defesa Social' e o 'direito penal do autor' retornam, sob nova fachada, mantendo, todavia, o lugar cativo. Estabelecida a distinção entre 'cidadão' e 'inimigo', para os últimos, na defesa dos bons cidadãos, deve-se, para **Jakobs**, restringir as garantias penais e processuais, constituindo o que se denominou de 'Direito Penal do Inimigo'. Isto é:

Quien por principio se conduce de modo desviado no ofrece garantía de un comportamiento personal; por ello, no puede ser tratado como ciudadano, sino debe ser combatido como enemigo. Esta guerra tiene lugar con un legítimo derecho de los ciudadanos, en su derecho a la seguridad; pero a diferencia de la pena, no es derecho también respecto del que es penado; por el contrario, el enemigo es excluido²⁴⁵.

Trata-se de uma teoria que encontra diversos adeptos e, portanto, não pode ser totalmente descartada. Apesar da

²⁴⁵ ROSA, 2006, p. 221

consideração, pensa-se que não se pode socialmente aceitar a construção de um inimigo, quanto mais juridicamente. Direito Penal do Inimigo²⁴⁶ e Estado Democrático de Direito não combinam.

Aqui, também está presente a mídia, afinada com o senso comum, ou melhor, moldando o senso comum, e ainda em consonância com o discurso jurídico punitivista²⁴⁷.

Ainda hoje a mídia permanece atuante, declarando guerra às drogas e não fomentando o pensamento sério a respeito deste problema. No lugar de aticar o açoite aos bairros menos favorecidos e aos que precisam traficar para viver, deveria a mídia trazer à tona uma grande e complexa discussão, tratando do assunto como um problema de saúde pública. Este é o pensamento de Guilherme Bões, que derrubou as cortinas que velavam os verdadeiros interesses por trás da campanha intitulada “Crack, nem pensar”, promovida por uma grande rede de comunicação. Eis os escritos conclusivos:

Considerações para (re)pensar o uso e o abuso da substância crack, os quais não se combatem com propostas higienistas, como pudemos retratar, baseadas em imagens e uso da linguagem nas manchetes. Entre as civilizações sempre houve – e ousamos dizer

²⁴⁶ Ainda sobre o Direito Penal do Inimigo, Leandro Ayres França (2012, p. 441) escreveu:

A derradeira características do direito penal do inimigo se refere, em verdade, a um processo penal do inimigo. Na promoção de um processo penal preventivo, eficiente e combatente, tem-se adotado – ou fortalecido – um modelo inquisitorial com a extinção do princípio da presunção de inocência (gradual inversão do ônus da prova, inserção de juízos de veracidade no procedimento), a imposição de obstáculos ao contraditório (incomunicabilidade do acusado), o esmagamento do direito de ampla defesa (atuação partidária da acusação e do órgão jurisdicional como luta contra o inimigo), a relativização do direito de silêncio do acusado (escutas telefônicas, restrição do princípio *nemo tenetur se ipsum accusare*), a inexistência de idoneidade das provas (admissibilidade de provas secularmente consideradas ilícitas, interceptações telefônicas, agentes infiltrados) e a aceitação da parcialidade do magistrado (gestão de provas por iniciativa do julgador).

²⁴⁷ DEL OLMO, p. 59 apud CARVALHO, 1996.

que sempre haverá – consumo de drogas por parte da população. Apresentar um discurso de guerra, seja interna ou externa, no combate às drogas, é banalizar a utilização dessa prática pelas sociedades humana.

[...]

Mas a campanha *Crack, Nem Pensar*, conseguiu redirecionar a atuação policial para esses bairros, promovendo mais violência sobre as populações de rua e um maior índice de encarceramento de dependentes de crack. Promoveu um higienismo penal – “não pensar” – enquanto a questão das drogas DEVE SER PENSADA, refletida como saúde pública. [...]²⁴⁸

É interessante refletir sobre o tom escandaloso que a mídia trata o ponto toda a vez que algum traficante ou um grupo destes oferece retaliação em face das diversas violações que sofrem ou promovem ataques de qualquer monta ou forma. É como se declarassem a guerra ao tráfico, mas somente uma das partes pudesse atacar, devendo a outra permanecer inerte. Ora, na guerra ambos os lados agidem!

Algumas décadas se passaram desde a declaração desta guerra contra as drogas, contra os países que as produzem e contra os que as comercializam e o problema permanece presente, ou seja, toda essa guerra, toda a programação legal voltada a punir, todos os programas políticos-criminais relacionados às drogas fracassaram. E mais do que não ter havido qualquer ganho, também não se “empatou”, e sim operou-se uma grande derrota, eis que utilizou-se de violência, da violação a Direitos e Garantias Individuais, bem como de Direitos Humanos.

Hoje, nota-se claramente que a guerra contra as drogas fracassou²⁴⁹, sendo que diversos estudiosos vêm aderindo ao

²⁴⁸ BÖES, 2011, p. 79-81.

²⁴⁹ Antônio Prata (2013), em recente artigo, anotou:

O mal que a “guerra às drogas” causa à sociedade é infinitamente superior aos danos que as substâncias causam a seus indivíduos. Hoje, mais de 130 mil pessoas (1/4 da população carcerária brasileira) estão na cadeia por alguma relação com entorpecentes;

movimento que propõe a descriminalização, alguns chegando a pensar na legalização.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso se manifestou opinando pela descriminalização do uso²⁵⁰, sendo apoiado por sete ex-ministros da Justiça, os quais encaminharam ao Supremo Tribunal Federal carta neste sentido²⁵¹. Além dessas autoridades, há diversas outras defendendo tal conduta, como anotou o articulista Antônio Prata:

Felizmente, além dos ex-ministros, há muita gente gabaritada pensando em como desatar esse nó. Ano passado, foi criada a Rede Pense Livre (migre.me/efd02), um grupo apartidário, com membros de diversas áreas --da antropologia ao mercado financeiro, da direita e da esquerda; gente de terno, de piercing, de terno E de piercing--, cujo objetivo é rediscutir a atual política brasileira referente às drogas --e mudá-la. Parte da premissa de que a estratégia atual, a guerra, não funcionou e propõe a descriminalização²⁵².

Há, ainda, a Law Enforcement Against Prohibition – LEAP, a qual tem como missão “reduzir os inúmeros e danosos efeitos colaterais resultantes da guerra às drogas e diminuir a incidência de mortes, doenças, crimes e dependência, pondo fim à proibição das drogas” e como dois principais objetivos a transmissão de informação ao público, mídia e políticos revelando-se a falência do proibicionismo e da guerra às drogas, bem como a restauração ao respeito às forças policiais, tendo em vista que este tem se reduzido devido ao envolvimento na imposição da proibição de drogas²⁵³. No Brasil, a LEAP tem demonstrado força, sendo alavancada pela atuação de Maria Lúcia Karam, Gerivaldo Alves Neiva, Rubens Casara, dentre

são jovens, em grande parte, cujos futuros o contribuinte paga caro parra arruinar, mantendo-os atrás das drogas.

²⁵⁰ Vide entrevista disponível em:

<http://www.youtube.com/watch?v=qd2BvYL_Jg>.

²⁵¹ PRATA, 2013.

²⁵² Ibid.

²⁵³ Ver: <<http://www.leapbrasil.com.br/missao>>.

outros, que produzem artigos e espraíam seu pensamento, proliferando o pensamento anti-proibicionista.

É preciso consignar que a conduta do usuário já encontra-se descaracterizada pela atual Lei de Drogas em vigor.

Então, chega-se à conclusão de que a eleição e verdadeira caça ao inimigo não surtiu os efeitos prometidos. No lugar disso, um sem número de vidas e de famílias foram destruídas. Despejou-se sangue, afetou-se direitos individuais e humanos e permaneceu-se no mesmo trilho; a mudança, a salvação prometida, não foi alcançada nem de longe.

Já a mídia deitou e rolou, garantido altos índices de audiência. Programas policiais apresentados por discípulos de Alborghetti e de Gil Gomes fazem sucesso até os dias de hoje. A fórmula é simples: uma reportagem sobre prisão de traficantes seguida de um discurso odioso, que lembra a todos os telespectadores que são aqueles presos os responsáveis por todos os problemas sociais. Nos comerciais, propagandas de produtos relacionados à segurança. Em tais programas, afirma-se que “bandido bom é bandido morto”, que se o cidadão “está com pena que leve o bandido para casa” e que os direitos humanos não devem ser aplicados aos criminosos. Aplica-se, ainda, linguagem vulgar para se referir aos que estão sendo presos: “vagabundos” é a expressão preferida²⁵⁴.

4.1.2 A guerra contra o terror – o terrorista como inimigo

Outro inimigo que ganhou espaço nos últimos anos é o terrorista. Este sempre foi abominado, mas a situação ganhou

²⁵⁴ Hulsman (1973, p. 95-96) sugere uma troca no vocabulário utilizado pelo sistema penal, mesmo sem se deparar com as expressões chulas utilizadas em nossa região marginal:

“Em primeiro lugar, é preciso mudar a linguagem. Não conseguiremos superar a lógica do sistema penal, se não rejeitarmos o vocabulário que o sistema (falta uma palavra – pegar no livro). As palavras **crime**, **criminoso**, **criminalidade**, política **criminal**, etc... pertencem ao dialeto penal, refletindo os *a priori* do sistema punitivo estatal. O acontecimento qualificado como crime, desde o início separado de seu contexto, retirado da rede real de interações individuais e coletivas, pressupõe um autor culpável, o homem presumidamente ‘criminoso’, considerado como pertencente ao mundo dos ‘maus’, já que antecipadamente proscrito.”

ares de guerra pelas mãos de George Bush após os atentados ocorridos nos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001. Com certeza esta declaração de guerra, seguida de seus inúmeros desdobramentos, como a invasão ao Iraque, foi o mais impactante momento do governo do famigerado ex-presidente estadunidense.

A explosão da maior potência mundial contra o terrorismo se deu devido ao fato de que, pela primeira vez, estes se viram desafiados e repararam que sua economia interna e externa poderia restar fortemente abalada, provando tal fato a forte recessão que já existia no momento dos ataques, mas que teve seu seguimento de uma maneira mais profunda ainda após estes atos terroristas. Além disso, a população entrou em pânico e questionou a segurança, pois o alvo *World Trade Center* indicou a escolha pelo terror em massa, o qual atinge diversos civis²⁵⁵.

Atividades corriqueiras, que jamais representavam perigo, passaram a ser vistas como potencialmente perigosas. Uma simples viagem doméstica por meio de avião poderia se tornar o fim da vida, mediante um ato terrorista. Uma manhã de trabalho comum em um arranha-céu, da mesma forma.

A guerra contra o terrorismo veio, após um lapso temporal de vácuo, substituir a Guerra Fria. Assim, manteve-se ativa a força armamentista norte-americana. A diferença entre ambas reside no fato de que os terroristas não consideram o arsenal bélico americano.

Mais uma vez, o termo “guerra” contra algo é objeto de críticas:

“A guerra contra o terror” é uma expressão capciosa, ao mesmo tempo, tosca e equivocada. De fato, os Estados Unidos não estão lutando uma guerra comum contra o terror comum; a preocupação é com o que Robert Art chama de “grande terror” – o terrorismo de ataques como ao World Trade Center e ao Pentágono, que causaram devastação e instabilidade econômica em uma escala próxima a de uma guerra. No momento, as únicas entidades globais capazes e com vontade de atacar os Estados

²⁵⁵ MEAD, 2006, p. 121-122.

Unidos desta forma são grupos radicais de terrorismo situado no mundo islâmico. É este tipo de terror realizado por estas pessoas que os EUA tentam combater.

[...]

A maioria dos aliados norte-americanos na Europa e um segmento considerável da classe interna responsável pela política externa teria preferido, certamente, uma concepção mais “variada” e “complexa” deste desafio em vez de simplesmente nomeá-la uma guerra contra o terror. Como o ex-ministro de Relações Exteriores da França Hubert Védrine afirmou: “Somos ameaçados hoje por um simplismo, que consiste em reduzir tudo à guerra contra o terrorismo.” Para eles, a melhor opção seria enfrentar o terrorismo como uma questão política e policial e encarar o problema com a Al-Qaeda como algo mais perigoso – mas semelhante – do que, digamos, os terroristas bascos na Espanha ou o IRA na Irlanda do Norte²⁵⁶.

Após os atentados e a declaração de guerra, os terroristas, personificados em Osama bin Laden, membro de uma família com posses, que utiliza de seus recursos para fundar uma organização terrorista, passam a ser os grandes inimigos, os vilões que devem ser perseguidos.

A mídia se farta com a tragédia, com o clima de insegurança²⁵⁷. Audiência em alta com notícias sobre os

²⁵⁶ MEAD, 2006, p. 120-121.

²⁵⁷ Esse clima de insegurança legitima aos olhos do senso comum o discurso da Lei e Ordem, do agigantamento do sistema penal, conforme analisa Alexandre Morais da Rosa (2005, p. 226): A mídia possui um papel destacado no fomento do discurso da ‘Lei e Ordem’. Isto porque “o clima de insegurança passado pela imprensa, no tocante à violência criminal, de certa forma garante a manutenção do ideal dominante”. Não se pode, todavia, imputar-lhe simplesmente a vontade deliberada de tal proceder, porque ela baila conforme o ‘Mercado’, na lógica capitalista, dos interesses que se escondem por detrás da tela. **Batista** assevera: “A televisão como novo panóptico tem mais presença nos lares brasileiros que as geladeiras, e da sua

atentados que rendem alguns meses, documentários a respeito da vida dos terroristas pintados como fanáticos e inescrupulosos e das organizações terroristas, filmes etc. Além disso, repetidos relatos de familiares informando que se tratava de mais um dia comum de fulano de tal, quando este estava trabalhando normalmente, até ser atingido. Fumaça, fogo, agonia e desespero. Hollywood não ficou de fora. Câmeras, ação e filmes com grandes bilheterias sobre o tema.

Além de caçar os responsáveis pelos ataques de 11 de setembro, aproveitou-se a oportunidade para também se prevenir de futuros atentados. Todos os governos ditatoriais que supostamente tivessem ligações com terroristas e com a produção de armas de destruição em massa poderiam ser alvos desses ataques preventivos norte-americanos²⁵⁸.

Assim, forjou-se toda a operação de invasão ao Iraque que possuía o claro escopo de derrotar Saddam Hussein. Pintou-se o quadro de um Iraque com um grande arsenal bélico, capaz de possuir armas de destruição em massa e que dava abrigo aos líderes de organizações terroristas como a Al-Qaeda, de bin Laden. Após o medo, veio a invasão por parte de tropas norte-americanas e inglesas, mesmo sem autorização da Organização das Nações Unidas, a qual realizou inspeções no território e não logrou êxito em localizar vestígios da produção destas armas.

Após muitas mortes, nada de concreto acerca de ligação do governo iraquiano com a Al-Qaeda e nenhuma arma de destruição em massa localizada. No lugar disso, a dominação fácil e rápida e a fuga do ditador que não demonstrou qualquer possibilidade de resistência, sendo encontrado em condições precárias em uma caverna. Depois disso, a tomada do governo e a imposição de um regime “democrático”, até que no último mês de 2011 os Estados Unidos anunciaram formalmente o fim da guerra.

Até os dias atuais essas ameaças permanecem presentes. A última ocorrência se deu por meio de bombas que explodiram

telinha escorre lentamente todos os dias o veneno de um certo olhar sobre o crime e a pobreza.” Desta avenida de entrada nos lares é possível a articulação da ‘cultura do medo’ para justificar e naturalizar como um caminho ‘doloroso e necessário’ para salvação: o agigantamento do sistema penal.

²⁵⁸ ROSA, 2005, p. 124

no trajeto da maratona de Boston, evento comemorativo ao feriado do Dia dos Patriotas.

Pode-se afirmar, com isso, que a ameaça terrorista não tem origem, podendo partir de qualquer lugar, até mesmo de dentro do país.

Como em toda guerra, nesta contra o terrorismo também há muito sangue derramado, muitas vidas perdidas e muitos direitos violados.

Concluindo-se, o terrorista se tornou, a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001 o inimigo a ser perseguido. É preciso salientar, entretanto, que em nosso país tal cruzada não tem muito efeito, tendo em vista não ser o Brasil alvo de ataques e nem exportá-los.

4.1.3 Alguns eternos inimigos

Conforme já exposto no primeiro capítulo do presente trabalho, alguns “inimigos” estão sempre presentes no imaginário coletivo e parecem que não irão perder seu lugar cativo. São os preferidos pelo sistema penal em sua lógica seletiva e estigmatizadora.

E quem são eles: os praticantes de crimes contra o patrimônio, mormente aqueles homens pobres e negros, os quais superlotam nossas cadeias. Já foram vistas, quando se falou em Criminologia Crítica, todas as variáveis que levam à incriminação destes.

Portanto, sem maiores delongas, eis que o assunto já foi abordado no primeiro capítulo, os menos abastados que praticam crimes contra o patrimônio, que na lógica capitalista é o bem a ser tutelado com maior voracidade, são os eternos “inimigos”, os eternos vilões, que atormentam a vida dos “homens de bem”.

4.1.4 O novo inimigo – o corrupto

A psicanálise ensina que o ser humano é capaz de sentir prazer vendo o seu semelhante em situação humilhante ou mesmo ao ver o sofrimento deste. O gozo pela situação embaraçosa, vexatória do “outro”, é explicada por Dornelles nos seguintes termos:

Para a psicanálise, as pessoas têm o potencial de sentir prazer com a crueldade. E isto só é possível quando se coloca alguém em uma posição de submissão, de inferioridade. Assim, a morte ou a humilhação do “outro”, do considerado diferente, do “não-igual” pode se tornar um espetáculo, um jogo lúdico. O ser humano tem esse potencial de gozar com a morte, com a miséria ou com o sofrimento alheio²⁵⁹.

Repara-se, a partir do trecho transcrito, que sente-se satisfação a partir do sofrimento e da humilhação alheia, eis que quando isto ocorre o sujeito vê o outro como diferente de si mesmo.

Por isso, apesar de todos serem corruptos, conforme já explicitado no segundo capítulo, vibra-se com a prisão, condenação ou indiciamento por corrupção. Quanto mais alto for o coturno do selecionado, melhor. A rigor, não é necessário nem mesmo o indiciamento, pois a exposição midiática de uma situação que supostamente envolve corrupção já basta para o gozo alheio. Neste momento, pensa-se que aquele envolvido no escândalo é o ruim, é diferente daquele que acompanha toda cena sentado em seu sofá. Alívio!

Todo esse sentimento confortante é interessante para a mídia. Noticia-se a possível corrupção de um sujeito, o telespectador se sente mais leve e não muda de canal. Portanto, eis aqui um inimigo interessante, que dá lucro, pois além do sentimento citado, a audiência tem picos com notícias que envolvem tal sujeito, o corrupto.

Recentemente, alguns episódios renderam grande audiência para as emissoras de televisão e para os periódicos. Todos pararam para assistir, no ano de 2005, os desdobramentos da decretação da prisão preventiva de Paulo Maluf. Mais recentemente, todo o julgamento da Ação Penal nº 470, em trâmite perante o Supremo Tribunal Federal, apelidada de “mensalão”, também atraiu a mídia e o povo. Desde os dias anteriores ao julgamento pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, até os posteriores a este, não houve um dia sequer que o assunto não tenha sido contemplado pela mídia. O povo,

²⁵⁹ DORNELES, 2002, p. 126

eufórico, garantiu a audiência. Ecoou no senso comum pedido de punição, pois projetaram-se naqueles selecionados de colarinho branco todos os males da sociedade. A ação penal citada será melhor trabalhada a seguir.

Em abril de 2013, operou o trânsito em julgado de ação penal em que figurava no polo passivo o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, por crime de lavagem de dinheiro oriunda de esquema relacionado a desvio de verbas públicas na construção do Fórum Trabalhista de São Paulo, na década de 90²⁶⁰.

Por também supostos crimes ocorridos na década de 90, o falecido tesoureiro da campanha do ex-Presidente Fernando Collor de Mello, Paulo César Farias, chamado de PC Farias, chegou a ser condenado a quatro anos de prisão por sonegação e sete anos por falsidade ideológica, além de ter sido indiciado em quarenta e um inquéritos.

Nos dias atuais, inúmeros políticos respondem a processos judiciais, apesar de ainda serem escassas as condenações com trânsito em julgado e a efetivação de prisões destes. Entretanto, como já se consignou, o Brasil adentrou em uma, ao menos suposta, democracia, há poucos anos e, antes dela, mais difícil era chegar ao conhecimento dos órgãos responsáveis as notícias acerca de atos ímprobos.

Em um Estado democrático, sem censura da imprensa, esta promove investigações e procura por fatos que possam erguer os índices de audiência. Some-se a isto o fato de a população estar mais informada e, assim, cobra das autoridades a persecução e a punição.

Chega-se ao seguinte quadro: a democratização do país propiciou que os escândalos cheguem à mídia, cheguem ao conhecimento da população. Os órgãos responsáveis pelo controle, como a polícia, o Ministério Público e os Tribunais de Contas gozam de independência, podendo livremente atuar contra detentores do poder. O Poder Judiciário, da mesma forma²⁶¹. Já a mídia encontra-se livre e quanto mais angariar fatos polêmicos e noticiar supostos casos de corrupção, mais terá audiência e, conseqüentemente, maior será sua arrecadação com publicidade.

²⁶⁰ BALIARDO, 2013.

²⁶¹ Não se descarta que há interferência política em todos os órgãos citados. Entretanto, não há controle e sim intervenções esporádicas.

O temor é geral. Todos temem o Tribunal de Contas, a Polícia, mormente a Federal, o Ministério Público. Temem estarem com seus telefones grampeados e conversas somente ao vivo.

Portanto, um inimigo surge, com grande fomento pela mídia. O corrupto. É ele o responsável por todos os males da sociedade, como já visto. 'Deve ser punido com rigor', é o sentimento popular.

Entretanto, o corrupto é sempre o adversário político e jamais o companheiro, como bem anota Maria Lúcia Karam:

Este histérico e irracional combate à corrupção, reintroduzindo o pior do autoritarismo que mancha a história de generosas lutas e importantes conquistas da esquerda, se faz revitalizador da hipócrita prática de trabalhar com dois pesos e duas medidas (o furor persecutório volta-se apenas contra adversários políticos, eventuais comportamentos não muito honestos de companheiros ou aliados sempre sendo compreendidos e justificados) e do acético princípio de fins que justificam os meios, a incentivar o rompimento com históricas conquistas da civilização, com imprescindíveis garantias das liberdades com, com princípios fundamentais do Estado de Direito²⁶².

4.2 A MUDANÇA DO QUE ESTÁ CERTO?

Ouve-se diversas críticas ao tratamento dispensado a supostos criminosos de colarinho branco. Para eles, os direitos e garantias fundamentais seriam respeitados, enquanto para os mais pobres não. Os detentores do poder contratariam os melhores, mais hábeis e bem relacionados advogados, enquanto a camada mais baixa restaria defendida por advogados remunerados pelo Estado, que não se empenham em fazer uma boa defesa. O ex-Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, Luiz Eduardo Soares, explana:

²⁶² KARAM, 1996, p. 80

Não hesitemos em reconhecer: no Brasil, há crimes de ricos e de pobres, cabendo aos últimos maior empenho policial e judicial e menor disposição para oferecer meios adequados de defesa. Isso se chama desigualdade no acesso à Justiça e começa – nunca é demais repetir – nas políticas criminais (selecionando o que é e o que não é crime), na escolha dos focos das políticas de segurança (dando prioridade à repressão de certos crimes e deixando outros de lado), na abordagem policial (tratando de forma desigual os moradores brancos nos bairros ricos e os jovens negros nos bairros pobres); manifesta-se na contratação ou não de advogados renomados (caros e muito bem relacionados na magistratura) e no desenvolvimento do inquérito e do processo; verifica-se na definição das sentenças e se completa no modo de sua execução. Além disso, inclui a garantia dos direitos, que funciona para alguns, mas não para outros²⁶³.

Não há como se negar, os acusados que possuem mais dinheiro contratam os melhores advogados, os quais apresentam todos os recursos previstos no Código de Processo Penal, e tem seus direitos respeitados. Busca e apreensão em casa de político somente com mandado e respeitados todos os seus direitos, enquanto no barraco na favela o mandado é um chute na porta. Na verdade, nem todos os direitos dos mais abastados são respeitados, pois tem-se reparado o uso ilegal de escutas telefônicas em operações em que estes são investigados.

Entretanto, o que devemos buscar nessa crítica, que é necessária, é a efetivação do acesso à justiça por parte dos menos abastados. No ramo do Direito Penal, estes devem ser defendidos por Defensores Públicos, conforme determina a Constituição da República, que, como funcionários públicos, tem o dever de apresentar a defesa mais completa possível. Deve-se, também, buscar a efetivação de seus direitos e garantias

²⁶³ SOARES, 2011, p. 121

fundamentais, o respeito por parte das autoridades, principalmente os policiais.

Há um novo movimento, que contrasta e muito com a doutrina do Direito Penal do Inimigo, propondo o respeito aos Direitos, na busca de um Estado realmente democrático. Intitulado “Movimento Antiterror”, rechaça as reformas penais fomentadas pela mídia e pensa na questão criminal como um todo, refletindo sobre seus reais problemas e possibilidade de solução. Nas palavras de Alexandre Morais da Rosa, este movimento é apresentado da seguinte maneira:

O novel ‘Movimento Antiterror’ é formado por profissionais que buscam a manutenção das regras do jogo democrático presentes na Constituição da República de 1988 e nos Tratados de Direitos Humanos, opondo-se ao manejo messiânico das reformas de última hora, movidas pelo pânico e acontecimentos tópicos, na perspectiva de lutar pela construção do Estado Democrático de Direito. Pretende fomentar uma discussão séria – um diálogo – que leve em consideração os múltiplos aspectos da ‘questão criminal’ e não se submeta a maniqueísmos panfletários e de fácil vendagem midiática, na esperança de que se dê cumprimento aos objetivos e princípios Constitucionais (CR/88, arts. 1º e 3º), iniciando-se com a oposição veemente às reformas impostas pela mídia, caminhando-se para um ‘direito penal mínimo’. Conforma sublinha, dentre outros, **Ferrajoli**: “Uma nova fundação garantista do direito penal supõe hoje, antes de tudo, o encerramento do período de emergência.” A tarefa está se iniciando e as resistências dos de sempre, também²⁶⁴.

Não se deve criticar o fato de que os acusados de colarinho branco contratam bons advogados, possuem defesas consistentes e tem seus direitos respeitados, e sim buscar que

²⁶⁴ ROSA, 2006, p. 241

isso se torne a regra, ou seja, que assim também se proceda com relação aos pobres. Não se trata de um privilégio e sim de efetivação de direitos constitucionais. A crítica é útil, mas somente se for pensada não no sentido de abolição desses direitos que são garantidos pela Constituição e sim se for tentada a extensão dos mesmos a todos, independentemente de classe social.

4.3 A MÍDIA E A PERSECUÇÃO DA AUDIÊNCIA: O ESPETÁCULO

Vive-se, atualmente, em uma sociedade espetacular ou do espetáculo, pois aquilo que se vivia diretamente passou a ser uma representação. Quem cunhou e trabalhou a expressão “sociedade do espetáculo”, escrevendo livro com este título, foi o francês Guy Debord, que sintetiza o espetáculo da seguinte maneira:

O espetáculo se apresenta como uma enorme positividade, indiscutível e inacessível. Não diz nada além de “o que aparece é bom, o que é bom aparece”. A atitude que por princípio ele exige é a da aceitação passiva que, de fato, ele já obteve por seu modo de aparecer sem réplica, por seu monopólio da aparência.²⁶⁵

Por isso, porque tudo o que aparece é bom, nos dias atuais todos buscam seus quinze minutos de fama, todos anseiam, de alguma maneira, aparecer. As imagens dizem mais do que qualquer palavra e ficam presas no imaginário coletivo.

Outro aspecto da sociedade espetacular é o domínio da mídia. Os seus proprietários possuem um poder absurdo, pois todos os detentores de poder, que não os próprios proprietários, dependem deles. Os grandes produtores precisam anunciar seus produtos para hipnotizar a população e vendê-los; os políticos precisam criar fatos positivos, para serem lembrados de maneira agradável nas eleições vindouras²⁶⁶. Ao contrário, quem aparece

²⁶⁵ DEBORD, 1997, p. 16-17.

²⁶⁶ Álvaro Filipe Oxley da Rocha (2012) expõe que o campo político encontra-se submetido à pressão midiática:

na mídia de maneira desfavorável sofre grandes traumas e quem simplesmente não aparece, não é lembrado, como diz o ditado popular, mais forte hodiernamente do que nunca²⁶⁷. Em uma matéria jornalística pode-se destruir uma vida construída há longos anos. A partir de uma escuta telefônica, em que se procedem, não raras vezes, cortes e interpretações duvidosas, acaba-se com uma carreira. Depois de garantir a audiência, é que se verifica a veracidade das informações, pois o que interessa é o espetáculo. Patrícia Gomes Ferreira, anota que “o jornalismo entrou na luta ferrenha pela audiência, “lapidou” questões éticas ao gosto do freguês e se transformou em jornalismo-espetáculo²⁶⁸” e traz exemplo acerca da questão: em março de 1994 a mídia voltou suas câmeras para supostos casos

[...] Observe-se que tal não ocorre desse modo no campo político, diretamente submetido à pressão midiática, no qual essas pressões são consideradas legítimas sem hesitação, pois representariam segundo a crença dividida por seus agentes, uma suposta “opinião pública”, que definiria a lógica eleitoral. Desse modo, como a conservação dos agentes políticos em suas proposições (reeleição) depende da legitimação externa (aprovação do público eleitor), em grande medida influenciada pelo campo jornalístico (BOURDIEU, 1997), submete-se os mesmos às pressões legítimas ou não do campo jornalístico.

²⁶⁷ John Thompson (2008, p. 126), em sua obra “A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia”, alerta que os meios de comunicação de hoje em dia ajudam na visibilidade, na exposição dos líderes políticos, tanto para fatos abonadores quanto para prejudiciais: [...] Se os novos meios de comunicação criaram novas oportunidades para a administração da visibilidade, possibilitando aos líderes políticos uma exposição pública diante de seus reais ou potenciais eleitores, numa escala e intensidade que nunca existiram antes, eles também trouxeram novos riscos. A arena mediada da política moderna está aberta e acessível de uma forma que as assembleias tradicionais e as cortes nunca conheceram. Além disso, dada a natureza da mídia, as mensagens produzidas por líderes políticos podem ser recebidas ou entendidas de maneiras que não se podem monitorar ou controlar diretamente. Daí que a visibilidade criada pela mídia pode se tornar uma fonte de um novo tipo de *fragilidade*. Mais os líderes políticos procuram administrar sua visibilidade, menos eles a podem controlar; o fenômeno da visibilidade pode escapar de suas rédeas e, ocasionalmente, pode funcionar contra eles.

²⁶⁸ FERREIRA, 2010, p. 125.

de abuso sexual de crianças que frequentavam a Escola Base, em São Paulo, sendo que seis pessoas foram envolvidas no escândalo, dentre elas os donos da escola. A imprensa noticiou, com base em laudos preliminares divulgados pelo próprio Delegado oficiante no caso, que diversos abusos teriam sido cometidos e filmados. A escola foi depredada e saqueada e seus proprietários presos. Ao final do espetáculo e do inquérito policial, este foi arquivado por falta de provas²⁶⁹. Apesar do arquivamento, impossível o resgate da normalidade da vida dos envolvidos, pois a mídia tratou com inexatidão, “condenando” os envolvidos, com certeza transformando suas vidas em um pesadelo, enquanto a investigação oficial concluiu pela falta de provas.

O que é dito, o que está no circo espetacular, existe e é verdadeiro. Já o que não aparece, é tido como inexistente. Nas palavras de Debord “Aquilo de que o espetáculo deixar de falar durante três dias é como se não existisse. Ele fala então de outra coisa, e é isso que, a partir daí, afinal, existe”²⁷⁰.

A obra de Debord foi escrita na década de 60 e encontra-se mais atual do que nunca, tendo em vista que, com o advento da internet e das redes sociais, impensáveis naquele tempo, a espetacularização se acentuou. Qualquer boato, qualquer simples ato da vida cotidiana, espalha-se pela rede mundial de computadores em questão de minutos. Não há mais como controlar²⁷¹. Pode-se até ter certo domínio de um jornal ou uma

²⁶⁹ FERREIRA, 2010, p. 125-126.

²⁷⁰ DEBORD, 1997, p. 182

²⁷¹ Bourdieu anota que há intervenções políticas na programação televisiva, como se extrai da transcrição de sua obra a seguir. Apesar disto, diz-se que não há controle pois hoje em dia, mesmo que uma determinada rede de televisão deixe, por interesses escusos, de noticiar um fato, este pode facilmente se disseminar por meio da internet. Não há mais como se ocultar totalmente fatos. Segue trecho escrito por Bourdieu (1997, p. 19):

“Mas volto ao essencial: afirmei ao começar que o acesso à televisão tem como contrapartida uma formidável censura, uma perda de autonomia ligada, entre outras coisas, ao fato de que o assunto é imposto, de que as condições da comunicação são impostas e, sobretudo, de que a limitação do tempo impõe ao discurso restrições tais que é pouco provável que alguma coisa possa ser dita. Dessa censura que se exerce sobre os convidados, mas também sobre os

rede de televisão, mas inviável controlarem-se os blogs, as manifestações em sítios independentes e em redes sociais. Assim, o medo de uma notícia, de um fato negativo, é maior ainda.

Garland resume as mudanças ocorridas na segunda metade do século XX da seguinte forma, incluindo o fenômeno do *mass media* eletrônico:

As grandes transformações que varreram a sociedade na segunda metade do século XX foram, de uma só vez, econômicas, sociais, culturais e políticas. Até onde é possível, elas podem ser resumidas no seguinte: (i) a dinâmica da produção capitalista e das trocas mercantis e os correspondentes avanços em tecnologia, transportes e comunicações; (ii) a reestruturação da família e do lar; (iii) mudanças na ecologia social das cidades e dos subúrbios; (iv) a ascensão do *mass media* eletrônicos; e (v) a democratização da vida social e cultural²⁷².

Após a expansão dos rádios, nos anos 1920 e 1930, e a revolução da televisão, que fomentaram o *mass media*, hoje em dia se vê nova revolução com a internet.

Voltando-se a lupa rapidamente para os Estados Unidos, percebe-se que a partir de lá pode-se comprovar a força da mídia, da possibilidade de verdadeira criação pela mídia. Sabe-se que naquele país tudo passa por Hollywood, bem como da força que a indústria cultural possui, sendo que “não se pode governar renunciando às linguagens de Hollywood”²⁷³, ou seja, nem o Governo pode se descuidar de Hollywood.

Essa indústria cultural molda o imaginário do público e tem grande influência na vida política. Prova disso é a eleição do austríaco Arnold Schwarzenegger para o cargo de governador do

jornalistas que contribuem para sua existência, espera-se que eu diga que é política. É verdade que há intervenções políticas, um controle político (que se exerce sobretudo através das nomeações para os postos dirigentes) [...]”

²⁷² GARLAND, 2008, p. 185

²⁷³ SUSCA, 2007, p. 32.

Estado da Califórnia. O imigrante foi de fisiculturista a Governador, passando por uma carreira em Hollywood regada a filmes de ação, em que seu corpo era apresentado como uma máquina exterminadora, indestrutível. O personagem espetacular, indestrutível, como já dito, capaz de resolver qualquer problema, ganhou vida e a população não conseguiu desvincular o ator do personagem, elegendo-o Governador. Vincenzo Susca explica o fenômeno:

O protótipo que estamos levantando para descrever e interpretar a dinâmica do cenário político contemporâneo, Arnold Schwarzenegger, fornece indicações preciosas sobre como se está orientando e quais formas permeiam a fricção entre política e espetáculo. O seu corpo é para nós um importante epifenômeno, a figura emblemática e a porta entre o acontecimento catastrófico – em termos nietzchianos: a degeneração – da democracia espetacular de seu *outro lado*. Para entender o significado puramente político do personagem, não podemos deixar de buscar no museu do imaginário todos os filmes nos quais foi protagonista, assim como os músculos que o deixaram célebre, antes de sua aventura cinematográfica, como Mister Universo; assim, não podemos esquecer de “sair” do político para entrar novamente pela porta principal.²⁷⁴

Repara-se, com isso, que vivemos não só numa sociedade espetacular, mas em uma democracia espetacular, na qual, como já dito, quem é bem apresentado pela mídia pode, como de fato aconteceu, passar de fisiculturista e ator a Governador de um dos Estados mais importantes de um país que é tido como a maior potência mundial. Não se pode, sob nenhum argumento, desprezar-se a força da mídia e sua capacidade de criar mitos, fenômenos, bem como inimigos.

Esta força perniciosa que a mídia, mormente a televisão, detém, é chamada por Bourdieu de “violência simbólica”, que “é

²⁷⁴ SUSCA, 2007, p. 45-46.

uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la²⁷⁵. Conforme já dito, uma notícia acerca de um fato desabonador pode tornar o sujeito um inimigo da sociedade. Uma suspeita de corrupção acaba com a vida particular e pública, além de atingir familiares do suposto autor do fato.

Maior perigo ainda é verificado a partir da constatação de que a mídia busca primordialmente o lucro, a audiência²⁷⁶. Então, tem menor importância a seriedade da notícia veiculada na televisão, deixa-se a ética de lado. O interessante mesmo é que essa notícia bata recorde de audiência, para que os anunciantes paguem polpudas quantias, garantindo-se o lucro.

Em simples palavras: a lógica comercial pressiona, impõe-se, sobre o jornalismo.

E para garantir audiência farta e lucros astronômicos, um produto que tem boa saída e é facilmente espetacularizado: o crime²⁷⁷, que tem potencial para prender o verdadeiro consumidor. Para isso, utiliza-se o que mais agrada o senso

²⁷⁵ BOURDIEU, 1997, p. 22.

²⁷⁶ Bourdieu (1997, p. 37) escreveu: O índice de audiência é essa medida da taxa de audiência de que se beneficiam as diferentes emissoras (há instrumentos, atualmente, em certas emissoras, que permitem verificar o índice de audiência a cada quarto de hora e mesmo, é um aperfeiçoamento introduzido recentemente, ver as variações por grandes categorias sociais). Tem-se assim um conhecimento muito preciso do que passa e do que não. Essa medida tornou-se o juízo final do jornalismo: até nos espaços mais autônomos do jornalismo, salvo talvez *Le Canard Enchaîné*, *Le Monde Diplomatique* e algumas pequenas revistas de vanguarda dirigidas por pessoas generosas e “irresponsáveis”, o índice de audiência está atualmente em todas as cabeças. Há, hoje, uma “mentalidade-índice-de-audiência” nas salas de redação, nas editoras etc. Por toda parte, pensa-se em termos de sucesso comercial.

²⁷⁷ Bourdieu (1997, p. 22) sobre o assunto: [...] as notícias de variedades, que sempre foram o alimento predileto da imprensa sensacionalista; o sangue e o sexo, o drama e o crime sempre fizeram vender, e o reino do índice de audiência devia alçar à primeira página, à abertura dos jornais televisivos [...].

comum, em detrimento do conhecimento criminológico²⁷⁸. Em debates acerca da redução da idade penal ou qualquer outra medida de política criminal, por exemplo, participam políticos e familiares de vítimas de crimes violentos, não tendo vez os criminólogos, que realmente estudam o assunto. Claro, não se quer ouvir a verdade, e sim o que mais agrada a população em geral²⁷⁹. O preço que se paga é ausência de cobrança de medidas que realmente podem, no futuro, fazer com que os índices de criminalidade diminuam e a permanência do discurso punitivo vindicativo, dominante no senso comum.

A corrupção surge, assim, como um produto altamente atraente, eis uma reportagem mostrando caso de envolvimento com a corrupção tem grande apelo por parte dos telespectadores e, como já se disse, quanto maior o peso do envolvido no caso, melhor. O interessante é ver o outro, que até então desfrutava de uma vida com certas comodidades, arrastando-se pelos corredores dos tribunais, envolvido em situações embaraçosas. É certo que os crimes que envolvem sangue também são promissores em se tratando de audiência, havendo uma enormidade de programas sensacionalistas destinados a este tipo de delito. Entretanto, a corrupção em sentido *lato* também é passível de prender a atenção do público.

Antes de se encerrar o presente tópico, destaca-se que com o advento da mídia em massa operou-se uma mutação no modo como a interação ocorre. Cada vez menos esta se dá face

²⁷⁸ A espetacularização, o sensacionalismo, “tem efeitos perversos na opinião pública, pois estimula o punitivismo e a busca de soluções mais rigorosas no âmbito penal”. (SEMER, 2011).

²⁷⁹ A verdadeira análise das causas e das políticas que podem reduzir, a médio e longo prazo, a criminalidade não interessam por não terem qualquer cunho sensacionalista ou de escândalo, como explica Álvaro Filipe Oxley da Rocha (2011, p. 23-24):

[...] por demandarem profundas análises científicas interdisciplinares, e sua solução, ou condução a níveis toleráveis, necessitar da implementação de políticas públicas adequadas, de médio e longo prazo, as quais, entretanto não produzem os frequentes escândalos de que necessita a mídia, em sua ansiosa busca por “novidades” atrativas ao público, e que permitem valorizar financeiramente os espaços comerciais de seus canais de comunicação, junto aos seus anunciantes/patrocinadores, e disputar o poder simbólico com o Estado, e especificamente o sistema penal.

a face e mais se dá por meio da mídia, que não tem fronteira nem problemas com tempo, pois o que está acontecendo em um recanto distante é transmitido ao vivo para todo o mundo. Thompson destaca:

Estas várias condições são alteradas fundamentalmente pelo desenvolvimento dos meios de comunicação. O processo de formação do self se torna mais e mais dependente do acesso às formas mediadas de comunicação – tanto impressas quanto eletronicamente veiculadas. O conhecimento local é suplementado, e sempre mais substituído, por novas formas de conhecimento não locais que são fixadas num substrato material, reproduzidas tecnicamente e transmitidas pela mídia. O conhecimento técnico é gradualmente separado das relações de poder estabelecidas pela interação face a face, à medida que os indivíduos vão sendo capazes de ter acesso a novas formas de conhecimento não mais transmitidos face a face. Os horizontes de compreensão dos indivíduos se alargam; eles não se estreitam mais nos padrões de interação face a face, mas são modelados pela expansão das redes de comunicação mediada. A mídia se torna, nos termos de Lerner, “um multiplicador da mobilidade”, uma forma vicária de viajar que permite ao indivíduo se distanciar dos imediatos locais de sua vida diária²⁸⁰.

Em um primeiro momento, pensa-se nessa mutação como algo extremamente positivo, pois o que antes demorava para ser transmitido agora se tornou fácil e rápido. Todos estariam bem informados e em condições de melhor distinguir o que está correndo pelos trilhos corretos do que não está. Entretanto, o próprio autor citado indica os problemas advindos desta modificação:

²⁸⁰ THOMPSON, J., 2008, p. 184-185.

Até agora me preocupei em destacar algumas maneiras nas quais o desenvolvimento da mídia enriqueceu e acentuou a organização reflexiva do self, mas ainda não insisti nos aspectos nos quais o crescente papel dos produtos da mídia pode ter consequências negativas para a formação do self. Descreverei estas como (1) a intrusão mediada de mensagens ideológicas; (2) a dupla dependência mediada; (3) o efeito desorientador da sobrecarga simbólica; e (4) a absorção do self na quase-interação mediada²⁸¹.

Dentre os problemas trazidos pelo autor, destaca-se a dependência da mídia que os cidadãos enfrentam, aliada à falta de reflexão sobre os assuntos apresentados. Ainda há o que Thompson chama de “sobrecarga simbólica”²⁸², ou seja, a enorme variedade de mensagens e assuntos disponibilizados acarreta uma desorientação, pois inviável assimilar e conseguir debater com profundidade todos os assuntos. A única saída é replicar o conteúdo do comentário feito pela empresa midiática. Eis um problema grave, pois os comentaristas, como já se consignou, atuam de forma a buscar a audiência máxima e, no caso dos crimes, não possuem conhecimento científico acerca dos múltiplos fatores que interagem com este. Assim, o sujeito que replicar o pensamento destes ou que simplesmente se guiar pelo comentarista, não estará bem amparado. Este é um dos motivos pelos quais o discurso repressivo, a ideologia político-criminal repressiva, ganha força²⁸³.

O fenômeno do crime incide diretamente aqui nesta aproximação proporcionada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e o consequente bombardeio de notícias. Antes, sabia-se pela experiência pessoal e hoje se sabe por meio da mídia, o que faz que um sujeito que nunca passou perto de uma

²⁸¹ THOMPSON, J., 2008, p. 185-186.

²⁸² Ibid., p. 188

²⁸³ O jornalismo, principalmente e televisivo, se presta a fiscalizar os poderes constituídos e fomentar a visão do senso comum acerca da impunidade, fazendo com que se alardeie o discurso de que ninguém é punido.

situação envolvendo um delito possa ter um medo absurdo de se deparar com este. Os programas sensacionalistas, que inclusive deturpam os supostos fatos criminosos²⁸⁴, e voltados para a linha policial, fazem com que este fenômeno ocorra. Impossível receber tanta carga sobre crimes e impunidade e, mesmo assim, conseguir abstrair o medo da vida cotidiana. Especificamente no caso da corrupção, o sentimento de generalização destes atos e da impunidade também advém da série de notícias que versam sobre o tema.

4.3.1 O escândalo político na mídia e o furo de reportagem

Com a explosão midiática já apresentada, o termo “escândalo” passou a estar intimamente ligado a esta, sendo considerado a revelação, por meio de mídia, de uma ação que até então permanecia oculta e que implicava em violação de valores morais e normas postas. Some-se a isso o fato de que tais escândalos possuem a capacidade de provocar uma resposta pública, devido à sua seriedade²⁸⁵. E por implicarem em infringência a valores e normas, os escândalos vão variar no tempo e no espaço, eis que a legislação está em permanente mutação e a cultura varia de local para local. O que pode ser escandaloso em uma determinada sociedade pode ser visto como algo corriqueiro em outra.

Tais escândalos divulgados por meios de comunicação são chamados de escândalos midiáticos, que se diferem dos antigos escândalos localizados, que possuíam consequências mais restritas. Nos dias atuais, com a grande abrangência da mídia eletrônica e das inúmeras novas formas de informação e comunicação, como redes sociais e blogs, a situação encontra-se mais acirrada ainda, pois cada vez mais fácil difundir-se uma situação escandalosa, seja envolvendo pessoas desconhecidas ou personalidades notórias²⁸⁶. Um acontecimento local vira

²⁸⁴ Kleber Mendonça (2002), na obra “A punição pela audiência – Um estudo do Linha Direta, demonstra claramente como há deturpação das supostas cenas de delitos.

²⁸⁵ THOMPSON, J., 2002, p. 12; 40.

²⁸⁶ Qualquer passagem ocorrida nas ruas pode ser filmada por um celular em questão de instantes ser vinculada em uma rede social ou até mesmo do site *youtube*. Toda semana nos deparamos com

facilmente nacional e pode chegar a global, dependendo do caso.

Outro fator que contribuiu com a explosão dos escândalos políticos, em se tratando especificamente do Brasil e de países que passaram por tempos semelhantes, é a saída de um período em que o regime político era autoritário passando a uma democracia. Claro que é possível surgirem escândalos em um país contaminado por um governo autoritário, entretanto é bem mais fácil a divulgação e a propagação destes em regimes democráticos, em virtude principalmente da liberdade de imprensa.

Também já foi exposto que quem circula no espaço público e com maior intensidade, aquelas figuras públicas, estão muito mais visíveis nos dias atuais, devido à abrangência midiática. Está cada vez mais difícil manter a linha divisora entre a vida pública e a vida particular, pois com o avanço da tecnologia, todos andam com seus celulares portando câmeras e filmadoras, podendo a qualquer momento filmar ou fotografar determinada situação.

Dentro da categoria dos escândalos midiáticos, encontra-se o escândalo político, que não tem tanta relação com o *status* do indivíduo, mas principalmente com a natureza da transgressão, pois envolve a violação de um processo devido, ou seja, violação de regras e procedimentos que por lei são de respeito obrigatório, visando aumentar o poder político. Transgridem-se procedimentos legais para aumentar o cacife, o poder político²⁸⁷. A busca incessante pelo poder sempre acompanhou a história da humanidade e, assim, as violações são constantes.

Dentro do gênero escândalo político há, segundo Thompson, três espécies:

Podemos distinguir entre três tipos básicos de escândalo na esfera política: os que envolvem transgressão de códigos sexuais (escândalos sexuais), os que envolvem o

filmagens de situações escandalosas que viram febre na internet, batendo recordes de visualizações, sejam estas envolvendo pessoas comuns ou figuras conhecidas.

²⁸⁷ THOMPSON, J., 2002, p. 124-125.

mau emprego de recursos econômicos (escândalos financeiros) e os que envolvem o abuso do poder político (escândalos do poder)²⁸⁸.

Os escândalos políticos financeiros e do poder são vistos como potencialmente mais lesivos, eis que podem significar o rótulo de corrupto, utilizando-se o sentido largo da expressão, ao sujeito.

Ao se falar de escândalo e corrupção, uma ressalva é importante, pois em um primeiro momento as expressões parecem estar umbilicalmente ligadas, até porque a maioria dos grandes escândalos envolvem corrupção. Na verdade, há ligação entre estas, mas é certo que um fato tido como corrupto pode ou não originar um escândalo político²⁸⁹. Além disso, há outros atos, como os sexuais, por exemplo, que são capazes de gerar grandes escândalos e que não tem qualquer ligação com a corrupção tal qual se encara a expressão hodiernamente.

Conforme já se salientou, os políticos de hoje²⁹⁰ conferem à mídia importância jamais conferida anteriormente, pois a partir do que é noticiado é que sua imagem será formada no imaginário popular e desta dependem as próximas eleições e a influência dentro do jogo político. Assim, não há político que não receba um chamado *clipping* das notícias veiculadas sobre sua pessoa e seu governo. Então, o escândalo político é importantíssimo, pois em questão de dias pode-se destruir a reputação, o nome, a boa-fama, e, por isso, deve ser evitado a qualquer custo.

E não são somente os sujeitos envolvidos com a política que se encontram com o alerta ligado, os partidos políticos da mesma forma. Nenhuma sigla quer ter um candidato envolvido em escândalos ou suscetível ao escândalo. No momento de escolha dos candidatos, leva-se em conta se o pretendente foi alvo de

²⁸⁸ THOMPSON, J., 2002, p. 154.

²⁸⁹ Ibid., p. 56-57.

²⁹⁰ J. Thompson (2002, p. 140;142) informa que desde o início da década de 1960 os escândalos políticos se acentuaram na vida política das sociedades ocidentais e fundamenta seu raciocínio nos seguintes motivos: 1) a crescente visibilidade dos líderes políticos; 2) a mudança nas tecnologias de comunicação e de vigilância; 3) a mudança na cultura jornalística; 4) a mudança na cultura política; 5) a crescente regulamentação da vida política.

escândalo, pois ao longo da campanha política tal fato pode ser levantado, implicando em prejuízos.

As consequências do escândalo político são variáveis, pois os fatos abordados podem ser prontamente esquecidos, bem como podem chegar a gerar uma grande mobilização por parte da sociedade civil. Tudo depende da persistência das agências midiáticas. Caso estampem o caso por uma vez, este pode ser esquecido. Do outro vértice, na hipótese de seguidas reportagens sobre o tema, é possível e provável que as consequências sejam mais devastadoras.

Há consequências positivas, claro. A principal delas é a ciência por parte da sociedade de atividades que até então se encontravam ocultas, como práticas corruptas que, caso não fossem divulgadas pela mídia, não chegariam ao conhecimento de grande público e este não pressionaria as autoridades para que as providências fossem tomadas. Imagine-se o caso do mensalão sem uma grande cobertura pela mídia. É possível pensar que o resultado não seria o de condenação dos principais envolvidos. Por certo que a pressão popular dificulta que “pauzinhos” sejam mexidos, que a influência se sobreponha à legalidade.

Também emanam fatores negativos desta propulsão. A capacidade de espetacularização e de dramatização por parte da mídia não tem limites²⁹¹. Além disso, a incessante busca por audiência farta, faz com que a ética tenha menos destaque, ou seja, os jornalistas são “forçados”, por razões de mercado” a gerar fatos escandalosos e dão menos importância à conferência da veracidade das informações. Então, pode-se destruir uma reputação, uma vida e uma família²⁹² e depois se chegar à

²⁹¹ É certo que a mídia tem limites próprios, relacionados com audiência. Quando o público “cansa” do assunto é o momento de encerrar sua divulgação.

²⁹² J.Thompson (2002, p. 117-118) deixa claro esses aspectos embaraçosos:

Em muitos escândalos, os participantes provavelmente irão sentir uma profunda sensação de embaraço, vergonha e humilhação, na medida em que facetas de suas vidas privadas (ou atividades e conversações que aconteceram secreta e privadamente) são repentinamente transformadas em acontecimentos públicos, podendo ser vistas ouvidas ou comentadas por milhares ou milhões de pessoas. [...] As pessoas podem sentir um profundo sentimento de

conclusão de que “foi tudo em engano”. Some-se a isso o fato de que o bombardeio de escândalos políticos na mídia faz com que aflore na sociedade em geral o sentimento de generalização da corrupção e de más práticas por parte dos administradores da coisa pública. Em outras palavras, a sociedade perde a confiança na classe política e a esperança.

Os agentes midiáticos buscam os escândalos, pois este atrai a audiência. Quanto mais exclusivo for, melhor. Aqui entra em cena o denominado “furo”, que consiste “na busca da prioridade da notícia, que será divulgada em primeira mão por este ou por aquele órgão específico”²⁹³.

Portanto, o “furo” é o “objeto” a ser perseguido, pois por meio dele se noticiará em primeira mão, chamando-se mais a atenção e, conseqüentemente, conseguindo-se maiores índices de audiência (ao menos até a concorrente ter ciência dos fatos e também noticiá-los). Entretanto, Bourdieu informa que não há tanta originalidade e exclusividade, eis que todos buscam esse “furo”:

[...] É uma limitação terrível: a que impõe a perseguição do *furo*. Para ser o primeiro a ver e a fazer ver alguma coisa, está-se disposto a quase tudo, e como se copia mutuamente visando a deixar os outros para trás, a fazer antes dos outros, ou a fazer diferente dos outros, acaba-se por fazerem todos a mesma coisa, e a busca da exclusividade, que, em outros campos, produz a originalidade, a singularidade, resulta aqui na uniformização e na banalização.

embaraço e vergonha ao ver ou ouvir suas ações ou falas privadas discutidas abertamente no domínio público. Podem se sentir também profundamente humilhadas e aviltadas por um processo que expõe assuntos profundamente pessoais, ou revela aspectos ocultos do caráter ou da vida de uma pessoa, ameaçando desse modo arruinar a imagem que alguém gostaria de projetar de si mesmo.

²⁹³ OXLEY DA ROCHA, 2011, p. 17.

Toda esta busca implacável e sem escrúpulos pelo “furo” tem o intuito da audiência, que se traduz em lucro²⁹⁴. Entretanto, Bourdieu também alerta para o fato de que também estão em jogo questões simbólicas:

[...] A concorrência econômica entre as emissoras ou os jornais pelos leitores e pelos ouvintes ou, como se diz, pelas fatias de mercado realiza-se concretamente sob a forma de uma concorrência entre os jornalistas, concorrência que tem seus desafios próprias, específicos, o *furo*, a informação exclusiva, a reputação na profissão etc., e que não se vive nem se pensa como uma luta puramente econômica por ganhos financeiros, enquanto permanece sujeita às restrições ligadas à posição do órgão de imprensa considerado nas relações de força econômicas e simbólicas²⁹⁵.

Termina-se o presente tópico consignando-se que os supostos casos envolvendo corrupção são o ápice dos escândalos midiáticos e, assim sendo, os jornalistas são ávidos por localizar furos de reportagem que contenham tais atos. Por isso, buscam-se cada vez mais condutas corruptas. Não que as agências midiáticas pensem em expurgar este problema da sociedade atual, e sim porque o assunto traz frutos financeiros. Além disso, a partir da notícia de um escândalo envolvendo o detentor de poder político “x”, pode-se começar a projetar o futuro que advirá após as eleições vindouras. Pode-se, por exemplo, bombardear um Prefeito, imputando-lhe um suposto fato corrupto, para que este comece a perder apoio da população

²⁹⁴ O retorno financeiro caberá ao jornalista e a emissora, principalmente a esta última. Assim estabeleceu João Paulo Ávila Pontes (2010, p. 155):

Quando o jornalista obtém o furo de reportagem, seu nome é elevado às alturas, ou seja, ele descobriu uma novidade e foi o primeiro a noticia-la. Os louros desta grande vitória profissional gera um vultuoso e merecido retorno financeiro, proporcional ao seu suado trabalho. Porém, a maior fatia desse sucesso profissional vai para o órgão emissor da notícia.

²⁹⁵ BOURDIEU, 1997, p. 57-58.

e facilite o surgimento de um oponente. Em outras palavras: o escândalo político pode ser utilizado como uma maneira de moldar o voto futuro.

4.3.2 Evolução da mídia – internet e redes sociais

Os meios de comunicação iniciaram com formas arcaicas de impressão, passaram pela sua massificação com o advento da televisão, verdadeira propulsora da revolução, chegando-se aos recentes modos de comunicação eletrônica. Há quem diga que a internet “não se constitui em uma ferramenta comunicativa construtora de realidade tal qual o discurso televisivo”²⁹⁶, como também quem afirme que a realidade dos computadores em curso atualmente (re)cria a “própria realidade pelo mundo virtual”²⁹⁷. Apesar de ambas as visões, não se pode negar, sob nenhum argumento, que a internet possui vasta atuação e âmbito de incidência largo. Hoje em dia não se vive mais sem a rede mundial de computadores.

Diferentemente da vida cotidiana, em que os encontros e a comunicação se dão face a face, por intermédio dos meios de comunicação os indivíduos podem se comunicar sem qualquer contato físico. Não há limites temporais ou espaciais.

E com o advento da internet, tudo isso se acentua. A notícia está ao alcance de um clique e a partir deste pode-se acessar jornais do mundo inteiro desde um telefone celular. Tais fatores, inclusive, favorecem a divulgação dos escândalos relatados no tópico anterior.

Abre-se, também, com os *blogs* pessoais²⁹⁸ e as redes sociais, a possibilidade de todos os indivíduos apresentarem

²⁹⁶ FRANÇA, 2012, p. 353.

²⁹⁷ GUEDES, 2012, p. 1

²⁹⁸ Sobre os *blogs*, interessante as colocações de Camila Toscano (2010, p. 43):

Esse ingrediente tecnológico na relação leitor-jornal engloba outros fatores, outras formas de se escrever, ler, ouvir e falar. E uma das formas mais bem-sucedidas nesse novo universo que se constrói na rede internacional de computadores é a dos *blog* (ou *blogues*). A palavra ainda não consta dos dicionários brasileiros, mas os *blogs* avançam sobre a Internet de forma intensa e constitui um novo modo de narrativa (inclusive a jornalística): aquela na qual todos são emissores e ao mesmo tempo receptores da mensagem. Essa virada

manifestações individuais a respeito de fatos corriqueiros da vida cotidiana e também do que é apresentado pela mídia. Heródoto Barbeiro analisa o fenômeno e anota:

O advento da internet abriu novos horizontes para a comunicação, e mais uma vez detonou com o paradigma. Cai o modelo de poucos emissores e milhões de receptores, e abre-se a era de milhões de emissores, milhões de receptores com interatividade entre todos e se abre uma nova e mágica via onde transitam sons, imagens, arquivos, textos, e-mails e tudo com mão múltipla de direção uma vez que todo mundo pode interagir com todo mundo²⁹⁹.

Assim, com a evolução proporcionada pela internet, propiciou-se que cada indivíduo em particular expresse sua opinião sobre determinado assunto, que noticie um caso que fora presenciado, fazendo com que o controle por parte da população seja maior ainda.

Especificamente em relação à corrupção, tornou-se normal a divulgação de casos suspeitos e sobre os quais não se tem qualquer indício de que envolvam, de fato, corrupção. Manifesta-se por pensar que naquele caso podem haver atos corruptos. Além disso, a partir de uma notícia veiculada na grande mídia, todos os usuários da rede mundial de computadores podem emitir sua opinião, que quase sempre significa rogar por punição severa aos envolvidos. E com as redes sociais, tais quais o *facebook*, é rotineiro ver manifestações contra possíveis envolvidos em atos corruptos serem divulgadas e, a partir de um clique do botão “compartilhar”, ser replicada por uma infinidade de usuários. Age-se de maneira cômoda, pois a partir de um

é fundamental para entender o que acontece com o jornalismo nos dias atuais: o poder de construir a notícia pulveriza-se por completo. Milhares de páginas, dos mais diversos tipos e gostos, com os mais diferentes termos e linguagens, ocupam a rede e fazem uma nova comunicação, notadamente mais informal, mais pessoal e valorativa; de alguma forma mais literária também.

²⁹⁹ BARBEIRO, 2010, p. 14.

simples clique no *mouse*, pensa-se que se está contribuindo para um futuro melhor. Ledo engano.

Portanto, a internet não só possibilitou uma ruptura com as barreiras do tempo e do espaço em se tratando de notícias, mas também que todos deem sua opinião sobre os acontecimentos que ocorrem na sociedade, dos mais relevantes aos mais insignificantes. Resultado prático: mais pressão por punição dos supostos criminosos de colarinho branco que, como diria a expressão popular, tornaram-se “a bola da vez”. Tudo isso sem a necessária reflexão acerca do contexto global da questão. Trata-se de um discurso hipócrita moralizador.

4.3.3 O Poder Judiciário na mídia ou a mídia como Poder Judiciário

O Direito pátrio traz o princípio da presunção de inocência positivado no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição da República vigente³⁰⁰. Apesar do texto constitucional citado, é forçoso reconhecer com Marilena Chauí que a “mídia produz culpas e condena sumariamente³⁰¹”, violando tal princípio. Além da Constituição, a atuação midiática, como alertou Chauí, atinge a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e a Declaração Universal dos Direitos Humanos³⁰².

³⁰⁰ Artigo 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...] LVII – ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

³⁰¹ CHAUI, 2012, p. 1.

³⁰² Sobre o assunto, dispôs novamente a filósofa Marilena Chauí (2012, p. 2):

Um dos aspectos mais terríveis desse duplo poder dos meios de comunicação se manifesta nos procedimentos midiáticos de produção da culpa e condenação sumária dos indivíduos, por meio de um instrumento psicológico profundo: a suspeição, que pressupõe a presunção de culpa. Ao se referir ao período do Terror, durante a Revolução Francesa, Hegel considerou que uma de suas marcas essenciais é afirmar que, por princípio, todos são suspeitos e que os suspeitos são culpados antes de qualquer prova. Ao praticar o terror, a mídia fere dois direitos constitucionais democráticos, instituídos pela

Não se trata de uma atuação por parte da mídia que seja capaz de influenciar um tribunal a tomar certa decisão (*trial by media*), mas da realização do próprio julgamento por meio da mídia^{303 304}.

Esta atuação violadora, verdadeiramente condenatória, tem força ímpar. A história demonstra os seus reflexos na vida política do país, tendo razão João Paulo Ávila Pontes ao afirmar que “o cumprimento da sentença jornalística tem efeito imediato e para toda a nação”³⁰⁵. Além disso, o Poder Judiciário midiático não respeita Direitos e Garantias Fundamentais ou princípios do Direito, pois afastam-se todos em prol da “liberdade de imprensa” ou “liberdade de informação”. Inclusive, todas estas garantias são vistas, pelas agências midiáticas, como um verdadeiro estorvo, como analisa Nilo Batista:

[...] Tensões graves se instauram entre o delito-notícia, que reclama imperativamente a pena-notícia, diante do devido processo legal (apresentado como um estorvo), da plenitude de defesa (o *locus* da malícia e da indiferença), da presunção de inocência (imagine-se num flagrante gravado pela câmera!) e outras garantias do Estado democrático de direito, que só liberarão as mãos do verdugo quando o delito-processo alcançar o nível de delito-sentença (= pena-notícia). Muitas vezes essas tensões são resolvidas por alguns operadores –

“Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, de 1789 (Revolução Francesa) e pela “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, de 1948, quais sejam: a presunção de inocência (ninguém pode ser considerado culpado antes da prova da culpa) e a retratação pública dos atingidos por danos físicos, psíquicos e morais, isto é, atingidos pela infâmia, pela injúria e pela calúnia. É para assegurar esses dois direitos que as sociedades democráticas exigem leis para regulação dos meios de comunicação, pois essa regulação é condição da liberdade e da igualdade que definem a sociedade democrática.

³⁰³ BATISTA, N., 2002, p. 283.

³⁰⁴ Marcelo Semer (2011) anota que a maior “perversão” está no fato da mídia se afirmar como Poder Judiciário.

³⁰⁵ PONTES, 2010, p. 155.

advogados, promotores ou juízes mais fracos e sensíveis às tentações da boa imagem – mediante flexibilização e cortes nas garantias que distanciam o delito-notícia da pena-notícia. No processo de minimização do Poder Judiciário, o neoliberalismo se vale de instrumento análogo aos empregados na sua obra econômico-social³⁰⁶.

Este problema trazido por Nilo Batista na parte final da citação adrede mencionada é de suma importância por representar um grande perigo. Juízes preocupados com a repercussão de suas decisões na mídia podem não só flexibilizar, como passar por cima de garantias, para não deixarem de condenar e, como consequência, serem vistos com maus olhos pela sociedade³⁰⁷. Exemplo prático ocorreu na Ação Penal nº 470, conhecida como o caso do “mensalão”, em que o relator, Ministro Joaquim Barbosa, atuou de maneira severa³⁰⁸, condenando a qualquer custo os principais agentes políticos envolvidos. Já o revisor, Ministro Ricardo Lewandowski, votou em diversas oportunidades de maneira divergente, atribuindo absolvições por alguns crimes e penas mais baixas. O resultado: a mídia construiu a imagem do primeiro como um Ministro que está ao lado do povo e do segundo como um vilão, que não anseia punição dos criminosos de colarinho branco. E transparece que o Ministro Relator estava preocupado com sua imagem perante o público, o que não é interessante, eis que deve-se guardar a devida distância, para não se julgar

³⁰⁶ BATISTA, N., 2002, p. 273-274.

³⁰⁷ Alexandre Moraes da Rosa fala em “Juízes Midiáticos” e revela que estes vilipendiam as garantias advindas do Direito:

[...] A ‘moral vedete’ surge nos discursos moralizantes e normatizadores, enunciados pelos ‘Juízes Midiáticos’, nos quais as garantias penais e processuais são francadamente vilipendiadas, mas sempre surge um acusador juntando a ‘fita do programa’ aos autos ou a exibindo, com certo orgulho, no plenário do Júri, quando deveria democraticamente impedir tais violações. (ROSA, 2006, p. 228-229)

³⁰⁸ Em entrevista, Rubens Casara (2012) consignou: Na atuação do ministro Joaquim Barbosa, que vem dos quadros do Ministério Público, órgão constitucionalmente encarregado de formular hipóteses e produzir provas que a confirme, muitos enxergam essa tendência inquisitorial.

influenciado pelos interesses da mídia³⁰⁹. Poder Judiciário e mídia não devem se entrelaçar.

Não se pode, sob nenhum aspecto, rotular os magistrados que garantem os direitos constitucionais e legais de fracos, e sim demonstrar que os que desprezam tais direitos estão agindo ao arrepio da lei, por mais impopular que a decisão possa parecer, levando-se em consideração o anseio de punição já discutido. Além da mídia julgar o caso, ela também julga os juízes do caso.

Este citado julgamento dos julgadores faz com que os membros do Poder Judiciário tenham medo, temor, da mídia, pois não querem ter sua imagem vinculada a fatos negativos, como uma absolvição de um suposto autor de crime de corrupção é³¹⁰. Alguns magistrados, massageiam seu ego vendo sua imagem na televisão, como bem coloca Alexandre Morais da Rosa:

O conjunto dessas condicionantes criminológicas e midiáticas aparece no ato decisório. Para além dos **Garzóns** tupiniquins, o foco da luz, câmera, ação, produz o êxtase, ‘o olhar como objeto a’ (**Lacan**), o jubilamento de ver-e-ser-visto, motivo pelo qual **Bourdieu** sustenta que: “A televisão se tornou hoje uma espécie de espelho de Narciso, um lugar de exibição narcísica”. Mesmo que não apareça na foto, a referência à sua decisão faz com que – muitas vezes – o juiz massageie o ego e

³⁰⁹ Há setores da esquerda que pensam tal como explanado. Maria Lúcia Karam (1996, p. 80) consignou que:

[...] amplos setores da esquerda aderem à propagandeada idéia que, em perigosa distorção do poder do Poder Judiciário, constrói a imagem do bom magistrado a partir do perfil de condenadores implacáveis e severos. Assim, se entusiasmando com a perspectiva de ver estes “bons magistrados” impondo rigorosas penas a réus enriquecidos (só por isso vistos como poderosos) e apropriando-se de um generalizado e inconsequente clamor contra a impunidade, estes amplos setores da esquerda foram tomados por um desenfreado furor persecutório, centralizando seu discurso em um histérico e irracional combate à corrupção [...].

³¹⁰ Pois como já consignado, o senso comum quer punição. Absolvição significa fracasso.

possa, assim, demonstrar ao Outro que cumpriu a missão de aplicar a Lei (Cap. 1º). Ainda que conscientemente isto não apareça de forma ostensiva, no inconsciente o dever está cumprido e comprovado pela imprensa.³¹¹

Névton Guedes afirma que aquele fenômeno da espetacularização já mencionado e explicado incide, atualmente, nos tribunais brasileiros, principalmente no Supremo Tribunal Federal, que tem todas suas sessões plenárias transmitidas ao vivo por meio da TV Justiça³¹² e adverte para o fato de que os jornalistas precisam aceitar o fato de que uma decisão judicial não tem um rumo pré-fixado, podendo ser, no caso de um processo criminal, no sentido da condenação ou da absolvição:

[...] Decidir é *tautologicamente* escolher. Onde só há uma possibilidade de decisão ou de escolha em termos lógicos, na verdade, não há decisão a ser tomada, mas inexorável posição e conduta que se impõem a quem decide.

Aliás, como os jornalistas e órgãos de imprensa não aceitam que o Supremo possa, nesse e em outros casos, ter mais de uma escolha – por exemplo, absolver/condenar -, isso explica perfeitamente a sua impaciência com o curso do processo. Por que demorar se todos já sabem o que deve ser feito?

Esta possibilidade de uma ampla escolha, citada no âmbito do processo penal como a de absolver ou condenar o envolvido após o regular trâmite processual, com observância do princípio do devido processo legal, é uma das diferenças entre o modelo de processo que se espera que exista em uma democracia e aqueles julgamentos realizados pelos tribunais da Inquisição ou de governos totalitários, em que já se sabe, de antemão, o resultado do processo. Hoje em dia, o cidadão pode iniciar a responder um processo com a sentença condenatória já firmada pela mídia e, conseqüentemente, pela população. Em tempos de

³¹¹ ROSA, 2006, p. 236-237

³¹² GUEDES, 2012, p. 1.

juízo pela mídia e superexposição dos casos, não há, mormente em casos rumorosos, espaço para reflexões racionais³¹³. Néviton Guedes informa que os julgadores devem se preocupar com adequar suas decisões ao direito, e não com “campeonatos de popularidade e a ansiedade própria do horário nobre da televisão”³¹⁴. Simples: a decisão judicial deve se coadunar com o que o Direito preceitua e não com o que as agências midiáticas desejam.

No mesmo sentido, Rubens Casara indica que, como vivemos em uma sociedade do espetáculo, não se deveria esperar que o Poder Judiciário ficasse alheio a isto, ou seja, permanecesse fora do espetáculo. O Poder Judiciário transformou-se num judiciário espetacular e seus membros, da mesma forma³¹⁵. E conclui, citando o grande perigo encontrado, qual seja, decisões judiciais que não buscam o melhor Direito e sim a melhor imagem na mídia:

Não causa surpresa, portanto, que o Poder Judiciário, do primeiro até os tribunais superiores, procura agradar os meios de comunicação de massa através de decisões, ainda que contrárias à Constituição da República³¹⁶.

Voltando-se a lupa novamente para o caso conhecido como “Mensalão”, é interessante verificar que o que menos se viu em toda a cobertura midiática do caso foi discussão acerca da prova produzida, das teses levantadas por ambas as partes, até porque pouco se conhece dos autos do processo. Ao contrário da análise detida do que consta no processo, viu-se duas vertentes bem definidas: a primeira formada pela grande massa, que queria a qualquer custo ver a condenação e a prisão dos envolvidos; a segunda, composta pelos partidários das partes, via armação, não aceitando resultado diferente da absolvição.

³¹³ Importante a colocação do Desembargador Néviton Guedes (2012) no sentido de que “numa democracia, é um contrassenso, pois, que alguém entre num processo já condenado.

³¹⁴ Ibid.

³¹⁵ CASARA, 2012.

³¹⁶ Ibid.

É especificamente este caso, que o magistrado carioca Rubens Casara vê como ilustração de uma encruzilhada em que o Poder Judiciário brasileiro encontra-se no momento. Por um caminho, continuaria na sua posição originária, de um poder conservador, distante do povo e aliado aos que detêm o poder, o capital, voltado à manutenção do *status quo*. Do outro caminho, o magistrado vê a tendência denominada de “tentação populista”³¹⁷, que se traduz “em decisões que buscam agradar a opinião pública, que muitas vezes não passa da opinião publicada pelas grandes corporações que controlam os principais meios de comunicação de massa”³¹⁸. O perigo advindo dessas decisões populistas é o já citado vilipêndio de princípios e teorias do Direito em função da “necessidade” de se produzir a decisão em conformidade com os anseios midiáticos. E por se tratar de uma decisão prolatada pela mais alta Corte de Justiça do país, o problema é ainda maior, pois é certo que os fundamentos da decisão poderão e deverão ser replicados por juízes em todo o Brasil.

Alia-se a isto o fato de que a chamada “opinião pública”, tida como a expressão oriunda do espaço público, das discussões realizadas pela sociedade acerca de determinado assunto, encontra-se cada vez menos presente, eis que o formador de opinião, o comentarista, presente no programa televisivo, substitui o raciocínio popular, o qual pega a opinião da mídia, que não é a mesma dos especialistas do assunto, e simplesmente chancela. Novamente é Chaui quem alerta para tal fenômeno:

[...] Uma vez que o jornalista concentra poderes e forma a opinião pública, pode sentir-se tentado a ir além disso e criar a própria realidade, isto é, sua opinião passa a

³¹⁷ O entrevistado consigna expressamente que a tentação populista tem íntima ligação com a influência midiática: A influência midiática está intimamente ligada ao que chamei, para utilizar o termo cunhado por Garapon, de “tentação populista”. O populismo penal, aliás, toda forma de populismo, incorporado pelos tribunais – eu não estou falando especificamente da Ação Penal 470 – é um risco para a sociedade.

³¹⁸ CASARA, 2012.

ter o valor de um fato e a ser tomada como um acontecimento real³¹⁹;

E como já visto, as agências midiáticas atuam com base na lógica do mercado, ou seja, quanto mais audiência, melhor. Assim surge o abuso do sensacionalismo. Os jornalistas não se contentam, de maneira alguma, em informar a população dos acontecimentos. Agem como se fossem dotados de toda a razão, como se fossem os guardiões da moralidade, e com dedo em riste pedem punição aos corruptos, esquecendo-se que, ao desligarem as câmeras, também cometem inúmeros crimes.

Como os crimes de colarinho branco tem grande apelo popular, que se reflete na possibilidade de alcance de larga audiência, é objeto de grande cobertura jornalística. Mas a população não quer nenhuma espécie de defesa do envolvido com a questão, e sim a sua punição, da forma mais espetacular e mais rígida possível. As agências midiáticas, então, cumprem tal papel, expõem o suspeito, mesmo que não haja sequer denúncia, mostram como todo o “esquema” aconteceu e fazem todas as ilações possíveis e imagináveis. Depois de vender todo o produto, quando o processo judicial se encerrar, isso se chegar a existir, na hipótese de absolvição, faz-se uma pequeníssima matéria a respeito, colocando-se a “culpa” da absolvição em alguém, como no julgador que cedeu a “pressões externas” e políticas³²⁰.

O magistrado Marcelo Semer escreveu artigo a respeito da relação conflituosa existente entre a mídia e o Poder Judiciário,

³¹⁹ CHAUÍ, 2012, p. 5.

³²⁰ É importante destacar em paralelo, que a mídia tem como certa e irreversível a utilização da pena como solução para o fenômeno da criminalidade, não havendo espaço para debates acerca de suas funções, legitimidade e visões alternativas. Nilo Batista (2002, p. 273) bate forte nesta questão, conforme se extrai da pequena passagem transcrita a seguir:

[...] O novo credo criminológico da mídia tem seu núcleo irradiador na própria idéia de pena: antes de mais nada, crêem na pena como rito sagrado de solução de conflitos. Pouco importa o fundamento legitimante: se na universidade um retribucionista e um preventista sistêmico podem desentender-se, na mídia complementam-se harmoniosamente. Não há debate, não há atrito: todo e qualquer discurso legitimante da pena é bem aceito e imediatamente incorporado à massa argumentativa dos editoriais e das crônicas. [...]

oportunidade em que firmou o entendimento de que o maior grau de intensidade da atuação midiática nos julgamentos resulta na maior dificuldade do magistrado lidar com o caso:

Quanto mais a inserção da mídia na apuração e nos julgamentos se torna intensa, maior a dificuldade do juiz de lidar com a enorme expectativa.

Penso que esse ambiente nos influencia de duas formas:

a-) juízes se sentem responsáveis pelo 'aumento da criminalidade' (quando na verdade não o são) e se tornam mais rigorosos;

b-) juízes se sentem pressionados quando decidem de forma 'contramajoritária' (aumenta ainda mais nossa impopularidade)³²¹.

Por certo que as duas causas influenciadoras expostas pelo magistrado só atuam devido ao abismo existente entre a academia e a magistratura, Ministério Público, advocacia, etc. Caso o magistrado criminal estudasse Criminologia, saberia melhor como funciona todo o aparato repressor estatal e não se sentiria, de maneira alguma, responsável pelo aumento da criminalidade ao absolver alguém. Ao contrário, brindaria o fato de ter tirado mais um indivíduo dos presídios brasileiros, que não cumpre nenhuma de suas funções declaradas e, do outro vértice, cumpre algumas abjetas funções não explícitas.

Não se pode negar que, nos dias de hoje, a imprensa constitui o quarto poder ou o quinto, caso se coloque o Ministério Público como o quarto. Do outro vértice, não se pode permitir, de maneira alguma, que determinado indivíduo inicie a responder um processo criminal já condenado pela mídia.

Finaliza-se o terceiro capítulo da presente dissertação enfatizando-se que a grande dificuldade está em se colocar a mídia como mídia e mais nada e o Poder Judiciário como órgão competente e independente para julgar, no caso da seara criminal, os delitos ocorridos e perseguidos pelo Estado.

³²¹ SEMER, 2011.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Edwind Hardin Sutherland revolucionou! Foi o primeiro a chamar atenção para os crimes cometidos pelos mais abastados, pelos que compõem a elite da camada social, denominando estes delitos de “crimes de colarinho branco”. A partir de seus estudos, deixou-se de pensar que somente os clientes do sistema penal são os criminosos. Além disso, o sociólogo chamou atenção para os motivos pelos quais tais crimes permaneciam impunes, quais sejam, o status dos seus autores, a tendência de se utilizar de outros ramos do Direito para repressão dessas condutas, bem como a dificuldade em se organizar as vítimas dos crimes de colarinho branco que, via de regra, são a coletividade.

Passados longos anos sem novidades a respeito do tema, sobreveio o paradigma criminológico intitulado ‘Criminologia Crítica’, a qual, sob o enfoque macrossociológico, verificou o contexto social em que estão inseridos os clientes do sistema penal. Neste aspecto, a Criminologia Crítica informou que o sistema penal é seletivo e que os selecionados são os menos favorecidos, os pobres e negros, replicando-se a dominação classista própria das sociedades capitalistas contemporâneas. Além de se selecionar os autores de crimes de acordo com seu status social, também algumas infrações são escolhidas, como os crimes contra o patrimônio e o tráfico de drogas. Mais uma vez restou estabelecido que o Direito Penal é falsamente igualitário, tendo em vista que a elite não é punida e sequer perseguida criminalmente. Registra-se que os adeptos da Criminologia Crítica não anseiam por punição severa dos criminosos de colarinho branco, sendo tal interpretação um equívoco por parte de alguns membros da esquerda, conforme denunciado por Maria Lúcia Karam.

Assim, pode-se consignar que há íntima relação entre os estudos de Sutherland e as principais balizas de Criminologia Crítica, tendo em vista que ambos enfatizam o fato de que os detentores de poder cometem uma série de crimes e não são punidos. Falam em total imunidade destes.

Voltando-se a lupa para o delito de corrupção em seu sentido largo, espécie de crime de colarinho branco mais comentada nos dias atuais, verifica-se que tal prática é antiquíssima e que nenhum Estado, forma ou regime de Governo

foi capaz de extirpá-la, estando presente, portanto, em todos os recantos, em países desenvolvidos e em subdesenvolvidos.

Trazendo-se o debate a respeito da corrupção para o contexto brasileiro, chegou-se à conclusão que grande parte dos autores falam em uma herança corrupta, que foi implantada quando de nossa colonização e que nos traz consequências até os dias atuais. Apesar disso, pensa-se que passados quase duzentos anos da independência brasileira e em razão da grande modificação em todas as relações sociais ocorridas desde então, o momento é outro. As lamentações a respeito do passado inglório neste particular sentido devem ser deixadas de lado e deve-se buscar um debate atual, buscando-se a efetivação dos direitos e garantias fundamentais, valorização da democracia e verdadeira implantação de um Estado Democrático de Direito.

A sociedade debate o assunto, pedindo punição aos corruptos e falando exacerbadamente em punição. Seria esta imunidade dos corruptos, aliada à impunidade, a responsável por todas as mazelas de nosso país. A falta de saúde, educação, moradia, segurança, seriam consequências deste crime.

Então, o corrupto surge como o grande inimigo atualmente.

Esta necessidade de se ter um inimigo é visível desde tempos remotos, de modo que se pode concluir que ao se formarem os agrupamentos sociais também nasceram os inimigos destes.

Nos últimos tempos, conclui-se que se direcionou o pensamento da coletividade no sentido de que as drogas constituíam o grande problema da juventude e da sociedade. Como consequência, declarou-se em todos os lugares do mundo guerra às drogas.

Agora, conforme já salientado, ecoa no senso comum o pensamento de que o corrupto é o novo inimigo, apesar de estar claro que “todos somos corruptos”. O gozo advém da situação embaraçosa alheia, do “outro”.

E é a mídia a grande responsável pela construção da imagem do inimigo comum. Esta virada, no sentido de o inimigo passar do traficante para o corrupto, é bem visível se analisado o principal filme brasileiro dos últimos tempos, em se tratando de audiência.

O filme ‘Tropa de Elite’, em sua primeira parte, traz a figura do “Capitão Nascimento”, um membro do Batalhão de Operações Policiais Especiais do Rio de Janeiro, que utiliza de tortura e

violência para combater o tráfico de drogas. Na película, comum o discurso da guerra contra o tráfico de drogas, utilizando-se esta exata expressão: guerra. Em paralelo, é demonstrado todo o sacrifício mental pelo qual passam os agentes do Batalhão na guerra, passando-se a ideia de que a tortura perpetrada é a válvula de escape de policiais que trabalham sob forte pressão e com escassos equipamentos, o que pode resultar na perda da vida a qualquer momento.

A partir desta exibição, a sociedade brasileira viu no Capitão Nascimento um herói, que mesmo com todas as condições adversas não se corrompe e trabalha para acabar com o grande inimigo, as drogas.

Após alguns anos, veio a segunda parte do filme, que contou o subtítulo “O inimigo agora é outro”, referindo-se claramente ao corrupto. Nesta segunda parte, passados alguns anos, o Capitão Nascimento torna-se Sub-secretário de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, em razão de sua atuação em uma rebelião em Bangu I, que resultou na morte de diversos apenados. Em sua nova função, o personagem monta operação para acabar com a corrupção dos policiais e, ao final, repara que está cercado de corruptos, incluindo os Deputados e o Governador do Estado. Ao final, imagens de Brasília e a pergunta: “Quem você acha que sustenta tudo isso?”.

Verifica-se, com o exemplo do filme, a mudança de foco produzida pela mídia e presente hodiernamente no senso comum. O grande inimigo, o responsável por todos os problemas e que merece punição severa deixa de ser o traficante e passa a ser o corrupto. É preciso registrar-se que a guerra contra o tráfico continua, não houve abandono desta, apesar de crescer o sentimento de que tal guerra não foi capaz de produzir qualquer benefício. O que se quer dizer é que o corrupto é a bola da vez, ocupando o espaço de grande vilão.

Portanto, o filme *Tropa de Elite* demonstra bem como a mídia trata da questão, sendo o novo inimigo o corrupto. O grande reflexo desta atuação midiática se dá no senso comum, que com todo o espetáculo gerado, consequência da persecução da audiência, encampa este discurso equivocado moralizador e critica o que está correto, como o respeito a direitos e garantias fundamentais, como a presunção de inocência, a contratação de hábeis advogados por parte dos criminosos de colarinho branco.

No lugar desta crítica, deve-se buscar que, além dos mais abastados, aqueles menos favorecidos também contem com tais direitos e garantias.

Toda esta construção é acentuada em razão da evolução da internet. Agora, a notícia é rápida, não tendo limites temporais ou espaciais. Todos estão por dentro de todos os acontecimentos, o que gera maior recebimento de informações. A juventude atual, a primeira formada depois da redemocratização do Brasil e interligada pelas redes sociais, recebe e transmite grande carga de informação e a processa de forma que é gerada grande insatisfação, tendo em vista que a saúde, a educação, a segurança, entre outros, não funcionam adequadamente. Para se solucionar tais problemas, pensa-se de plano em se acabar com a corrupção.

É interessante também reparar e consignar que a carga de informação recebida aumentou e muito com o advento da internet. Entretanto, o pensamento e a reflexão crítica não estão na ordem do dia desta nova geração, o que faz com que a mídia espetacular e sensacionalista tenha mais facilidade em inculcar determinada posição.

Tudo isto reflete no Poder Judiciário. Não há como este deixar de lado a pressão popular e o verdadeiro julgamento realizado pela mídia, que condena sumariamente. Não se pode admitir que os magistrados flexibilizem direitos e garantias para que possam condenar denunciados por crime de corrupção, ou qualquer outro, para não serem vistos com maus olhos pela sociedade. A voz da rua não pode adentrar nos tribunais pátrios, pois devem os julgadores ficar adstritos ao Direito. Repudie-se a espetacularização da justiça, o populismo.

REFERÊNCIAS

AGNEW, Robert; CULLEN, Francis T. **Criminological theory: past to present (essential readings)**. 2. ed. Los Angeles: Roxbury, 2003.

ALMEIDA, Alberto Carlos. **A cabeça do brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ANDRADE, Lédio Rosa de. Atuação do Ministério Público e teorias penais. **Revista da ESMESC**, Florianópolis, v. 17, n. 23, p. 45-122, 2010.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Sistema penal máximo x cidadania mínima: códigos da violência na era da globalização**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

_____. **A ilusão da segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003b.

ARISTÓTELES. **Política**. 6. ed. São Paulo: Martin Claret, 2011.

ASSIS, José Carlos de. **A dupla face da corrupção**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. (Col. Estudos brasileiros, v. 78).

BALIARDO, Rafael. Ex-juiz Nicolau tem primeira condenação confirmada. **Consultor Jurídico**, Brasília, 2 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2013-abr-02/nicolau-santos-neto-primeira-condenacao-confirmada-stf>>.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do Direito Penal**. 3. ed. Tradução Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan; Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BARBEIRO, Heródoto. Dois paradigmas. In: GONÇALVES, Antônio B. (coord.). **Direito e a mídia no século XXI**. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

BATISTA, Nilo. *Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, Rio de Janeiro: Revan, n. 12, 2002.

BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução Crítica à Criminologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: EDIPRO, 2003.

BECKER, Howard. **Los extraños: sociología de la desviación**. Buenos Aires: Tiempo contemporáneo, 1971.

BENTO XVI, Papa. **Fé e Razão em Santo Agostinho**. Traduzido por Élison Santos; Revisado por Alexandre Ribeiro. 2008. Disponível em: <<http://www.agostinianos.org.br/visualizacao-de-artigos/pt-br/ler/86/fe-e-razao-em-santo-agostinho>>.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. 175. ed. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2007.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BÖES, Guilherme Michelotto. **“Crack, nem pensar”**: um estudo sobre mídia e política criminal. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais)-Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

_____. Do subsolo: primeiras percepções em Criminologia Cultural. In: Congresso Internacional de Ciências Criminais, 3., 2012, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**: [seguido de] a influência do jornalismo e os jogos olímpicos. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Pronasci**. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJF4F53AB1PTBRNN.htm>>. c2007.

BRUGGEMANN, Henrique Gualberto. Criminólogos do RAP. **Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais**, São Paulo, ano 20, n. 235, jun. 2012.

BULHÕES, Antônio. **Elogio da Corrupção**. São Paulo: Siciliano, 1990.

CARVALHO, Salo de. **A Política Criminal de Drogas no Brasil: do discurso oficial às razões da descriminalização**. Rio de Janeiro: Luam, 1996.

_____. **Antimanual de criminologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

CASARA, Rubens. Risco da tentação populista é produzir decisões casuísticas: entrevista [25 set. 2012]. São Paulo: **Viomundo**. Entrevista concedida a Conceição Lemes. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/politica/casara-teses-do-stf-na-ap-470-tendem-a-espalhar-por-todo-o-judiciario-atingindo-o-cidadao-comum.html>

CASTILHO, Ela Wiecko Volkmer de. **O controle penal nos crimes contra o sistema financeiro nacional**: Lei nº 7.492, de 16/6/86. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

_____. Criminologia crítica e a crítica do direito penal econômico. In: ANDRADE, Vera Regina Pereira. **Verso e reverso do controle penal**: (des)aprisionando a sociedade da cultura punitiva. Florianópolis: Fundação Boitex, 2002. p. 61-72.

CHAUÍ, Marilena. **Mídia e democracia**: palestra proferida no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. [27 ago. 2012]. Disponível em: <http://www.conversaafiada.com.br/pig/2012/08/31/chaui-pig-produz-culpas-e-condena-sumariamente/>>.

COLEMAN. James William. **A elite do crime**: para entender o crime do colarinho branco. Tradução de Denise R. Sales. 5. ed. São Paulo: Manole, 2005.

DAL RI Jr., Arno. **O Estado e seus inimigos**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DESFALQUE na Justiça do Trabalho em Rondônia. **Em Rondônia**, Rondônia, 1 set. 2012. Disponível em: <http://www.ariquemesonline.com.br/noticia.asp?cod=285286&codDep=34>

DORNELES, João Ricardo. Ofensiva neoliberal, globalização da violência e controle social. **Discursos sediciosos**: crime, direito e sociedade, Rio de Janeiro: Revan, n. 12, 2002.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor M. **Os irmãos Karamazov**. Tradução Natália Nunes e Oscar Mendes. São Paulo: Abril Cultural, 1970.

FERREIRA, Patrícia Gomes. O desuso da ética na busca pela audiência ou como os programas de TV dos anos 90 e 2000 'se viram nos 30'. In: GONÇALVES, Antônio B. (coord.). **Direito e a mídia no século XXI**. São Paulo: Quartier Latin, 2010. p. 117-132.

FRANÇA, Leandro Ayres. **Inimigo ou a inconveniência de existir**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

FREITAS, Wagner Cinelli de Paula. **Espaço urbano e criminalidade**: lições da Escola de Chicago. São Paulo: IBCCRIM, 2002,

GARAPON, Antoine. **Juez y democracia**. Barcelona: Flor del Viento, 1997

GARLAND, David. **A cultura do controle**: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2008. (Col. Pensamento Criminológico, v. 16).

GHIZZO NETO, Affonso. **Corrupção, Estado Democrático de Direito e Educação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

GOLDENBERG, Ricardo. O incorruptível e seus corruptos: reflexões sobre a pureza em política: conferência. [28 set. 2008]. São Paulo: **Conexão Lacaniana**, Núcleo Márcio Peter de

Ensino. Moderação: Maria de Fátima Galindo. Disponível em: <http://www.marciopeter.com.br/links2/inter/goldenberg.html>>.

GUEDES, Néviton. Jean Baudrillard e o mensalão em tela total. **Consultor Jurídico**, Brasília, 27 ago. 2012. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2012-ago-27/constituicao-poder-jean-baudrillard-mensalao-tela-total>>.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **História**. São Paulo: Ática, 1987. (Col. Grandes Cientistas Sociais, v. 51).

HULSMAN, Louk. Descriminalização. **Revista de Direito Penal**, Rio de Janeiro, n. 9/10, p. 7-26, 1973.

KARAM, Maria Lúcia. Esquerda punitiva. **Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade**, Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, ano 1, n. 1, jan./jun. 1996.

KLITGAARD, Robert. **A Corrupção sob controle**. Tradução de Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

KUITENBROUWER, Peter. The evil of Aries: could astrology help point to future jail time? **National Post**, Ontario, 25 dez. 2011. Disponível em: <http://news.nationalpost.com/2011/12/28/astrology-as-a-sign-of-future-jail-time-experts-remain-skeptical/>>.

LINCK, José Antônio G. et al. **Criminologia Cultural e Rock**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. (Col. Discursos para a Academia Criminologia)

MANHEIM, Hermann. **Criminologia comparada**. Tradução J. F. Faria Casta e M. Costa Andrade. Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian, 1984.

MARTINS, José Antônio. **Corrupção**. São Paulo: Globo, 2008.

MEAD, Walter Russel. **Poder, Terror, Paz e Guerra: Os Estados Unidos e o mundo contemporâneo sob ameaça**. Tradução de Bárbara Duarte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MENDONÇA, Kleber. **A Punição Pela Audiência**: um Estudo do Linha Direta. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

MOLINA, Antônio García-Pablos; GOMES, Luiz Flávio.

Criminologia: introdução e seus fundamentos teóricos. 2 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1997.

MONTESQUIEU, Charles Louis de. **O espírito das leis**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MURARO, Mariel. **O inimigo em Carl Schmitt, o direito penal do inimigo em Jakobs e o estado de exceção**. [2012].

Disponível em:

<<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=670e8a43b246801c>>.

OEА. **Convenção Interamericana contra a Corrupção**. Caracas, 1996.

OLIVEIRA, Nelson; VIEIRA, Anderson. Demóstenes: de defensor da ética a senador cassado. **Portal de Notícias Agência Senado**, Brasília, 20 jul. 2012. Disponível em:

<<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2012/07/20/demostenes-de-defensor-da-etica-a-senador-cassado>>.

OXLEY DA ROCHA. Criminologia e mídia: sistema penal e organizações privadas de comunicação em luta por poder simbólico. **Revista da Ajuris**, v. 118, p. 11-28, 2011.

_____. Crime e Cultura: Novas Perspectivas e Abordagens em Criminologia e Controle da Criminalidade. In: Ruth Maria Chittó Gauer. (Org.). **Criminologia e Sistemas Jurídico-Penais Contemporâneos**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. p. 155-172.

PLATÃO. **República**. Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

PONTES, João Paulo Ávila. A sentença na manchete do jornal. In: GONÇALVES, Antônio B. (coord.). **Direito e a mídia no século XXI**. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

PRATA, Antônio. Descriminalização das drogas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 abr. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/antonioprata/1267717-descriminalizacao-das-drogas.shtml>

RODRIGUES, José Augusto de Souza. A economia política do medo. **Discursos sediciosos**: crime, direito e sociedade, Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, ano 1, n. 2, 1996.

ROSA, Alexandre Moraes da. **Direito infracional**: garantismo, psicanálise e movimento antiterror. Florianópolis: Habitus, 2005.

_____. **Decisão Penal**: Abricolage de significantes. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social e Ensaio sobre a origem das línguas**. Tradução Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

SCHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. 3. ed. rev., atual. e ampl. Ed. Revista dos Tribunais, São Paulo, 2011.

SCHILLING, Flávia. **Corrupção**: ilegalidade intolerável? CPIs e a luta contra a corrupção no Brasil (1980-1992). São Paulo: Editora do IBCCrim/ Centro Jurídico Damásio de Jesus, 1999.

SEMER, Marcelo. Judiciário e mídia: síntese de uma relação conflituosa. **Sem Juízo**, São Paulo, 5 nov. 2011. Disponível em: <http://blog-sem-juizo.blogspot.com.br/2011/11/judiciario-e-midia-sintese-de-uma.html>.

SIMON, Pedro. **A impunidade veste colarinho branco**. Brasília: Senado Federal, 2010.

SOARES, Luiz Eduardo. **Justiça**: Pensando alto sobre violência, crime e castigo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SOUZA, Ricardo Timm de. **Sobre a construção do sentido: o pensar e o agir entre a vida e a filosofia**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

SUSCA, Vincenzo. **Nos limites do imaginário: o governador Schwarzenegger e os telepopulistas**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

SUSINI, Marie-Laure. **Elogio da corrupção: os incorruptíveis e seus corruptos**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2010.

SUTHERLAND, Edwin H. White Collar Criminality. **American Sociological Review**, v. 5, n. 1, p. 1-12, fev. 1940.

_____. **El delito de cuello blanco**. Tradução de Rosa Del Omo. Madrid: La Piqueta, 1999.

_____.; CRESSEY, Donald R. A Theory of Differential Association. In: CULLEN, Francis T.; AGNEW, Robert. **Criminal Theory: Past to Present**. 2. ed. Los Angeles: Roxbury Publishing Company, 2003.

THOMPSON, Augusto. **Quem são os criminosos?** Rio de Janeiro: Editora Achiamé, 1983.

THOMPSON, John B. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008

TOSCANO, Camila. O fim do jornalismo impresso: uma reflexão necessária. In: GONÇALVES, Antônio B. (coord.). **Direito e a mídia no século XXI**. São Paulo: Quartier Latin, 2010. p. 33-55.

TRÊS, Celso Antônio. **Teoria Geral do Delito Pelo Colarinho Branco**. Curitiba: Imprensa oficial do Paraná, 2006.

VERAS, Ryanna Pala. **Nova criminologia e os crimes do colarinho branco**. Editora WMF Martins Fontes, São Paulo, 2010.

VON CLAUSEWITZ, Carl. **Da Guerra**. [S.l.: s.n.], 1984.

Disponível em:

<http://pensamentosnomadas.wordpress.com/2012/11/14/da-guerra-carl-von-clausewitz-em-portugues-pdf/>

WINTER, Brian. Paladina contra 'bandidos de toga' na Justiça brasileira. **Estado**, São Paulo, 11 set. 2012. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,especial-paladina-contrabandidos-de-toga-na-justica-brasileira,928876,0.htm>>.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**: a perda da legitimidade do sistema penal. Trad. Vânia Romano Pedrosa. Rio de Janeiro: Revan, 1991